****

**Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital**

O impacto e os custos de implantação de uma Universidade Distrital

|  |  |
| --- | --- |
| **Identificação do Projeto** | |
|  |  |
| Nome do Projeto | Projeto de Pesquisa de uma universidade distrital - 1.1 Elaboração de documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital. |
| Produto | Relatório técnico - Parte 3 |
| Representante legal | Adriana Rigon Weska |
| Coordenadora Técnica | Claudia Maffini Griboski |
| Subcoordenadora Técnica | Camila Gomes Diógenes |
| Consultor | Marcelo Ferreira Lourenço |
| Data | 01/04/2021 |

**SUMÁRIO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1. PREÂMBULO |  | 8 |
|  |  |  |
| 2. INTRODUÇÃO |  | 9 |
|  |  |  |
| 3. CARACTERIZAÇÃO DA RIDE – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO |  | 10 |
|  |  |  |
| 4. VOLUME DE OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E RIDE |  | 13 |
| 4.1. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À CATEGORIA ADMINISTRATIVA E À ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES |  | 13 |
| 4.2. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO SEXO DOS ALUNOS |  | 27 |
| 4.3. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À COR E À RAÇA DOS ALUNOS |  | 35 |
| 4.4. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO PERFIL DE RENDA DOS ALUNOS |  | 41 |
| 4.5. QUANTO À OFERTA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* (MESTRADO E DOUTORADO) NO DISTRITO FEDERAL |  | 50 |
|  |  |  |
| 5. POSSÍVEIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL |  | 60 |
|  |  |  |
| 5.1. ANÁLISE DE ASPECTOS ECONÔMICOS: ESTIMATIVA DE CUSTEIO COM INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE PESSOAS E POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS. |  | 60 |
|  |  |  |
| 5.2. ANÁLISE DE ASPECTOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS. |  | 66 |
| 1. Análise sobre o atendimento das questões de regulação e de avaliação para implantação da UnDF, segundo a legislação e regulamentação em vigor. |  | 66 |
| B) Análise das Emendas ao Projeto de Lei Complementar no 034/2020 apresentadas pelos Deputados Distritais |  | 72 |
|  |  |  |
| 5.3 ANÁLISE DOS ASPECTOS EDUCACIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DA UnDF, EM RELAÇÃO ÀS PERSPECTIVAS E AOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E O ATENDIMENTO AO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (2015-2024). |  | 82 |
| 5.4 ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E URBANÍSTICOS QUANTO À LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS NAS REGIÕES MAIS DENSAMENTE POVOADAS E DE PONTOS DE CONVERGÊNCIA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO |  | 89 |
| 5.5. ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E PRODUTIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA UnDF |  | 94 |
|  |  |  |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS |  | 98 |
|  |  |  |
| 7. REFERÊNCIAS E FONTES DE INFORMAÇÃO |  | 104 |
| 7.1. REFERÊNCIAS |  | 104 |
| 7.2. FONTES DE INFORMAÇÃO |  | 105 |
|  |  |  |
| **LISTA DE FIGURAS** |  |  |
| **Figura 3.1.** Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF. |  | 10 |
| **Figura 4.1.** Distribuição das sedes das IES do Distrito Federal, segundo a Regional. |  | 19 |
| **Figura 4.2.** Variação percentual do número de matrículas em graduação no Distrito Federal, de 2010 a 2019, segundo a organização acadêmica. |  | 25 |
| **Figura 4.3a**. Incremento percentual no número total de matrículas dos cursos presenciais em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019. |  | 32 |
| **Figura 4.3b**. Incremento percentual no número total de concluintes dos cursos presenciais em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019. |  | 33 |
| **Figura 4.3c.** Variação percentual do número de matrículas em graduação, segundo o sexo, nas IES das cinco Regiões Geográficas Brasileiras, com destaque para o Distrito Federal. |  | 35 |
| **Figura 4.4a.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Públicas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). |  | 37 |
| **Figura 4.4b.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Privadas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pa: Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). |  | 38 |
| **Figura 4.5.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pa: Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). |  | 39 |
| **Figura 4.6**. Média da distribuição de matrículas por Raça ou Cor, em cursos presenciais e a distância, para 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019. |  | 40 |
| **Figura 4.7a.** Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação). |  | 49 |
| **Figura 4.7b.** Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de interesse (Engenharias, Tecnologia e Inovação), agrupados em classes de renda: até 4,5 SM, de 4,5 a 6 SM e acima de 6 SM e segundo a especificidade da IES. |  | 50 |
| **Figura 4.8.** Dispêndios e estimativas de investimento do governo federal em P&D – exceto pós-graduação (2000-2020) (em R$ milhões). |  | 52 |
| **Figura 4.9**. Distribuição do número de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, no quinquênio 2015-2019, no Distrito Federal, nas áreas afins (Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias). |  | 58 |
| **Figura 4.10**. Distribuição do número de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, no quinquênio 2015-2019, no Distrito Federal, nas áreas afins e em outras áreas. |  | 58 |
| **Figura 4.11**. Percentual de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, no quinquênio 2015-2019, nas áreas afins em relação ao total de matrículas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Distrito Federal. |  | 59 |
| **Figura 5.1.** Distribuição geográfica aproximada de unidades educacionais que poderão ser incluídas na UnDF, conforme descrição do Quadro 5.8. |  | 91 |
| **Figura 5.2**. Destaque para a distribuição geográfica aproximada das unidades educacionais do Distrito Federal, que poderão fazer parte da UnDF, com os valores aproximados do maior perímetro convexo e da área circunscrita. |  | 92 |
| **Figura 5.3.** Áreas (em mil km2) de Brasília-DF, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e da Região de Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE). |  | 94 |
| **Figura 5.4.** Evolução do PIB em Brasília-DF, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região de Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), no período de 2010 a 2018. |  | 95 |
| **Figura 5.5.** Participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB), dos cinco grandes setores da economia (Serviços, Administração Pública, Impostos, Indústria e Agropecuária), para Brasília-DF, para a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e para Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), nos anos de 2010 e de 2018. |  | 96 |
| **Figura 5.6.** Participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB), dos cinco grandes setores da economia (Serviços, Administração Pública, Impostos, Indústria e Agropecuária), para Brasília-DF, para a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) e para Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se Brasília, nos anos de 2010 e de 2018. |  | 96 |
|  |  |  |
| **LISTA DE QUADROS** |  |  |
| **Quadro 3.1.** Informações demográficas dos municípios da RIDE, segundo IBGE. |  | 11 |
| **Quadro 4.1.** Número de IES por categoria administrativa no Brasil e no Distrito Federal, ao longo dos anos de 2010 a 2019. |  | 14 |
| **Quadro 4.2a** Número de IES, conforme sua organização acadêmica e natureza administrativa (para as Universidades) em 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do Total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019, incluindo a variação percentual no período. |  | 15 |
| **Quadro 4.2b**. Percentuais de IES, segundo a categoria administrativa (pública ou privada) nas Regiões e em suas Unidades Federativas. |  | 18 |
| **Quadro 4.3**. Matrículas em Cursos de Graduação, nas modalidades Presencial e a Distância no Distrito Federal e no Brasil, em 2019. |  | 20 |
| **Quadro 4.4**. Percentuais de IES, segundo a categoria administrativa (pública ou privada) nas Regiões e em suas Unidades Federativas. |  | 21 |
| **Quadro 4.5a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a categoria administrativa da IES, na série histórica do CenSup 2010-2019. |  | 22 |
| **Quadro 4.5b.** Número de cursos de graduação oferecidos pelas IES, conforme sua natureza administrativa, no Distrito Federal e em outras duas unidades da federação (Estados de Goiás e de Minas Gerais). |  | 23 |
| **Quadro 4.6a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a organização acadêmica, na série histórica do CenSup 2010-2019. |  | 24 |
| **Quadro 4.6b.** Quadro 4.6b. Demanda avaliada como relação candidato/vaga, em cursos de graduação da área de interesse e de outras áreas, para o Distrito Federal e o Estado de Goiás, segundo a natureza administrativa. |  | 26 |
| **Quadro 4.7.** Distribuição de matrículas e de concluintes dos cursos presenciais, por sexo, em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019. (partes 1 a 4) |  | 28 |
| **Quadro 4.8a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019. |  | 34 |
| **Quadro 4.8b**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Brasil, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019. |  | 34 |
| **Quadro 4.9a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a categoria administrativa da IES, de acordo com a cor ou raça autodeclarada dos alunos, na série histórica do CenSup 2011-2019. (B: Branco; P: Preto; Pa: Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). |  | 36 |
| **Quadro 4.9b**. Percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, com destaque para a média, o desvio padrão (DP) e o Coeficiente de Variação (%),, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pa: Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). |  | 38 |
| **Quadro 4.10.** Média da distribuição de matrículas por Raça ou Cor, em cursos presenciais e a distância, para 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019 |  | 40 |
| **Quadro 4.11**. Instituições de Educação Superior (IES) com autonomia universitária utilizadas para o estudo da estimativa de perfil de renda dos alunos, com participação nas edições do ENADE de 2017 e/ou de 2019, dos cursos das áreas de engenharia, tecnologia e inovação, de acordo com sua categoria administrativa. |  | 41 |
| **Quadro 4.12**. Cursos de graduação das áreas de engenharia, tecnologia e informação, das Universidades e Centros Universitários do DF, que apresentaram resultados de ENADE, nos anos de 2017 e/ou 2019, para a análise do perfil de renda dos alunos. |  | 42 |
| **Quadro 4.13**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos da Área de Engenharia das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019. |  | 43 |
| **Quadro 4.14**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos da Área de Engenharia. |  | 45 |
| **Quadro 4.15**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019. |  | 46 |
| **Quadro 4.16**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos de Bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação. |  | 47 |
| **Quadro 4.17**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de ENADE nos anos de 2017 e/ou 2019. |  | 47 |
| **Quadro 4.18**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia. |  | 48 |
| **Quadro 4.19**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação) |  | 49 |
| **Quadro 4.20.** Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil. |  | 53 |
| **Quadro 4.21**. Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, por Região Geográfica. |  | 54 |
| **Quadro 4.22.** Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na Região Centro-Oeste, por unidade federativa. |  | 54 |
| **Quadro 4.23**. Número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, por Instituição de Ensino Superior (IES). |  | 55 |
| **Quadro 4.24**. Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Católica de Brasília (UCB). |  | 56 |
| **Quadro 4.25**. Número de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, nas áreas afins, com maior aderência às tecnologias, engenharias e inovação, no Distrito Federal, no período de 2015 a 2019. |  | 57 |
| **Quadro 5.1.** Principais descritivos orçamentários de receita e despesa, das três universidades públicas do Estado de São Paulo, para o ano de 2020. |  | 60 |
| **Quadro 5.2.** Custo/aluno-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de alunos de graduação e de pós-graduação matriculados ao final de 2019. |  | 62 |
| **Quadro 5.3.** Custo/Servidor-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de servidores docentes e técnico-administrativos, ativos e inativos, existentes ao final de 2019. |  | 62 |
| **Quadro 5.4.** Laboratórios de uso comum para a Área de Engenharia e custo aproximado para aquisição de equipamentos e mobiliário. |  | 64 |
| **Quadro 5.5.** Investimento estimado ao longo dos cinco primeiros anos, para implantação de Área de Engenharia, com seis cursos, 50 vagas anuais e 120 servidores. |  | 65 |
| **Quadro 5.6.** Emendas ao PL 034/2020 com maior impacto nos aspectos da gestão orçamentária, da gestão organizacional e da oferta de cursos e vagas. |  | 80 |
| **Quadro 5.7.** Vinculação das Metas de 12 a 16 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024) e de suas estratégias, com o PL 034/2020, com a futura UnDF e/ou com outras organizações. |  | 84 |
| **Quadro 5.8.** Vinculação da UnDF às estratégias do Plano Distrital de Educação (2015-2024). |  | 88 |
| **Quadro 5.9.** Endereços das possíveis unidades educacionais que poderão ser incluídas na UnDF, com a distância aproximada do Marco Zero de Brasília-DF (Estação Rodoviária) e o tempo médio de deslocamento deste ponto até a unidade, considerando carro ou transporte coletivo (ônibus). |  | 90 |
|  |  |  |
| **LISTA DE ANEXOS** |  |  |
| **Anexo 1.** Relação Nominal de IES com sede nos Municípios da RIDE DF – Características gerais (Categoria Administrativa: Privadas com finalidade lucrativa ou sem finalidade lucrativa; Organização Acadêmica: Faculdades; Modalidade da oferta: Presencial). |  | 106 |
| **Anexo 2.** Relação Nominal de IES com sede no DF (Características gerais acadêmicas). |  | 106 |
| **Anexo 3.** Distribuição de matrículas por Raça ou Cor, em cursos presenciais e a distância, para 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019. |  | 113 |
| **Anexo 4.** Capacidade de reação da economia às demandas futuras (Relatório Sobre Competitividade Global de 2020). |  | 118 |
| **Anexo 5**. Ranking de competitividade digital 2020, elaborado pelo Instituto Internacional de Gestão do Desenvolvimento. |  | 124 |
| **Anexo 6.** Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2016 a 2019. |  | 125 |
| **Anexo 7**. Informações de valores de parcelas de semestralidade de algumas IES privadas (Universidade, Centro Universitário e Faculdade) do DF e RIDE, segundo CEBRASPE (2021b) |  | 126 |

1. **PREÂMBULO**

O presente Projeto de Pesquisa encontra-se firmado em uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) e a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB), com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), para a execução de projeto de educação inovadora visando a instalação de uma Universidade Pública Distrital com vistas ao desenvolvimento social, econômico, tecnológico e científico do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

A referida parceria tem como objeto o desenvolvimento de quatro macroações que possibilitarão a estruturação de uma universidade distrital, sendo elas: a) Estudos de viabilidade de uma universidade distrital; b) Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária: realização de benchmarking nacional e internacional; c) Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária: proposta de modelagem para estruturação de uma universidade distrital; e, d) Pesquisa de metodologias e/ou tecnologias inovadoras de ensino superior.

Como objetivos da macroação “Estudos de viabilidade de uma universidade distrital”, destacam-se os seguintes:

1. identificar e caracterizar a oferta da educação superior no DF e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), sobretudo de cursos e instituições com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias, para subsidiar o desenvolvimento da proposta de criação de uma universidade distrital.
2. apresentar estimativa de custeio com infraestrutura e gestão de pessoas, além dos investimentos necessários para a implantação da Universidade do Distrito Federal, no que tange às áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias;
3. analisar aspectos da regulação, de supervisão e de avaliação das IES públicas, segundo a legislação e regulamentação em vigor, nos contextos interno e externo, para a implantação da Universidade do Distrito Federal;
4. apontar os possíveis impactos sociais, econômicos, políticos, produtivos e educacionais que a implantação da Universidade do Distrito Federal poderá desencadear.
5. **INTRODUÇÃO**

O projeto de Lei Complementar no 034/2020, de autoria do Governador do Distrito Federal, foi encaminhado à presidência da Câmara Legislativa (CL-DF) em 19 de março de 2020 e teve sua apresentação em 23 de abril do corrente ano, cuja ementa destaca: *“Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências”.* Desde então, encontra-se em trâmite na casa legislativa do Distrito Federal. Em consequência, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal e a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal, firmaram parceria com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, para a execução de projeto que inclui estudo de viabilidade para a instalação da referida Universidade do Distrito Federal, sob a forma de uma fundação pública e regime jurídico de direito público, visando a criação e a oferta de programas de educação superior inovadores que resultem em desenvolvimento social, econômico, tecnológico e científico do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Os processos de criação, implantação e gestão de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas no território brasileiro, atendem ditames gerais previstos na legislação federal e, específicos, no que couber, na legislação das unidades federativas, incluindo resoluções e pareceres dos Conselhos de Educação em nível nacional (CNE) ou das unidades (Sistemas de Ensino), no caso em pauta, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), além dos órgãos da administração direta como portarias do Ministério da Educação ou da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Da mesma forma, à regulação, à supervisão e à avaliação destas instituições e de seus programas de graduação e de pós-graduação, aplicam-se as determinações previstas na regulamentação específica, inclusive por meio de conveniamento entre diferentes Sistemas de Ensino. Ainda, por se tratar de processo de implantação de IES de grande importância, uma série de informações sobre demanda regional e sobre os impactos nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, produtivos e educacionais devem ser considerados, incluindo questões orçamentárias como fontes de recursos, nível de custeio e de investimento.

1. **CARACTERIZAÇÃO DA RIDE – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

De acordo com o Decreto no 7.469, de 04 de maio de 2011, regulamentando a Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, em associação à Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE possui 34 unidades administrativas, a saber: a) o Distrito Federal com a cidade de Brasília; b) 29 municípios no Estado de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício); e, c) quatro municípios no Estado de Minas Gerais (Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí). A figura abaixo ilustra a RIDE-DF.

Mapa

Descrição gerada automaticamente

**Figura 3.1.** Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF (Adaptado de CARMONA, 2019).

Dentre os principais objetivos da criação da RIDE, destacam-se aqueles relacionados à integração dos municípios próximos ao Distrito Federal, principalmente nos aspectos que possam oferecer oportunidades de melhoria das condições de moradia, de saneamento básico, de escolarização, de mobilidade urbana, entre outros, visto que tais municípios demonstram uma importante diversidade quanto à economia, à densidade demográfica e ao tamanho territorial. Assim, a RIDE torna possível que o impacto social de tais desigualdades seja reduzido dentro da área de abrangência da capital federal.

No Quadro 3.1 são apresentadas algumas informações demográficas dos municípios que compõem atualmente a RIDE, com destaque para a representatividade de Brasília – DF, principalmente no que tange à população estimada para o ano 2020 (3.055.149 habitantes), representando cerca de 65% dos quase 4,7 milhões de habitantes da Região e, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM – 2010 = 0,824), destacando-se mais de 0,14 pontos acima da média geral da RIDE (Média=0,684; Desvio Padrão=0,045; Coeficiente de Variação=6,61%). Ainda, no mesmo quadro, verifica-se uma clara similaridade nos níveis percentuais de escolarização (Média=96,87%; Desvio Padrão=1,27%), como pode ser visto pelo reduzido valor do Coeficiente de Variação (1,31%). Por outro lado, quando se analisa o PIB per capita, os valores são consideravelmente diversos (Média=R$24.866,53; Desvio Padrão=R$18.168,25; Coeficiente de Variação=73,06%) daqueles apresentados por Brasília-DF (R$85.661,39) e pelo município de Barro Alto-GO (R$84.166,32), ou no outro extremo, pelo município de Nova Gama-GO (R$ 8.403,19), o menor apresentado na RIDE, evidenciando uma importante diferença de perfil econômico da população de cada município que compõe a RIDE, em seus quase 95 mil km2. Neste mesmo contexto, ao se observar o montante que representa a mediana da distribuição dos valores desta variável (R$18.821,15), isso fica ainda mais evidente pois os valores de Brasília-DF e de Barro Alto-GO, são mais de quatro vezes maiores. Sem estes dois pontos extremos, a média geral da RIDE seria de R$21.113,58.

**Quadro 3.1.** Informações demográficas dos municípios da RIDE, segundo IBGE.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| UF | Município | Área territorial (km2)  (2019) | População estimada (2020) | Escolarização (6 a 14 anos)  (%) | IDHM  (2010) | PIB per capita (R$)  (2018) |
| DF | Brasília | 5760,783 | 3055149 | 97,5 | 0,824 | 85661,39 |
| GO | Abadiânia | 1045,127 | 20461 | 94,3 | 0,689 | 16132,95 |
| Água Fria de Goiás | 2029,416 | 5793 | 97,4 | 0,671 | 45025,66 |
| Águas Lindas de Goiás | 192,392 | 217698 | 96,6 | 0,686 | 9100,34 |
| Alexânia | 847,893 | 28010 | 97,0 | 0,682 | 29731,85 |
| Alto Paraíso de Goiás | 2593,904 | 7688 | 98,0 | 0,713 | 22173,34 |
| Alvorada do Norte | 1259,366 | 8705 | 98,0 | 0,660 | 14929,92 |
| Barro Alto | 1093,248 | 11408 | 99,0 | 0,742 | 84166,32 |
| Cabeceiras | 1126,912 | 8046 | 96,4 | 0,668 | 27593,6 |
| Cavalcante | 6953,666 | 9725 | 92,9 | 0,584 | 26121,71 |
| Cidade Ocidental | 390,959 | 72890 | 97,2 | 0,717 | 11394,02 |
| Cocalzinho de Goiás | 1789,039 | 20504 | 95,2 | 0,657 | 16327,17 |
| Corumbá de Goiás | 1061,955 | 11169 | 96,6 | 0,680 | 15791,45 |
| Cristalina | 6163,806 | 60210 | 95,6 | 0,699 | 40300,93 |
| Flores de Goiás | 3709,427 | 17005 | 96,6 | 0,597 | 8915,44 |
| Formosa | 5813,637 | 123684 | 96,6 | 0,744 | 19525,95 |
| Goianésia | 1547,274 | 71075 | 98,0 | 0,727 | 20108,61 |
| Luziânia | 3961,100 | 211508 | 97,0 | 0,701 | 17452,11 |
| Mimoso de Goiás | 1386,915 | 2583 | 99,6 | 0,665 | 21907,95 |
| Niquelândia | 9843,247 | 46730 | 97,8 | 0,715 | 24041,58 |
| Novo Gama | 194,586 | 117703 | 95,7 | 0,684 | 8403,19 |
| Padre Bernardo | 3142,396 | 34430 | 96,1 | 0,651 | 15252,08 |
| Pirenópolis | 2205,010 | 25064 | 97,8 | 0,693 | 18116,35 |
| Planaltina | 2550,524 | 90640 | 96,4 | 0,669 | 12177,22 |
| Santo Antônio do Descoberto | 945,650 | 75829 | 96,9 | 0,665 | 9129,07 |
| São João d'Aliança | 3327,379 | 14085 | 96,0 | 0,685 | 21887,06 |
| Simolândia | 347,976 | 6879 | 97,5 | 0,645 | 15144,94 |
| Valparaíso de Goiás | 60,950 | 172135 | 96,8 | 0,746 | 15538,72 |
| Vila Boa | 1060,172 | 6312 | 96,0 | 0,647 | 17160,33 |
| Vila Propício | 2181,583 | 5882 | 96,9 | 0,634 | 28444,32 |
| MG | Arinos | 5279,419 | 17862 | 96,6 | 0,656 | 12222,79 |
| Buritis | 5225,186 | 25013 | 97,8 | 0,672 | 32657,62 |
| Cabeceira Grande | 1031,409 | 6988 | 98,2 | 0,648 | 44075,37 |
| Unaí | 8448,082 | 84930 | 97,6 | 0,736 | 38850,78 |
|  | **Total** | **94570,388** | **4693793** | - | - | - |
|  | | **Média** | **96,87** | **0,684** | **24866,53** |
| **DP** | 1,27 | 0,045 | 18168,25 |
| **CV(%)** | 1,31% | 6,61% | 73,06% |
| **Mediana** | 96,90 | 0,681 | 18821,15 |

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

1. **VOLUME DE OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E RIDE**

**4.1. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À CATEGORIA ADMINISTRATIVA E À ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES**

Quanto à oferta de Ensino Superior, o Relatório Técnico elaborado CEBRASPE (2021a), traça um panorama geral da oferta na RIDE, conforme quadros apresentados nos Anexos de 01 e 02, a partir das informações presentes nas edições do Censo da Educação Superior do INEP, de 2010 a 2019 e no Portal e-MEC, do Ministério da Educação, junto ao Cadastro de Instituições de Ensino Superior.

De maneira geral, a Educação Superior brasileira está fincada em atos regulatórios consolidados, entre eles destacam-se, cronologicamente:

1. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
3. Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
4. Portaria Normativa no 840, de 24 de agosto de 2018, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Portanto, é possível distinguir as Instituições de Educação Superior (IES) segundo sua organização acadêmica como universidades, centros universitários e faculdades e, ainda, quanto à sua categoria administrativa, em instituições públicas ou privadas, sendo estas últimas divididas segundo as características de suas entidades mantenedoras, ou seja, instituições públicas federais, estaduais ou municipais ou, instituições privadas, com ou sem finalidades lucrativas. Ainda, conforme disposto na Lei no 12.881, de 12 de novembro de 2013, dentre as IES privadas sem finalidade lucrativa, foram caracterizadas as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). O quadro abaixo ilustra, segundo Cebraspe (2021a), o número de IES existentes no Brasil e no Distrito Federal, ao longo dos anos de 2010 a 2019, segundo sua categoria administrativa (pública ou privada), onde se pode notar que no ano de 2019, 11,6% (302) das IES brasileiras eram de natureza pública e, 88,4% (2306), de natureza privada. Já para o Distrito Federal, 6,9% (5) eram de natureza pública e, 93,1% (67) de natureza privada.

**Quadro 4.1.** Número de IES por categoria administrativa no Brasil e no Distrito Federal, ao longo dos anos de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Número de IES  (Brasil) | | Total | Número de IES  (Distrito Federal) | | Total |
| Pública | Privada | Pública | Privada |
| 2010 | 278 | 2100 | 2378 | 03 | 61 | 64 |
| 2011 | 284 | 2081 | 2365 | 03 | 56 | 59 |
| 2012 | 304 | 2112 | 2416 | 03 | 57 | 60 |
| 2013 | 301 | 2090 | 2391 | 03 | 59 | 62 |
| 2014 | 298 | 2070 | 2368 | 04 | 58 | 62 |
| 2015 | 295 | 2069 | 2364 | 04 | 56 | 60 |
| 2016 | 296 | 2111 | 2407 | 04 | 55 | 59 |
| 2017 | 296 | 2152 | 2448 | 04 | 60 | 64 |
| 2018 | 299 | 2238 | 2537 | 04 | 62 | 66 |
| 2019 | 302 | 2306 | 2608 | 05 | 67 | 72 |
| ∆% | **+8,63** | **+9,8** | **+9,7** | **+66,6** | **+9,83** | **+12,5** |

Adaptado de Cebraspe (2021a).

De maneira geral, os percentuais de IES de natureza pública e privada variam de acordo com a Região do país e, também, em relação à Unidade Federativa, como pode ser visto nos quadros a seguir, a partir dos dados do CenSup (2010 a 2019). Foram selecionados dois Estados da Federação de cada Região Brasileira, totalizando 10 Estados, que não possuíam uma universidade pública estadual até 2019 (Rondônia, Sergipe e Espírito Santo), que possuíam apenas uma (Pará, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás) e mais de uma, sendo Minas Gerais (com duas universidades) pela proximidade sua proximidade ao Distrito Federal e o Estado do Paraná, com sete universidades, por ser a Unidade Federativa com o maior número de Universidades Estaduais. Não há, segundo o que se aponta no quadro, diferenças importantes entre as diferentes Unidades Federativas estudadas, considerando-se que, em geral, o número de faculdades supera o número das demais organizações acadêmicas, sendo seguida pelos centros universitários e por último pelas universidades. Ainda, os Institutos Federais são quase sempre únicos em seus Estados, com exceção de Minas Gerais onde, da mesma forma que as Universidades (13 públicas), o número de Institutos Federais supera os demais (6).

**Quadro 4.2a.** Número de IES, conforme sua organização acadêmica e natureza administrativa (para as Universidades) em 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do Total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019, incluindo a variação percentual no período.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | | UF | Organização Acadêmica | | | | IFes/ CEFET | Total |
| **Universidades** | | **Centros Universitários** | **Faculdades** |
| **Públicas** | **Privadas** |
| 2010 | **Brasil** | | | **101** | **89** | **126** | **2.025** | **37** | **2.378** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 01 | 28 | 01 | 31 |
| PA | 04 | 01 | 02 | 23 | 01 | 31 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 12 | 01 | 15 |
| BA | 06 | 02 | 02 | 104 | 02 | 116 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 16 | 326 | 06 | 370 |
| ES | 01 | 00 | 03 | 83 | 01 | 88 |
| **Sul** | | PR | 09 | 05 | 06 | 160 | 01 | 181 |
| SC | 05 | 08 | 06 | 74 | 02 | 95 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 54 | 01 | 60 |
| GO | 03 | 01 | 03 | 71 | 02 | 80 |
| **DF** | **01** | **01** | **04** | **57** | **01** | **64** |
|  | | | | | | | | | |
| 2011 | **Brasil** | | | **102** | **88** | **131** | **2.004** | **40** | **2.365** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 01 | 29 | 01 | 32 |
| PA | 04 | 01 | 02 | 25 | 01 | 33 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 11 | 01 | 14 |
| BA | 06 | 02 | 02 | 103 | 02 | 115 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 06 | 16 | 311 | 06 | 355 |
| ES | 01 | 00 | 03 | 83 | 01 | 88 |
| **Sul** | | PR | 09 | 05 | 06 | 164 | 01 | 185 |
| SC | 06 | 07 | 07 | 71 | 02 | 93 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 51 | 01 | 57 |
| GO | 03 | 01 | 03 | 73 | 02 | 82 |
| **DF** | **01** | **01** | **05** | **51** | **01** | **59** |
|  | | | | | | | | | |
| 2012 | **Brasil** | | | **108** | **85** | **139** | **2.044** | **40** | **2.416** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 01 | 28 | 01 | 31 |
| PA | 04 | 01 | 02 | 26 | 01 | 34 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 13 | 01 | 16 |
| BA | 06 | 02 | 02 | 104 | 02 | 116 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 16 | 302 | 06 | 346 |
| ES | 01 | 01 | 02 | 83 | 01 | 88 |
| **Sul** | | PR | 09 | 05 | 07 | 173 | 01 | 195 |
| SC | 11 | 02 | 09 | 75 | 02 | 99 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 54 | 01 | 60 |
| GO | 03 | 01 | 04 | 71 | 01 | 81 |
| **DF** | **01** | **01** | **05** | **52** | **01** | **60** |
|  | | | | | | | | | |
| 2013 | **Brasil** | | | **111** | **84** | **140** | **2.016** | **40** | **2.391** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 01 | 30 | 01 | 33 |
| PA | 05 | 01 | 02 | 25 | 01 | 34 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 13 | 01 | 16 |
| BA | 07 | 02 | 02 | 105 | 02 | 118 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 16 | 294 | 06 | 338 |
| ES | 01 | 01 | 02 | 78 | 01 | 83 |
| **Sul** | | PR | 09 | 05 | 08 | 173 | 01 | 196 |
| SC | 11 | 02 | 10 | 73 | 02 | 98 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 55 | 01 | 61 |
| GO | 03 | 01 | 04 | 71 | 02 | 81 |
| **DF** | **01** | **01** | **05** | **54** | **01** | **62** |
|  | | | | | | | | | |
| 2014 | **Brasil** | | | **111** | **84** | **147** | **1.986** | **40** | **2.368** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 01 | 31 | 01 | 34 |
| PA | 05 | 01 | 02 | 27 | 01 | 36 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 14 | 01 | 17 |
| BA | 08 | 02 | 02 | 105 | 02 | 119 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 17 | 265 | 06 | 310 |
| ES | 01 | 01 | 02 | 77 | 01 | 82 |
| **Sul** | | PR | 10 | 05 | 09 | 162 | 01 | 187 |
| SC | 10 | 03 | 10 | 70 | 02 | 95 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 53 | 01 | 59 |
| GO | 03 | 01 | 04 | 74 | 02 | 84 |
| **DF** | **01** | **01** | **06** | **53** | **01** | **62** |
|  | | | | | | | | | |
| 2015 | **Brasil** | | | **105** | **88** | **149** | **1.980** | **40** | **2.364** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 01 | 28 | 01 | 31 |
| PA | 05 | 01 | 02 | 32 | 01 | 41 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 14 | 01 | 17 |
| BA | 08 | 02 | 02 | 104 | 02 | 118 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 18 | 256 | 06 | 302 |
| ES | 01 | 01 | 02 | 76 | 01 | 81 |
| **Sul** | | PR | 10 | 05 | 09 | 161 | 02 | 186 |
| SC | 06 | 07 | 10 | 69 | 02 | 94 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 50 | 01 | 56 |
| GO | 03 | 01 | 04 | 75 | 02 | 85 |
| **DF** | **01** | **01** | **06** | **51** | **01** | **60** |
|  | | | | | | | | | |
| 2016 | **Brasil** | | | **108** | **89** | **166** | **2.004** | **40** | **2.407** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 02 | 28 | 01 | 32 |
| PA | 05 | 01 | 02 | 38 | 01 | 47 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 15 | 01 | 18 |
| BA | 08 | 02 | 03 | 106 | 02 | 121 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 19 | 251 | 06 | 298 |
| ES | 01 | 01 | 04 | 74 | 01 | 81 |
| **Sul** | | PR | 10 | 05 | 11 | 162 | 01 | 189 |
| SC | 06 | 07 | 10 | 69 | 02 | 94 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 53 | 01 | 59 |
| GO | 03 | 01 | 04 | 78 | 02 | 88 |
| **DF** | **01** | **01** | **07** | **49** | **01** | **59** |
|  | | | | | | | | | |
| 2017 | **Brasil** | | | **106** | **93** | **189** | **2.020** | **40** | **2.448** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 02 | 30 | 01 | 34 |
| PA | 05 | 01 | 02 | 45 | 01 | 54 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 15 | 01 | 18 |
| BA | 08 | 02 | 05 | 116 | 02 | 133 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 22 | 246 | 06 | 296 |
| **ES** | **01** | **01** | **04** | **71** | **01** | **78** |
| **Sul** | | PR | 10 | 05 | 16 | 157 | 01 | 189 |
| SC | 04 | 09 | 11 | 67 | 02 | 93 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 53 | 01 | 59 |
| GO | 03 | 01 | 05 | 78 | 02 | 89 |
| **DF** | **01** | **01** | **07** | **54** | **01** | **64** |
|  | | | | | | | | | |
| 2018 | **Brasil** | | | **107** | **92** | **230** | **2.068** | **40** | **2.537** |
| **Norte** | | RO | 01 | 00 | 02 | 31 | 01 | 35 |
| PA | 05 | 01 | 03 | 47 | 01 | 57 |
| **Nordeste** | | SE | 01 | 01 | 00 | 16 | 01 | 19 |
| BA | 08 | 02 | 10 | 124 | 02 | 146 |
| **Sudeste** | | MG | 13 | 09 | 23 | 250 | 06 | 301 |
| ES | 01 | 01 | 04 | 70 | 01 | 77 |
| **Sul** | | PR | 10 | 05 | 19 | 158 | 01 | 196 |
| SC | 04 | 09 | 11 | 71 | 02 | 97 |
| **Centro oeste** | | MT | 02 | 01 | 02 | 55 | 01 | 61 |
| GO | 03 | 01 | 05 | 87 | 02 | 98 |
| **DF** | **01** | **01** | **08** | **55** | **01** | **66** |
|  | | | | | | | | | |
| 2019 | **Brasil** | | | **108** | **90** | **294** | **2.076** | **40** | **2.608** |
| **Norte** | **RO** | | 01 | 00 | 03 | 28 | 01 | 33 |
| **PA** | | 05 | 01 | 05 | 61 | 01 | 73 |
| **Nordeste** | **SE** | | 01 | 01 | 01 | 16 | 01 | 20 |
| **BA** | | 08 | 02 | 19 | 121 | 02 | 152 |
| **Sudeste** | **MG** | | 13 | 08 | 31 | 248 | 06 | 306 |
| **ES** | | 01 | 01 | 04 | 72 | 01 | 79 |
| **Sul** | **PR** | | 10 | 05 | 25 | 150 | 01 | 191 |
| **SC** | | 04 | 09 | 14 | 70 | 02 | 100 |
| **Centro oeste** | **MT** | | 02 | 01 | 05 | 59 | 01 | 68 |
| **GO** | | 03 | 01 | 07 | 95 | 02 | 108 |
| **DF** | | **01** | **01** | **09** | **60** | **01** | **72** |
| *∆%* | | ***BRASIL*** | | ***6,93%*** | ***1,12%*** | ***133,3%*** | ***2,51%*** | ***8,1%*** | ***9,7%*** |
| *∆%* | | ***RO*** | | *0,0%* | *0,0%* | *200,0%* | *0,0%* | *0,0%* | *6,5%* |
| *∆%* | | ***PA*** | | *50,0%* | *0,0%* | *150,0%* | *165,2%* | *0,0%* | *135,4%* |
| *∆%* | | ***SE*** | | *0,0%* | *0,0%* | *100,0%* | *33,3%* | *0,0%* | *33,3%* |
| *∆%* | | ***BA*** | | *25,0%* | *0,0%* | *850,0%* | *16,3%* | *0,0%* | *31,0%* |
| *∆%* | | ***MG*** | | *0,0%* | *-11,1%* | *93,7%* | *-23,9%* | *0,0%* | *-17,3%* |
| *∆%* | | ***ES*** | | *0,0%* | *100%* | *33,3%* | *-13,3%* | *0,0%* | *-10,2%* |
| *∆%* | | ***PR*** | | *11,1%* | *0,0%* | *316,6%* | *-6,25%* | *0,0%* | *5,5%* |
| *∆%* | | ***SC*** | | *-20%* | *12,5%* | *133,3%* | *-5,4%* | *0,0%* | *5,3%* |
| *∆%* | | ***MT*** | | *0,0%* | *0,0%* | *150,0%* | *9,25%* | *0,0%* | *13,3%* |
| *∆%* | | ***GO*** | | *0,0%* | *0,0%* | *133,3%* | *33,8¨%* | *0,0%* | *35,0%* |
| *∆%* | | ***DF*** | | *0,0%* | *0,0%* | *125,0%* | *5,26* | *0,0%* | *9,8%* |

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP (2010-2019)

Quando se detalha a análise para o ano de 2019, nota-se que, a Região Centro-Oeste destaca-se pelos menores valores percentuais de IES Públicas (7,1%), sendo que o Distrito Federal, com 6,9% supera apenas o Estado do Mato Grosso, que possui somente 4,4% de suas IES de natureza pública.

**Quadro 4.2b**. Percentuais de IES, segundo a categoria administrativa (pública ou privada) nas Regiões e em suas Unidades Federativas, com detalhe para 2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria administrativa | Região/Estado | | | | |
| **Norte** | **Nordeste** | **Sudeste** | **Sul** | **Centro-Oeste** |
| Pública | 12,6% | 10,6% | 14,5% | 7,7% | **7,1%** |
| Privada | 87,4% | 89,4% | 85,5% | 92,3% | 92,9% |
|  | **RN** | **MA** | **MG** | **PR** | **MS** |
| Pública | 6,1% | 7,3% | 6,5% | 7,3% | 11,4% |
| Privada | 93,9% | 92,7% | 93,5% | 92,7% | 88,6% |
|  | **AC** | **PI** | **ES** | **SC** | **MT** |
| Pública | 14,3% | 6,5% | 6,3% | 8,0% | 4,4% |
| Privada | 85,7% | 93,5% | 93,7% | 92,0% | 95,6% |
|  | **AM** | **CE** | **RJ** | **RS** | **GO** |
| Pública | 13,0% | 7,5% | 21,2% | 8,2% | 7,4% |
| Privada | 87,0% | 92,5% | 78,8% | 91,8% | 92,6% |
|  | **RR** | **RN** | **SP** |  | **DF** |
| Pública | 37,5% | 17,2% | 18,0% | - | **6,9%** |
| Privada | 62,5% | 82,8% | 82,0% | - | **93,1%** |
|  | **PA** | **PB** | - | - | - |
| Pública | 8,2% | 8,5% | - | - | - |
| Privada | 91,8% | 91,5% | - | - | - |
|  | **AP** | **PE** | - | - | - |
| Pública | 21,4% | 20,0% | - | - | - |
| Privada | 78,6% | 80,0% | - | - | - |
|  | **TO** | **AL** | - | - | - |
| Pública | 19,2% | 12,9% | - | - | - |
| Privada | 80,8% | 87,1% | - | - | - |
|  | - | **SE** | - | - | - |
| Pública | - | 10,0% | - | - | - |
| Privada | - | 90,0% | - | - | - |
|  | - | **BA** | - | - | - |
| Pública | - | 6,6% | - | - | - |
| Privada | - | 93,4% | - | - | - |

Fonte: CenSup (2019)

Segundo Cebraspe (2021a), as definições quanto à categoria administrativa e a organização acadêmica, podem ser utilizadas também para caracterizar a oferta da Educação Superior na RIDE, apontando que as IES, quanto à sua organização acadêmica, poderiam também ser divididas em instituições universitárias (universidades) e não-universitárias (centros universitários, faculdades e institutos de tecnologia).

Ainda, a partir dos dados disponíveis no sítio do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes aos Censos da Educação Superior (CenSup) de 2010 a 2019, tal oferta está caracterizada pela existência em 2019, **de 72 instituições com sede no Distrito Federal, sendo cinco públicas e 67 privadas e, de outras 16 instituições privadas,** segundo o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), nos outros municípios de abrangência, totalizando 88 IES com sede na RIDE. Este número é constituído, em sua maioria, por instituições não-universitárias privadas (Anexos 1 e 2) e por apenas duas universidades: a) Universidade de Brasília (pública federal); e, b) Universidade Católica de Brasília (privada sem fins lucrativos). Por fim, o número total de 88 IES, representa 3,37% das 2608 IES existentes em 2019, ano do último Censo da Educação Superior disponível. Destaca-se que o número de IES presentes no CenSup 2019 não é o mesmo que o atualmente observado no Cadastro e-MEC, devido ao fato das IES credenciadas em 2020 ainda não fazem parte do Censo da Educação Superior.

Quanto à distribuição das sedes das IES nas regiões do Distrito Federal, a partir das análises de Cebraspe (*op.cit.*), verifica-se que a maior concentração se encontra na Asa Sul (18), seguida de Taguatinga (13), da Asa Norte (9) e de Águas Claras (7) e de Guará (5). As demais IES estão distribuídas nas outras 14 regiões.

**Figura 4.1.** Distribuição das sedes das IES do Distrito Federal, segundo a Regional (adaptado de CEBRASPE, 2021a).

Quando se inclui as matrículas em cursos presenciais e a distância, o Distrito Federal apresentava, em 2019, segundo o CenSup, 224.454 matrículas, sendo 40.971 (18,25%) em IES públicas e 183.483 (81,75%) em IES privadas. No quadro abaixo são apresentados os números de matrículas em graduação, nas modalidades de cursos presenciais e a distância (EaD), no Distrito Federal e no Brasil, em 2019, segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa das mantenedoras, onde pode ser observado que o Distrito Federal possuía apenas 2,61% de total de matrículas no Brasil. Quando se consideram apenas as matrículas em IES públicas, o percentual é ainda menor, chegando a 1,97% do total.

**Quadro 4.3**. Matrículas em Cursos de Graduação, nas modalidades Presencial e a Distância no Distrito Federal e no Brasil, em 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade da Federação / Categoria Administrativa | | Organização Acadêmica | | | | |
| **Total Geral** | **Universidades** | **Centros Universitários** | **Faculdades** | **IF e CEFET** |
| Distrito Federal | **Total** | **224.454** | **83.371** | **97.138** | **40.122** | **3.823** |
| Pública | 40.971 | 36.118 | - | 1.030 | 3.823 |
| Federal | 40.198 | 36.118 | - | 257 | 3.823 |
| Estadual | 773 | - | - | 773 | - |
| Municipal | - | - | - | - | - |
| Privada | 183.483 | 47.253 | 97.138 | 39.092 | - |
| Brasil | **Total** | **8.603.824** | **4.487.849** | **2.263.304** | **1.636.828** | **215.843** |
| Pública | 2.080.146 | 1.721.425 | 20.962 | 121.916 | 215.843 |
| Federal | 1.335.254 | 1.114.468 | 2.167 | 2.776 | 215.843 |
| Estadual | 656.585 | 571.714 | 1.179 | 83.692 | - |
| Municipal | 88.307 | 35.243 | 17.616 | 35.448 | - |
| Privada | 6.523.678 | 2.766.424 | 2.242.342 | 1.514.912 | - |
| Fonte: compilado de CenSup 2019 (MEC/INEP/DEED  IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica | | | | | | |

A partir de uma visão mais aprofundada dos dados acima, é possível comparar as variações percentuais de matrículas, conforme a categoria administrativa das IES, para as Regiões brasileiras e, para cada uma das Unidades Federativas. Da análise do quadro abaixo, o Distrito Federal figura entre as Unidades Federativas com menor participação das matrículas em IES públicas em relação ao total de matrículas, com aproximadamente 18,3%, ficando acima apenas dos Estados de São Paulo (16,1%) e do Rio Grande do Norte (6,1%).

**Quadro 4.4**. Percentuais de matrículas em IES, segundo a categoria administrativa (pública ou privada) nas Regiões e em suas Unidades Federativas.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria administrativa | Região/Estado | | | | |
| **Norte** | **Nordeste** | **Sudeste** | **Sul** | **Centro-Oeste** |
| Pública | 27,1% | 32,3% | 20,2% | 22,1% | 25,2% |
| Privada | 72,9% | 67,7% | 79,8% | 77,9% | 74,8% |
|  | **RN** | **MA** | **MG** | **PR** | **MS** |
| Pública | 6,1% | 36,3% | 24,9% | 26,2% | 28,3% |
| Privada | 93,9% | 63,7% | 75,1% | 73,8% | 71,7% |
|  | **AC** | **PI** | **ES** | **SC** | **MT** |
| Pública | 28,1% | 37,3% | 20,8% | 16,8% | 29,1% |
| Privada | 71,9% | 62,7% | 79,2% | 83,2% | 70,9% |
|  | **AM** | **CE** | **RJ** | **RS** | **GO** |
| Pública | 29,7% | 30,2% | 26,2% | 21,7% | 27,1% |
| Privada | 70,3% | 69,8% | 73,8% | 78,3% | 72,9% |
|  | **RR** | **RN** | **SP** |  | **DF** |
| Pública | 37,2% | 43,0% | 16,1% | - | **18,3%** |
| Privada | 62,8% | 57,0% | 83,9% | - | **81,7%** |
|  | **PA** | **PB** | - | - | - |
| Pública | 25,3% | 44,0% | - | - | - |
| Privada | 74,7% | 56,0% | - | - | - |
|  | **AP** | **PE** | - | - | - |
| Pública | 26,7% | 29,4% | - | - | - |
| Privada | 73,3% | 70,6% | - | - | - |
|  | **TO** | **AL** | - | - | - |
| Pública | 35,8% | 33,8% | - | - | - |
| Privada | 64,2% | 66,2% | - | - | - |
|  | - | **SE** | - | - | - |
| Pública | - | 32,8% | - | - | - |
| Privada | - | 67,2% | - | - | - |
|  | - | **BA** | - | - | - |
| Pública | - | 24,7% | - | - | - |
| Privada | - | 75,3% | - | - | - |

Fonte: CenSup (2019)

Em relação ao Distrito Federal, quando se discute a variação do número de matrículas em graduação (presencial e a distância), observa-se que a participação das matrículas em instituições públicas em relação ao total, apresentou um pequeno aumento percentual, saindo de cerca de 15,8% para 18,2% (quadro abaixo). Todavia, em termos do total de matrículas das IES públicas, o aumento foi de aproximadamente 65%, passando de 24.750 para 40.971, que pode ser observado nos dois quadros abaixo, que trazem resultados vinculados, ou seja, o número de matrículas relacionado à natureza administrativa da IES, como também como reflexo do número de cursos oferecidos por estas IES.

**Quadro 4.5a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a categoria administrativa da IES, na série histórica do CenSup 2010-2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Categoria administrativa | | | | Total |
| **Pública** | | **Privada** | |
| 2010 | 24.750 | 15,75% | 132.361 | 84,25% | 157.111 |
| 2011 | 28.591 | 15,25% | 158.851 | 84,75% | 187.442 |
| 2012 | 23.003 | 13,97% | 141.638 | 86,03% | 164.641 |
| 2013 | 31.472 | 15,53% | 171.239 | 84,47% | 202.711 |
| 2014 | 33.267 | 15,22% | 185.280 | 84,78% | 218.547 |
| 2015 | 36.203 | 17,78% | 167.368 | 82,22% | 203.571 |
| 2016 | 37.187 | 16,81% | 184.025 | 83,19% | 221.212 |
| 2017 | 39.109 | 17,52% | 184.118 | 82,48% | 223.227 |
| 2018 | 39.948 | 18,03% | 181.587 | 81,97% | 221.535 |
| 2019 | 40.971 | 18,25% | 183.483 | 81,75% | 224.454 |
| Variação | **16.221** |  | **51.122** |  | **67.343** |
| % | 65,54% |  | 38,62% |  | 42,86% |

A partir da série histórica de 2010 a 2019 do CenSup, o Cebraspe (2021a) apontou que houve um aumento de cerca de 43% no número de matrículas nas IES do Distrito Federal (de 157.111 para 224.454), como pode ser visto no Quadro 4.6, que foi adaptado do referido trabalho, destacando-se o incremento percentual importante (173,06%) observado no aumento das matrículas nos Centros Universitários (de 35.574 para 97.138), com reflexo direto na redução do número de matrículas das Faculdades (-45,02%). Isto pode ser explicado pelo fato de algumas Faculdades terem sido credenciadas como Centros Universitários, por transformação, ao longo dos 10 anos do estudo.

Segundo o mesmo estudo, o quadro abaixo apresenta o número de cursos de graduação oferecidos por IES, conforme sua natureza administrativa (IES pública ou IES privada), onde se pode comparar a distribuição das frequências do número de cursos oferecidos no Distrito Federal com outras duas unidades da federação, ou seja, os Estados de Goiás e de Minas Gerais.

**Quadro 4.5b.** Número de cursos de graduação oferecidos pelas IES, conforme sua natureza administrativa, no Distrito Federal e em outras duas unidades da federação (Estados de Goiás e de Minas Gerais).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | UF | Natureza Administrativa | | | | |
| **Pública** | **%** | **Privada** | **%** | **Total** |
| 2015 | **Brasil** | **10.769** | **32,15%** | **22.732** | **67,85%** | **33.501** |
| DF | 149 | 21,13% | 556 | 78,87% | 705 |
| Minas Gerais | 957 | 29,56% | 2.280 | 70,44% | 3.237 |
| Goiás | 469 | 45,05% | 572 | 54,95% | 1.041 |
| 2016 | **Brasil** | **10.542** | **30,68%** | **23.824** | **69,32%** | **34.366** |
| DF | 151 | 21,09% | 565 | 78,91% | 716 |
| Minas Gerais | 967 | 29,15% | 2.350 | 70,85% | 3.317 |
| Goiás | 464 | 43,04% | 614 | 56,96% | 1.078 |
| 2017 | **Brasil** | **10.425** | **29,47%** | **24.955** | **70,53%** | **35.380** |
| DF | 152 | 20,21% | 600 | 79,79% | 752 |
| Minas Gerais | 990 | 29,19% | 2.401 | 70,81% | 3.391 |
| Goiás | 470 | 41,96% | 650 | 58,04% | 1.120 |
| 2018 | **Brasil** | **10.526** | **27,73%** | **27.436** | **72,27%** | **37.962** |
| DF | 153 | 19,59% | 628 | 80,41% | 781 |
| Minas Gerais | 990 | 28,13% | 2.529 | 71,87% | 3.519 |
| Goiás | 480 | 39,28% | 742 | 60,72% | 1.222 |
| 2019 | **Brasil** | **10.714** | **26,50%** | **29.713** | **73,50%** | **40.427** |
| DF | 155 | 18,59% | 679 | 81,41% | 834 |
| Minas Gerais | 1.008 | 27,91% | 2.603 | 72,09% | 3.611 |
| Goiás | 494 | 37,91% | 809 | 62,09% | 1.303 |
| Médias | **Brasil** |  | **29,30%** |  | **70,70%** |  |
| DF |  | 20,12% |  | 79,88% |  |
| Minas Gerais |  | 28,79% |  | 71,21% |  |
| Goiás |  | 41,45% |  | 58,55% |  |
| Desvio  Padrão | **Brasil** |  | **2,25%** |  | **2,25%** |  |
| DF |  | 1,07% |  | 1,07% |  |
| Minas Gerais |  | 0,72% |  | 0,72% |  |
| Goiás |  | 2,87% |  | 2,87% |  |

Segundo Cebraspe (2021a). (Adaptado)

De forma geral, destaca-se que o número de cursos oferecidos pelas IES privadas nas três unidades da federação foi sempre maior que o oferecido nas IES públicas, fato que é também refletido quando se considera o total nacional. Pode-se observar que as médias apresentadas pelo Distrito Federal (cerca de 80%) e pelo Estado de Minas Gerais (cerca de 71%) ficaram mais próximas das apresentadas para o total nacional (cerca de 71%). Todavia, quando se analisa a proporção de cursos oferecidos pelas IES privadas do Estado de Goiás, há uma considerável redução do peso das IES privadas (cerca de 59%). Nota-se que a variação em torno da média, na forma de desvio-padrão, foi pequena em todos os casos.

Outro destaque a partir da análise do quadro acima é o fato de que o número de cursos de graduação oferecidos por IES públicas no Distrito Federal, em 2019, representavam apenas 1,45% (155 de 10.714) do total das IES públicas brasileiras, bem abaixo dos percentuais apresentados pelos Estados de Minas Gerais (9,41%) e de Goiás (4,61%). Já para os cursos oferecidos pelas IES privadas, o cenário é o mesmo, sendo a proporção do Distrito Federal igual a 2,29% (679 de 29.713), frente aos percentuais de 8,76% para MG e 2,72% para GO.

**Quadro 4.6a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a organização acadêmica, na série histórica do CenSup 2010-2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Organização Acadêmica | | | | Total |
| **Universidades** | **Centros Universitários** | **Faculdades** | **Institutos Federais** |
| 2010 | 48.479 | 35.574 | 72.970 | 88 | **157.111** |
| 2011 | 69.916 | 48.728 | 68.606 | 192 | **187.442** |
| 2012 | 47.674 | 52.926 | 63.525 | 516 | **164.641** |
| 2013 | 77.061 | 61.757 | 63.245 | 648 | **202.711** |
| 2014 | 84.483 | 71.579 | 61.519 | 966 | **218.547** |
| 2015 | 87.385 | 76.941 | 37.916 | 1329 | **203.571** |
| 2016 | 86.055 | 82.839 | 50.482 | 1836 | **221.212** |
| 2017 | 86.428 | 85.160 | 49.176 | 2463 | **223.227** |
| 2018 | 84.180 | 92.057 | 42.213 | 3085 | **221.535** |
| 2019 | 83.371 | 97.138 | 40.122 | 3823 | **224.454** |
| Variação | **34.892** | **61.564** | **-32.848** | **3.735** | **67.343** |
| % | 71,97% | 173,06% | -45,02% | 4244,32% | 42,86% |
| Adaptado de CEBRASPE (2021a). | | | | | |

Na figura abaixo pode ser verificado que a participação de cada organização acadêmica no número total de matrículas de graduação no Distrito Federal (224.454), variou ao longo do período de 2010-2019, com destaque para os Centros Universitários, que passaram de 22,64% para 43,28% e, para as Universidades, que passaram de 30,86% para 37,14%. Por outro lado, as Faculdades, como já visto, apresentaram redução expressiva, reduzindo sua participação percentual de 46,44% para 17,88%.

**Figura 4.2.** Variação percentual do número de matrículas em graduação no Distrito Federal, de 2010 a 2019, segundo a organização acadêmica (adaptado de CEBRASPE, 2021a).

É importante destacar que o número de matrículas das IES públicas ou privadas, também é influenciada pela oferta de determinados cursos e áreas e, pelo número de vagas oferecidas em cada um deles. Segundo a análise feita pelo Cebraspe (2021a), para o Distrito Federal, os cursos de graduação com o maior número de matrículas foram os de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Direito, Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Enfermagem e Bacharelado em Engenharia Civil, quando foram considerados os cursos das mais diferentes áreas do conhecimento. Mais ainda, quando são considerados apenas os cursos da área de interesse do presente estudo (Engenharias, Tecnologias e Inovação), os cursos de maior destaque foram os de Bacharelado em Engenharia Civil, de Bacharelado em Sistemas de Informação e o Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Todavia, sinalizou-se que os programas de Bacharelado Engenharia Civil, na modalidade presencial, apresentaram, ao longo da série histórica, uma redução de demanda de matrículas, chegando a reduzir 17,4% apenas entre 2018 e 2019. Por outro lado, o curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, apresentou um incremento de 3,93% no mesmo período. Estes achados apontam para três possíveis explicações: a) a primeira, relacionada à maior procura aos programas de menor duração, o que desfavorece os cursos de engenharia, de maneira geral, visto que são ministrados, via de regra, em 10 semestres; b) a segunda, é que a área afeta à informática tende a apresentar um aumento de demanda considerando-se que as inovações tecnológicas da Sociedade em geral estão, a cada dia, mais próximas da automação e da digitalização; e, c) que os cursos oferecidos pelas IES privadas que possuam maior custo de semestralidade, como é o caso de engenharias, têm perdido atratividade frente ao cenário econômico atual.

No mesmo trabalho, um indicador de variação de demanda afeto à relação candidato por vaga nos cursos de interesse do presente projeto, identificou que no Distrito Federal, o maior valor deste indicador, para o ano de 2019, foi apresentado para o curso Superior de Tecnologia em Sistemas para a Internet, com (25,85 candidatos/vaga). A mesma análise foi feitas para os Estados de Goiás e de Minas Gerais, para os quais o curso de Biotecnologia destacou-se com a relação candidado/vaga, respectivamente, de 8,96 e 4,42. A título de exemplo, o quadro abaixo, ilustra a comparação entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás, para alguns cursos de graduação, entre eles, sete programas na área de interesse e três de outras áreas, conforme a natureza administrativa da IES.

**Quadro 4.6b**. Demanda avaliada como relação candidato/vaga, em cursos de graduação da área de interesse e de outras áreas, para o Distrito Federal e o Estado de Goiás, segundo a natureza administrativa.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Área | Curso | UF | IES Pública | IES Privada | Geral |
| Área de Interesse | **Bacharelado em Ciências da Computação** | GO | 6.36 | 1.59 | 2.73 |
| DF | **8.46** | 1.46 | 1.76 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Engenharia Ambiental** | GO | 4.01 | 0.20 | 1.43 |
| DF | 3.56 | - | 3.56 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Engenharia Civil** | GO | 4.54 | 0.87 | 1.50 |
| DF | **7.08** | 0.83 | 0.92 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Engenharia de Produção** | GO | 4.25 | 0.53 | 0.91 |
| DF | 3.93 | 0.17 | 0.47 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Engenharia Mecatrônica** | GO | 4.43 | 1.55 | 1.85 |
| DF | 4.77 | 1.87 | 2.49 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Engenharia Mecânica** | GO | 4.43 | 1.55 | 1.85 |
| DF | 4.77 | 1.87 | 2.49 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Engenharia Química** | GO | 9.52 | 1.2 | 2.04 |
| DF | 3.67 | - | 3.67 |
|  |  | | | |  |
| Outras áreas | **Bacharelado em Administração** | GO | 4.94 | 0.70 | 0.98 |
| DF | 16.03 | 1.29 | 1.68 |
|  | | | | |
| **Bacharelado em Direito** | GO | 5.32 | 1.90 | 2.35 |
| DF | 16.45 | 2.39 | 2.64 |
|  | | | |  |
| **Bacharelado em Enfermagem** | GO | 10.01 | 1.37 | 1.74 |
| DF | 24.1 | 2.64 | 3.40 |
|  | | | | |

Fonte: Adaptado de Cebraspe (2021b)

Como pode ser visto, tanto os cursos da área de interesse, como os demais cursos, apresentam maiores relações candidato/vaga nas IES públicas em relação às IES privadas, tanto no Distrito Federal quanto no Estado de Goiás. Certamente, este resultado se deve ao elevado número de vagas oferecidas pelas IES privadas e, mais ainda, pela gratuidade das IES públicas que se torna um ponto de atratividade aos candidatos. Importante destacar que a demanda dos cursos da área de interesse nas IES públicas no Distrito Federal é de cerca de 4 candidatos/vaga e, em especial, para os cursos de Bacharelado em Engenharia Civil (acima de 7 candidatos/vaga) e de Bacharelado em Ciência da Computação (acima de 8 candidatos/vaga), mostrando uma clara demanda favorável à oferta dos programas em IES públicas.

**4.2. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO SEXO DOS ALUNOS**

No que tange ao número de matrículas na Educação Superior, em nível de graduação (bacharelado, licenciatura ou superior de tecnologia), em 2010, o Brasil apresentava 5.449.120 matrículas em cursos de graduação, das quais 2.432.816 (44,65%) eram de indivíduos do sexo masculino e 3.016.304 (55,35%). Já em 2019, estes valores passaram para 6.153.560, com uma variação de 12,93% desde 2010. Já quando se verificam os números de matrículas de homens (2.723.445 representando 44,26% do total) e de mulheres (3.430.130 representando 55,74% do total), pode-se perceber que houve um incremento percentual maior para o sexo feminino. Da mesma forma, quando são considerados os números de concluintes dos cursos de graduação de 2010 e de 2019, pode-se observar que os números variaram 12,63%, partindo de 829.286 para 934.037, sendo que para os homens variou de 337.085 para 382.516 (13,48%) concluintes e para as mulheres, variou de 492.201 para 551.521 (12,05%) concluintes, como se pode observar no quadro abaixo.

**Quadro 4.7 (parte 1)**. Distribuição de matrículas e de concluintes dos cursos presenciais, por sexo, em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | Unidade da Federação | Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais | | | | | |
| **Matrículas** | | | **Concluintes** | | |
| **Total** | **Masculino** | **Feminino** | **Total** | **Masculino** | **Feminino** |
| 2010 | **Brasil** | | **5.449.120** | **2.432.816** | **3.016.304** | **829.286** | **337.085** | **492.201** |
| **Norte** | **RO** | 40.134 | 16.639 | 23.495 | 5.142 | 2.170 | 2.972 |
| **PA** | 101.210 | 44.720 | 56.490 | 13.398 | 5.641 | 7.757 |
| **Nordeste** | **SE** | 49.796 | 21.898 | 27.898 | 6.137 | 2.422 | 3.715 |
| **BA** | 248.280 | 102.122 | 146.158 | 35.346 | 13.317 | 22.029 |
| **Sudeste** | **MG** | 559.133 | 254.491 | 304.642 | 92.586 | 37.879 | 54.707 |
| **ES** | 101.227 | 44.528 | 56.699 | 16.474 | 6.430 | 10.044 |
| **Sul** | **PR** | 335.303 | 155.109 | 180.194 | 56.363 | 24.033 | 32.330 |
| **SC** | 204.235 | 94.383 | 109.852 | 31.911 | 13.106 | 18.805 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 91.597 | 38.836 | 52.761 | 11.378 | 4.327 | 7.051 |
| **GO** | 173.003 | 73.731 | 99.272 | 25.782 | 9.975 | 15.807 |
| **DF** | **157.111** | **69.687** | **87.424** | **24.993** | **10.691** | **14.302** |
| 2011 | **Brasil** | | **5.746.762** | **2.572.656** | **3.174.106** | **865.161** | **349.352** | **515.809** |
| **Norte** | **RO** | 42.928 | 17.508 | 25.420 | 6.710 | 2.648 | 4.062 |
| **PA** | 110.074 | 48.524 | 61.550 | 14.883 | 6.169 | 8.714 |
| **Nordeste** | **SE** | 54.990 | 23.999 | 30.991 | 6.343 | 2.520 | 3.823 |
| **BA** | 264.278 | 107.778 | 156.500 | 36.467 | 13.533 | 22.934 |
| **Sudeste** | **MG** | 581.457 | 267.006 | 314.451 | 90.444 | 37.104 | 53.340 |
| **ES** | 105.092 | 45.717 | 59.375 | 17.241 | 6.678 | 10.563 |
| **Sul** | **PR** | 348.077 | 160.914 | 187.163 | 58.678 | 24.792 | 33.886 |
| **SC** | 211.386 | 98.280 | 113.106 | 31.215 | 12.932 | 18.283 |
| **Centro-oeste** | **MT** | 101.175 | 42.317 | 58.858 | 13.584 | 5.037 | 8.547 |
| **GO** | 194.616 | 82.643 | 111.973 | 30.948 | 11.593 | 19.355 |
| **DF** | 164.804 | 73.027 | 91.777 | **27.107** | **11.152** | **15.955** |
| 2012 | **Brasil** | | **5.923.838** | **2.637.423** | **3.286.415** | **876.091** | **354.071** | **522.020** |
| **Norte** | **RO** | 1.715.752 | 804.595 | 911.157 | 202.394 | 86.552 | 115.842 |
| **PA** | 985.202 | 475.358 | 509.844 | 96.270 | 43.268 | 53.002 |
| **Nordeste** | **SE** | 560.505 | 254.745 | 305.760 | 78.489 | 32.395 | 46.094 |
| **BA** | 170.045 | 74.492 | 95.553 | 27.635 | 10.889 | 16.746 |
| **Sudeste** | **MG** | 4.208.086 | 1.832.828 | 2.375.258 | 673.697 | 267.519 | 406.178 |
| **ES** | 404.727 | 173.412 | 231.315 | 51.382 | 19.833 | 31.549 |
| **Sul** | **PR** | 180.017 | 81.325 | 98.692 | 17.418 | 7.034 | 10.384 |
| **SC** | 130.950 | 59.721 | 71.229 | 10.090 | 4.185 | 5.905 |
| **Centro-oeste** | **MT** | 41.147 | 18.527 | 22.620 | 5.730 | 2.206 | 3.524 |
| **GO** | 7.920 | 3.077 | 4.843 | 1.598 | 643 | 955 |
| **DF** | **224.710** | **92.087** | **132.623** | **33.964** | **12.799** | **21.165** |

(continua)

**Quadro 4.7. (parte 2)**. Distribuição de matrículas e de concluintes dos cursos presenciais, por sexo, em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | Unidade da Federação | Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais | | | | | |
| **Matrículas** | | | **Concluintes** | | |
| **Total** | **Masculino** | **Feminino** | **Total** | **Masculino** | **Feminino** |
| 2013 | **Brasil** | | **6.152.405** | **2.736.167** | **3.416.238** | **829.938** | **338.200** | **491.738** |
| **Norte** | **RO** | 45.590 | 18.522 | 5.580 | 5.580 | 2.054 | 3.526 |
| **PA** | 125.385 | 53.254 | 14.513 | 14.513 | 5.780 | 8.733 |
| **Nordeste** | **SE** | 65.630 | 28.168 | 6.281 | 6.281 | 2.421 | 3.860 |
| **BA** | 289.427 | 113.949 | 32.937 | 32.937 | 11.993 | 20.944 |
| **Sudeste** | **MG** | 631.238 | 289.690 | 83.903 | 83.903 | 35.283 | 48.620 |
| **ES** | 109.216 | 47.742 | 15.587 | 15.587 | 6.169 | 9.418 |
| **Sul** | **PR** | 360.424 | 166.006 | 55.963 | 55.963 | 23.451 | 32.512 |
| **SC** | 224.210 | 104.453 | 31.272 | 31.272 | 13.063 | 18.209 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 117.257 | 48.928 | 14.517 | 14.517 | 5.116 | 9.401 |
| **GO** | 201.515 | 85.850 | 28.096 | 28.096 | 10.909 | 17.187 |
| **DF** | **176.987** | **78.739** | **25.329** | **25.329** | **10.838** | **14.491** |
| 2014 | **Brasil** | | **6.486.171** | **2.874.496** | **3.611.675** | **837.304** | **339.264** | **498.040** |
| **Norte** | **RO** | 48.491 | 19.669 | 28.822 | 6.109 | 2.189 | 3.920 |
| **PA** | 134.563 | 56.916 | 77.647 | 18.968 | 6.961 | 12.007 |
| **Nordeste** | **SE** | 69.098 | 29.556 | 39.542 | 6.226 | 2.326 | 3.900 |
| **BA** | 317.908 | 123.542 | 194.366 | 37.219 | 13.151 | 24.068 |
| **Sudeste** | **MG** | 665.592 | 303.082 | 362.510 | 84.872 | 35.497 | 49.375 |
| **ES** | 118.175 | 51.742 | 66.433 | 15.229 | 6.005 | 9.224 |
| **Sul** | **PR** | 376.563 | 173.887 | 202.676 | 58.941 | 24.361 | 34.580 |
| **SC** | 229.322 | 107.061 | 122.261 | 30.675 | 12.701 | 17.974 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 128.419 | 53.502 | 74.917 | 15.416 | 5.757 | 9.659 |
| **GO** | 210.018 | 89.936 | 120.082 | 28.245 | 10.984 | 17.261 |
| **DF** | **185.619** | **81.291** | **104.328** | **26.693** | **10.943** | **15.750** |
| 2015 | **Brasil** | | **6.633.545** | **2.946.174** | **3.687.371** | **916.363** | **367.681** | **548.682** |
| **Norte** | **RO** | 48.926 | 20.178 | 28.748 | 6.952 | 2.610 | 4.342 |
| **PA** | 134.211 | 57.511 | 76.700 | 19.315 | 7.450 | 11.865 |
| **Nordeste** | **SE** | 72.125 | 30.902 | 41.223 | 8.162 | 3.003 | 5.159 |
| **BA** | 326.536 | 128.769 | 197.767 | 37.749 | 13.089 | 24.660 |
| **Sudeste** | **MG** | 677.478 | 308.740 | 368.738 | 91.600 | 37.888 | 53.712 |
| **ES** | 119.805 | 52.138 | 67.667 | 14.957 | 5.612 | 9.345 |
| **Sul** | **PR** | 389.966 | 181.751 | 208.215 | 59.397 | 25.052 | 34.345 |
| **SC** | 235.332 | 110.279 | 125.053 | 32.326 | 13.428 | 18.898 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 130.245 | 54.979 | 75.266 | 16.801 | 6.220 | 10.581 |
| **GO** | 209.158 | 89.400 | 119.758 | 31.111 | 11.999 | 19.112 |
| **DF** | 186.175 | 81.434 | 104.741 | 28.725 | 11.814 | 16.911 |

(continua)

**Quadro 4.7. (parte 3)**. Distribuição de matrículas e de concluintes dos cursos presenciais, por sexo, em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | Unidade da Federação | Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais | | | | | |
| **Matrículas** | | | **Concluintes** | | |
| **Total** | **Masculino** | **Feminino** | **Total** | **Masculino** | **Feminino** |
| 2016 | **Brasil** | | **6.554.283** | **2.913.020** | **3.641.263** | **938.732** | **376.669** | **562.063** |
| **Norte** | **RO** | 49.123 | 20.520 | 28.603 | 6.957 | 2.676 | 4.281 |
| **PA** | 148.736 | 63.879 | 84.857 | 22.796 | 8.674 | 14.122 |
| **Nordeste** | **SE** | 72.014 | 30.838 | 41.176 | 8.698 | 3.371 | 5.327 |
| **BA** | 327.672 | 130.244 | 197.428 | 38.386 | 12.909 | 25.477 |
| **Sudeste** | **MG** | 668.051 | 303.645 | 364.406 | 95.861 | 39.827 | 56.034 |
| **ES** | 120.882 | 53.458 | 67.424 | 16.783 | 6.429 | 10.354 |
| **Sul** | **PR** | 384.632 | 179.354 | 205.278 | 60.978 | 25.488 | 35.490 |
| **SC** | 232.948 | 109.191 | 123.757 | 32.695 | 13.565 | 19.130 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 128.643 | 54.763 | 73.880 | 17.549 | 6.431 | 11.118 |
| **GO** | 204.345 | 87.416 | 116.929 | 29.296 | 11.091 | 18.205 |
| **DF** | **185.114** | **81.208** | **103.906** | **28.008** | **11.671** | **16.337** |
| 2017 | **Brasil** | | **6.529.681** | **2.910.918** | **3.618.763** | **947.606** | **382.334** | **565.272** |
| **Norte** | **RO** | 50.869 | 21.481 | 29.388 | 7.255 | 2.628 | 4.627 |
| **PA** | 153.085 | 66.543 | 86.542 | 23.998 | 9.265 | 14.733 |
| **Nordeste** | **SE** | 70.369 | 30.255 | 40.114 | 9.563 | 3.657 | 5.906 |
| **BA** | 331.229 | 133.650 | 197.579 | 41.005 | 14.541 | 26.464 |
| **Sudeste** | **MG** | 669.120 | 304.200 | 364.920 | 97.686 | 40.644 | 57.042 |
| **ES** | 116.965 | 51.586 | 65.379 | 18.820 | 7.444 | 11.376 |
| **Sul** | **PR** | 382.853 | 178.656 | 204.197 | 62.350 | 26.035 | 36.315 |
| **SC** | 232.876 | 108.767 | 124.109 | 33.336 | 13.908 | 19.428 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 127.686 | 55.211 | 72.475 | 17.818 | 6.436 | 11.382 |
| **GO** | 206.794 | 89.045 | 117.749 | 30.067 | 11.645 | 18.422 |
| **DF** | **182.279** | **79.912** | **102.367** | **29.710** | **12.177** | **17.533** |
| 2018 | **Brasil** | | **6.394.244** | **2.843.128** | **3.551.116** | **990.415** | **401.032** | **589.383** |
| **Norte** | **RO** | 50.517 | 21.211 | 29.306 | 7.390 | 2.743 | 4.647 |
| **PA** | 152.964 | 66.860 | 86.104 | 23.763 | 9.245 | 14.518 |
| **Nordeste** | **SE** | 67.196 | 28.877 | 38.319 | 9.797 | 3.773 | 6.024 |
| **BA** | 332.877 | 134.811 | 198.066 | 46.252 | 16.055 | 30.197 |
| **Sudeste** | **MG** | 648.554 | 293.051 | 355.503 | 101.498 | 42.490 | 59.008 |
| **ES** | 115.385 | 51.162 | 64.223 | 18.716 | 7.340 | 11.376 |
| **Sul** | **PR** | 376.694 | 175.845 | 200.849 | 61.165 | 25.804 | 35.361 |
| **SC** | 222.982 | 103.903 | 119.079 | 33.864 | 14.180 | 19.684 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 123.599 | 53.570 | 70.029 | 17.711 | 6.765 | 10.946 |
| **GO** | 204.834 | 87.718 | 117.116 | 31.666 | 12.178 | 19.488 |
| **DF** | **175.511** | **76.612** | **98.899** | **31.433** | **13.076** | **18.357** |

(continua)

**Quadro 4.7. (parte 4)**. Distribuição de matrículas e de concluintes dos cursos presenciais, por sexo, em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | Unidade da Federação | Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais | | | | | |
| **Matrículas** | | | **Concluintes** | | |
| **Total** | **Masculino** | **Feminino** | **Total** | **Masculino** | **Feminino** |
| 2019 | **Brasil** | | **6.153.560** | **2.723.445** | **3.430.115** | **934.037** | **382.516** | **551.521** |
| **Norte** | **RO** | 48.754 | 20.491 | 28.263 | 7.201 | 2.582 | 4.619 |
| **PA** | 155.516 | 67.743 | 87.773 | 24.323 | 9.839 | 14.484 |
| **Nordeste** | **SE** | 65.483 | 28.415 | 37.068 | 9.217 | 3.506 | 5.711 |
| **BA** | 316.638 | 128.397 | 188.241 | 42.694 | 15.177 | 27.517 |
| **Sudeste** | **MG** | 623.964 | 279.664 | 344.300 | 97.501 | 40.581 | 56.920 |
| **ES** | 108.358 | 47.474 | 60.884 | 17.431 | 6.949 | 10.482 |
| **Sul** | **PR** | 362.967 | 169.051 | 193.916 | 58.253 | 24.747 | 33.506 |
| **SC** | 222.849 | 100.720 | 122.129 | 33.524 | 14.214 | 19.310 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 118.322 | 51.244 | 67.078 | 16.727 | 6.515 | 10.212 |
| **GO** | 200.410 | 85.743 | 114.667 | 29.006 | 11.392 | 17.614 |
| **DF** | **168.981** | **73.518** | **95.463** | **29.685** | **12.226** | **17.459** |
| Incremento Percentual 2010-2019 (∆%) | **Brasil(∆%)** | | **12,93%** | **11,95%** | **13,72%** | **12,63%** | **13,48%** | **12,05%** |
| **Norte** | **RO(∆%)** | 21,48% | 23,15% | 20,29% | 40,04% | 18,99% | 55,42% |
| **PA(∆%)** | 53,66% | 51,48% | 55,38% | 81,54% | 74,42% | 86,72% |
| **Nordeste** | **SE(∆%)** | 31,50% | 29,76% | 32,87% | 50,19% | 44,76% | 53,73% |
| **BA(∆%)** | 27,53% | 25,73% | 28,79% | 20,79% | 13,97% | 24,91% |
| **Sudeste** | **MG(∆%)** | 11,59% | 9,89% | 13,02% | 5,31% | 7,13% | 4,05% |
| **ES(∆%)** | 7,04% | 6,62% | 7,38% | 5,81% | 8,07% | 4,36% |
| **Sul** | **PR(∆%)** | 8,25% | 8,99% | 7,62% | 3,35% | 2,97% | 3,64% |
| **SC(∆%)** | 9,11% | 6,71% | 11,18% | 5,05% | 8,45% | 2,69% |
| **Centro-Oeste** | **MT(∆%)** | 29,18% | 31,95% | 27,14% | 47,01% | 50,57% | 44,83% |
| **GO(∆%)** | 15,84% | 16,29% | 15,51% | 12,50% | 14,21% | 11,43% |
| **DF(∆%)** | **7,56%** | **5,50%** | **9,20%** | **18,77%** | **14,36%** | **22,07%** |

Fonte: Censo da Educação Superior – 2010 a 2019.

Quando se analise a variação percentual na série histórica de 2010 a 2019 para o número total de matrículas no ensino de graduação presencial, pode-se perceber que, entre as Unidades da Federação estudadas, o Distrito Federal apresentou a segunda menor variação (7,56%), passando de 157.111 para 168.981, superior apenas ao Estado do Espírito Santo, que variou 7,04%. Ainda, o DF ficou abaixo também a média para todo o Brasil, que foi de cerca de 13% de incremeno nas matrículas. A figura abaixo mostra os valores para a Unidades da Federação avaliadas, com destaque para o Estado do Pará com cerca de 54% de variação ao longo da série histórica.

**Figura 4.3a.** Incremento percentual no número total de matrículas dos cursos presenciais em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019 (Fonte: Censo da Educação Superior – 2010 a 2019).

Por outro lado, quando se analisa o incremento no número de concluintes, pode-se perceber na figura abaixo que o Distrito Federal, com 18,77% de incremento, superou marca média brasileira (12,63%), além de outros cinco Estados (GO, ES, MG, SC e PR). Novamente, destaca-se o grande crescimento no número de concluintes, como havia sido observado para o número de matrículas, para o Estado do Pará.

**Figura 4.3b**. Incremento percentual no número total de concluintes dos cursos presenciais em 10 Unidades da Federação (Estados), além do DF e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019 (Fonte: Censo da Educação Superior – 2010 a 2019.)

É possível avaliar também, a partir dos dados de Cebraspe (2021a), a distribuição de matrículas de alunos dos sexos feminino e masculino ao longo da série de 2010 a 2019, segundo dados do CenSup. Nota-se no Quadro 4.6 que, embora tenha havido um incremento de 67.343 matrículas (42,86%) entre os anos 2010 e 2019, o percentual de matrículas do sexo feminino foi sempre maior (Média=55,86%; DP=1,80%; CV=3,22%) que o do sexo masculino (Média=44,14%; DP=1,80%; CV=4,07%). Estes resultados estão em consonância quando comparados com os dados totais para o Brasil, como pode ser visto no quadro a seguir, com médias nacionais de 55,51% e 44,49%, respectivamente, para os sexos feminino e masculino.

Quando se inclui as matrículas em cursos presenciais e a distância, o Distrito Federal apresentava, em 2019, segundo o CenSup, 224.454 matrículas, sendo 40.971 (18,25%) em IES públicas e 183.483 (81,75%) em IES privadas. No quadro abaixo são apresentados os números de matrículas em graduação, nas modalidades de cursos presenciais e a distância (EaD), no Distrito Federal e no Brasil, em 2019, segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa das mantenedoras, onde pode ser observado que o Distrito Federal possuía apenas 2,61% de total de matrículas no Brasil. Quando se consideram apenas as matrículas em IES públicas, o percentual é ainda menor, chegando a 1,97% do total.

**Quadro 4.8a**. Número de matrículas em cursos de graduação presenciais, no Distrito Federal, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Feminino | | Masculino | | Total |
| **Matrículas** | **%** | **Matrículas** | **%** |
| 2010 | 87.424 | 55,64% | 69.687 | 44,36% | **157.111** |
| 2011 | 103.930 | 55,45% | 83.512 | 44,55% | **187.442** |
| 2012 | 106.936 | 55,96% | 84.141 | 44,04% | **191.077** |
| 2013 | 113.416 | 55,64% | 90.405 | 44,36% | **203.821** |
| 2014 | 123.198 | 56,37% | 95.359 | 43,63% | **218.557** |
| 2015 | 124.360 | 56,26% | 96.685 | 43,74% | **221.045** |
| 2016 | 106.949 | 52,27% | 97.665 | 47,73% | **204.614** |
| 2017 | 122.355 | 55,28% | 98.979 | 44,72% | **221.334** |
| 2018 | 123.480 | 59,74% | 83.201 | 40,26% | **206.681** |
| 2019 | 125.661 | 55,99% | 98.793 | 44,01% | **224.454** |
| Variação | 38.237 |  | 29.106 |  | 67.343 |
| % | **43,74%** |  | **41,77%** |  | **42,86%** |
| Média | | **55,86%** |  | **44,14%** |  |
| DP | | 1,80% | 1,80% |
| CV% | | 3,22% | 4,07% |

Adaptado de Cebraspe (2021a)

**Quadro 4.8b**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Brasil, segundo o sexo, na série histórica do CenSup 2010-2019 (Fonte: INEP/CenSup 2019).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Feminino | | Masculino | | Total |
| **Matrículas** | **%** | **Matrículas** | **%** |
| 2010 | 3.016.304 | 55,35% | 2.432.816 | 44,65% | 5.449.120 |
| 2011 | 3.174.106 | 55,23% | 2.572.656 | 44,77% | 5.746.762 |
| 2012 | 3.286.415 | 55,48% | 2.637.423 | 44,52% | 5.923.838 |
| 2013 | 3.416.238 | 55,53% | 2.736.167 | 44,47% | 6.152.405 |
| 2014 | 3.611.675 | 55,68% | 2.874.496 | 44,32% | 6.486.171 |
| 2015 | 3.687.371 | 55,59% | 2.946.174 | 44,41% | 6.633.545 |
| 2016 | 3.641.263 | 55,56% | 2.913.020 | 44,44% | 6.554.283 |
| 2017 | 3.618.763 | 55,42% | 2.910.918 | 44,58% | 6.529.681 |
| 2018 | 3.551.116 | 55,54% | 2.843.128 | 44,46% | 6.394.244 |
| 2019 | 3.430.115 | 55,74% | 2.723.445 | 44,26% | 6.153.560 |
| Variação | 413.811 |  | 290.629 |  | 704.440 |
| % | **13,72%** | **11,95%** | **12,93%** |
| Média | | **55,51%** |  | **44,49%** |  |
| DP | | 0,15% | 0,15% |
| CV% | | 0,27% | 0,34% |

Adaptado de Cebraspe (2021a).

De maneira geral, esta predominância de matrículas do sexo feminino observada para o total das IES brasileiras, também é verificada quando a análise se aprofunda para as Regiões Geográficas e, como já visto, para o Distrito Federal. A figura abaixo ilustra esta distribuição. Destaca-se que a única exceção se dá para as IES públicas da Região Sul, sendo o percentual de matrículas para o sexo masculino (50,4%) superior ao do sexo feminino (49,6%).

**Figura 4.3c.** Variação percentual do número de matrículas em graduação, segundo o sexo, nas IES das cinco Regiões Geográficas Brasileiras, com destaque para o Distrito Federal (Fonte: CenSup 2019).

**4.3. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO À COR E À RAÇA DOS ALUNOS**

No que tange à distribuição de matrículas no Ensino Superior, em nível de graduação no Distrito Federal, dos alunos que se autodenominaram segundo sua cor ou raça, o quadro abaixo apresenta os dados do CenSup da série de 2011 a 2019 (2010 não disponível), a partir de CEBRASPE (2021a), de acordo com a natureza administrativa da IES (pública ou privada).

**Quadro 4.9a**. Número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, segundo a categoria administrativa da IES, de acordo com a cor ou raça autodeclarada dos alunos, na série histórica do CenSup 2011-2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria Administrativa | Cor/ Raça | Ano | | | | | | | | |
| **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| Pública | **B** | 119 | 1482 | 9764 | 14470 | 14998 | 14765 | 15294 | 14899 | 15117 |
| **P** | 3494 | 3193 | 2121 | 3480 | 3570 | 3851 | 4179 | 3860 | 3995 |
| **Pa** | 102 | 563 | 6707 | 10506 | 11426 | 12702 | 14425 | 15290 | 15923 |
| **A** | 5 | 36 | 553 | 955 | 910 | 815 | 741 | 655 | 641 |
| **In** | 49 | 49 | 80 | 219 | 190 | 166 | 136 | 151 | 189 |
| **SI** | 24395 | 24077 | 2525 | 633 | 431 | 54 | 24 | 14 | 12 |
| **ND** | 427 | 1330 | 10831 | 3014 | 4755 | 4830 | 4414 | 5079 | 5094 |
| **Total** | **28591** | **30730** | **32581** | **33277** | **36280** | **37183** | **39213** | **39948** | **40971** |
|  | | | | | | | | | | |
| Privada | **B** | 35716 | 40099 | 34101 | 40119 | 48610 | 51337 | 54423 | 57749 | 60505 |
| **P** | 4006 | 4701 | 5763 | 9131 | 10997 | 11308 | 11773 | 12519 | 13380 |
| **Pa** | 19560 | 23372 | 31427 | 49422 | 60357 | 63240 | 65313 | 68780 | 73649 |
| **A** | 1880 | 1976 | 2522 | 3378 | 3778 | 3665 | 4192 | 4066 | 4337 |
| **In** | 244 | 226 | 313 | 446 | 561 | 565 | 581 | 985 | 1033 |
| **SI** | 55822 | 55064 | 59746 | 7824 | 2741 | 1244 | 336 | 141 | 34 |
| **ND** | 41623 | 34909 | 37367 | 74960 | 57721 | 52666 | 47500 | 37547 | 30545 |
| **Total** | **158851** | **160347** | **171239** | **185280** | **184765** | **184025** | **184118** | **181787** | **183483** |
|  | | | | | | | | | | |
| Total | **B** | 35835 | 41581 | 43865 | 54589 | 63608 | 66102 | 69717 | 72648 | 75622 |
| **P** | 7500 | 7894 | 7884 | 12611 | 14567 | 15159 | 15952 | 16379 | 17375 |
| **Pa** | 19662 | 23935 | 38134 | 59928 | 71783 | 75942 | 79738 | 84070 | 89572 |
| **A** | 1885 | 2012 | 3075 | 4333 | 4688 | 4480 | 4933 | 4721 | 4978 |
| **In** | 293 | 275 | 393 | 665 | 751 | 731 | 717 | 1136 | 1222 |
| **SI** | 80217 | 79141 | 62271 | 8457 | 3172 | 1298 | 360 | 155 | 46 |
| **ND** | 42050 | 36239 | 48198 | 77974 | 62476 | 57496 | 51914 | 42626 | 35639 |
| **Total** | **187442** | **191077** | **203820** | **218557** | **221045** | **221208** | **223331** | **221735** | **224454** |

(B: Branco; P: Preto; Pa: Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado). (Adaptado de CEBRASPE (2021a)

Assim, com base nos dados do quadro acima foi possível traçar as figuras a seguir apresentadas, que demonstram a variação percentual ao longo da série histórica, para cada uma das naturezas jurídicas, bem como, para o total de matrículas do Distrito Federal.

**Figura 4.4a.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Públicas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

Da análise da figura acima, pode-se perceber que a elevada ausência de informações, caracterizada como SI (Sem Informação) dos anos de 2011 e 2012 dificultaram a percepção das tendências de cada uma das distribuições de matrículas nas IES Públicas do DF. Todavia, a partir de 2013 e, mais ainda de 2014, pode-se notar que a incidência de matrículas de Pardos (Pa) passou a evoluir consideravelmente até ultrapassar, em 2019, o percentual dos autodeclarados Brancos (B), respectivamente de 38,86% e de 36,90%. Por sua vez, o percentual de matrículas de autodeclarados Pretos (P) manteve-se aproximadamente constante, com média de 10% ao longo do período. Por outro lado, quando se considera as IES Privadas, o percentual de matrículas de autodeclarados Pretos passou de 2,52% para 7,29%, aproximadamente 200% de aumento em nove anos. Quanto à incidência das matrículas das categorias Pardo (Pa) e Brancos (B), embora os anos de 2011 a 2013 também tenha ocorrido uma considerável ausência de informações (SI), a predominância dos autodeclarados Pardos é mais notória, com destaque aos valores já superiores apresentados desde 2014 em relação às demais categorias, atingindo, em 2019, a marca de 40,14% do total de matrículas dos indivíduos autodeclarados, contra 32,98% da categoria de Brancos (B).

**Figura 4.4b.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) em IES Privadas, no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

Tanto na análise dos dados das IES Públicas, quanto das IES Privadas, a categoria dos autodeclarados Amarelos (A) e Indígenas (In) apresentaram percentuais consideravelmente baixos, sendo os da categoria (A) com médias de 1,61% (IES Públicas) e 1,85% (IES Privadas) e os da categoria (In), com percentuais médios de 0,38% (IES Públicas) e 0,31% (IES Privadas). Quando se analise o total de matrículas no DF, segundo a classificação de autodeclaração de cor ou de raça, independentemente da categoria administrativa das IES, ainda é possível verificar a predominância dos Pardos (Média=27,72%), em relação aos demais. Destaca-se, também, o representativo percentual de alunos que não se declaram pertencentes à qualquer uma das categorias da análise (SD), com média igual a 23,70%. A Figura 4.6 e o Quadro 4.10 a seguir demonstram estas distribuições.

**Quadro 4.9b**. Percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, com destaque para a média, o desvio padrão (DP) e o Coeficiente de Variação (%), de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cor | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Média | DP | CV% |
| B | 19,12% | 21,76% | 21,52% | 24,98% | 28,78% | 29,88% | 31,22% | 32,76% | 33,69% | 27,08% | 5,37% | 19,84% |
| P | 4,00% | 4,13% | 3,87% | 5,77% | 6,59% | 6,85% | 7,14% | 7,39% | 7,74% | 5,94% | 1,56% | 26,20% |
| Pa | 10,49% | 12,53% | 18,71% | 27,42% | 32,47% | 34,33% | 35,70% | 37,91% | 39,91% | 27,72% | 11,13% | 40,16% |
| A | 1,01% | 1,05% | 1,51% | 1,98% | 2,12% | 2,03% | 2,21% | 2,13% | 2,22% | 1,81% | 0,49% | 27,06% |
| In | 0,16% | 0,14% | 0,19% | 0,30% | 0,34% | 0,33% | 0,32% | 0,51% | 0,54% | 0,32% | 0,14% | 45,00% |
| SI | 42,80% | 41,42% | 30,55% | 3,87% | 1,44% | 0,59% | 0,16% | 0,07% | 0,02% | 13,43% | 18,95% | 141,07% |
| ND | 22,43% | 18,97% | 23,65% | 35,68% | 28,26% | 25,99% | 23,25% | 19,22% | 15,88% | 23,70% | 5,86% | 24,73% |

Modificado a partir de Cebraspe (2021a)

**Figura 4.5.** Variação percentual de matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) no Distrito Federal, na série histórica do CenSup 2011-2019, de acordo com autodeclaração de cor ou raça (B: Branco; P: Preto; Pa: Pardo; A: Amarelo; In: Indígena; SI: Sem Informação; ND: Não Declarado).

A partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2010 a 2019 é possível verificar o incremento na variação na distribuição percentual de cada uma das categorias autodeclaradas quanto à cor e à raça (Anexo 3) e a partir destes valores, é possível chegar às medias de cada uma das categorias ao longo da série histórica, como pode ser visto no quadro abaixo, para as 10 Unidades da Federação escolhidas, além do Distrito Federal e do total para o Brasil. Embora exista um número elevado de indivíduos que preferiram “não declarar” ou que a informação o Censo não dispõe da informação, o que compromete qualquer análise mais aprofundada, é possível traçar um perfil geral e comparar os diferentes Estados. Como era de se esperar, pela análise do quadro e da figura abaixo, as maiores distribuições percentuais que representam a categoria dos brancos estão mais presentes nos estados do Sul e do Centro-Oeste. Já os de cor parda, mais destacados na Região Norte. Os representantes da categoria dos pretos, não possuem destaque nas médias, com exceção do Estado da Bahia. Os amarelos e indígenas não apresentam valores significativos, com exceção para o Estado do Pará onde, embora com baixos percentuais, destacam-se quando comparados aos outros Estados. Por fim, os valores do Distrito Federal,apresentam-se bem próximos daqueles para os outros dois Estados da Região Centro-Oeste (GO e MT) e para os valores do Brasil.

**Quadro 4.10.** Média da distribuição de matrículas por Raça ou Cor, em cursos presenciais e a distância, para 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | Unidade da Federação | Total | Branca | Preta | Parda | Amarela | Indígena | Não Dispõe da Informação | Não Declarado |
| Distribuição percentual média | **Brasil** | | **-** | 33,25% | 4,93% | 20,22% | 1,36% | 0,42% | 13,51% | 26,31% |
| **Norte** | **RO** | - | 23,82% | 5,53% | 37,68% | 1,58% | 0,43% | 11,03% | 19,94% |
| **PA** | - | 14,28% | 4,46% | 44,72% | 2,17% | 1,64% | 10,81% | 21,91% |
| **Nordeste** | **SE** | - | 13,26% | 7,52% | 38,08% | 1,68% | 0,60% | 13,56% | 25,31% |
| **BA** | - | 9,40% | 9,63% | 25,93% | 1,38% | 0,45% | 20,56% | 32,65% |
| **Sudeste** | **MG** | - | 33,08% | 5,66% | 23,54% | 1,33% | 0,20% | 10,99% | 25,21% |
| **ES** | - | 28,07% | 5,70% | 24,77% | 1,04% | 0,23% | 12,13% | 28,07% |
| **Sul** | **PR** | - | 46,29% | 1,82% | 9,07% | 1,55% | 0,13% | 15,12% | 26,03% |
| **SC** | - | 64,15% | 2,22% | 5,70% | 0,75% | 0,18% | 6,82% | 20,18% |
| **Centro-Oeste** | **MT** | - | 29,68% | 6,86% | 30,87% | 2,42% | 0,35% | 8,78% | 21,05% |
| **GO** | - | 23,01% | 4,77% | 25,39% | 1,98% | 0,30% | 15,88% | 28,67% |
| **DF** | **-** | 27,07% | 5,94% | 27,72% | 1,81% | 0,32% | 13,43% | 23,70% |

Fonte: Censo da Educação Superior – 2010 a 2019.

**Figura 4.6.** Média da distribuição de matrículas por Raça ou Cor, em cursos presenciais e a distância, para 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019

Fonte: Censo da Educação Superior – 2010 a 2019.

**4.4. QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO) EM RELAÇÃO AO PERFIL DE RENDA DOS ALUNOS**

Considerando-se que o dados referentes ao perfil de renda dos alunos pode ser verificado a partir dos dados extraídos dos resultados do ENADE, visto que são incluídos pelos próprio inscritos por se tratar de informação pessoal, para o estudo desta variável, foram considerados os cursos de interesse para o presente projeto, ou seja, os cursos das áreas de engenharia, tecnologia e de inovação, ofertados pelas principais IES do DF (duas Universidades, um Instituto Federal e seis Centros Universitários), todas com autonomia universitária para criação ou remanejamento de cursos e vagas, para que os dados tivessem significado analítico. Algumas dificuldades são pertinentes à obtenção destes resultados posto que o ENADE não é realizado anualmente para as mesmas áreas, mas em ciclos definidos e premissas definidos pelo INEP. Ainda, a disponibilização dos resultados do ENADE, requer que algumas premissas sejam atendidas, sendo a principal delas que um determinado número mínimo de formandos realizem o exame. Assim, podem existir algumas ausências de dados em determinados ciclos, seja pela inexistência de formandos naquele ano (cursos novos) ou por não atingirem o número mínimo exigido para a publicização dos resultados. No que tange aos cursos das áreas em referência, foram utilizadas as edições de 2017 e de 2019, das IES universitárias apresentadas no quadro abaixo, a partir dos resultados encontrados por Cebraspe (2021a).

**Quadro 4.11**. Instituições de Educação Superior (IES) com autonomia universitária utilizadas para o estudo da estimativa de perfil de renda dos alunos, com participação nas edições do Enade de 2017 e/ou de 2019, dos cursos das áreas de engenharia, tecnologia e inovação, de acordo com sua categoria administrativa.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| No | Instituição Universitária | Natureza |
| 1 | Universidade de Brasília – UnB | Pública |
| 2 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IF | Pública |
| 3 | Universidade Católica de Brasília – UCB | Privada |
| 4 | Centro Universitário de Brasília – UNICEUB | Privada |
| 5 | Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB | Privada |
| 6 | Centro Universitário do Distrito Federal – UDF | Privada |
| 7 | Centro Universitário Estácio de Brasília | Privada |
| 8 | Centro Universitário Euro-Americano – UNIEURO | Privada |
| 9 | Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN | Privada |

A partir de Cebraspe (2021a).

A partir da análise dos cursos de interesse para o presente projeto, das duas Universidades, do Instituto Federal e dos seis Centros Universitários, que realizaram o Enade de 2017 e/ou 2019, tem-se um total de 29 cursos de bacharelado em engenharia, 11 cursos de bacharelado em outras áreas e 12 cursos superiores de tecnologia, totalizando 52 cursos no total, sendo 16 deles oferecidos na Universidade de Brasília (IES pública), um deles no Instituto Federal (IES Pública) e 35 nas instituições privadas, como pode ser visto no quadro a seguir:

.

**Quadro 4.12**. Cursos de graduação das áreas de engenharia, tecnologia e informação, das Universidades e Centros Universitários do DF, que apresentaram resultados de Enade, nos anos de 2017 e/ou 2019, para a análise do perfil de renda dos alunos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Tipo | Curso | Categoria administrativa | | Total |
| **Pública** | **Privada** |
| Bacharelado em Engenharia | Engenharia Ambiental | 1 | 1 | 2 |
| Engenharia Civil | 1 | 9 | 10 |
| Engenharia de Automação e Controle | 1 | 0 | 1 |
| Engenharia de Computação | 1 | 2 | 3 |
| Engenharia de Produção | 1 | 1 | 2 |
| Engenharia Elétrica | 3 | 2 | 5 |
| Engenharia Florestal | 1 | 0 | 1 |
| Engenharia Mecânica | 3 | 1 | 4 |
| Engenharia Química | 1 | 0 | 1 |
| **Total** | **13** | **16** | **29** |
| Bacharelado em Outras Áreas | Ciência da Computação | 2 | 3 | 5 |
| Física | 1 | 0 | 1 |
| Matemática | 1 | 0 | 1 |
| Sistemas de Informação | 0 | 4 | 4 |
| **Total** | **4** | **7** | **11** |
| Superior de Tecnologia | Análise e Desenvolvimento de Sistemas | 0 | 8 | 8 |
| Gestão da Tecnologia de Informação | 0 | 1 | 1 |
| Redes de Computadores | 0 | 3 | 3 |
| **Total** | **0** | **12** | **12** |
|  | **TOTAL GERAL** | **17** | **35** | **52** |

Adaptado de Cebraspe (2021A).

Ainda da análise do quadro acima, pode-se perceber que os programas de Engenharia Civil (10 cursos) e de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (oito cursos), são os de maior oferta dentre as IES avaliadas. Os quadros a seguir apresentam a média, o desvio padrão (DP) e o Coeficiente de Variação (CV%) calculados a partir dos percentuais de alunos que se declararam pertencentes a famílias, incluídas em uma de sete diferentes faixas de renda, em salários mínimos (SM), a saber: a) até 1,5 SM; b) de 1,5 a 3 SM; c) de 3 a 4,5 SM; d) de 4,5 a 6 SM; e) de 6 a 10 SM; f) de 10 a 30 SM; e, g) acima de 30 SM.

**Quadro 4.13**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos da Área de Engenharia das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados de Enade nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | | | ENGENHARIA AMBIENTAL | | | | | | | | |
| Ano ENADE | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 4,70 | 2,83 | 60,18% | 3,25 | 2,19 | 67,45% | 3,98 | 2,23 | 56,08% |
| De 1,5 a 3 | | | 15,35 | 16,05 | 104,57% | 8,85 | 7,71 | 87,09% | 12,10 | 10,94 | 90,44% |
| De 3 a 4,5 | | | 11,30 | 2,83 | 25,03% | 16,20 | 10,75 | 66,35% | 13,75 | 7,01 | 51,00% |
| De 4,5 a 6 | | | 19,35 | 10,39 | 53,72% | 13,80 | 7,35 | 53,29% | 16,58 | 8,02 | 48,38% |
| De 6 a 10 | | | 14,00 | 0,99 | 7,07% | 23,10 | 0,99 | 4,29% | 18,55 | 5,32 | 28,66% |
| De 10 a 30 | | | 24,70 | 25,46 | 103,06% | 29,75 | 28,64 | 96,26% | 27,23 | 22,31 | 81,96% |
| Acima 30 | | | 10,70 | 5,66 | 52,87% | 5,00 | 0,28 | 5,66% | 7,85 | 4,64 | 59,10% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA CIVIL** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 11,15 | 7,08 | 63,52% | 11,69 | 6,34 | 54,26% | 11,39 | 6,57 | 57,70% |
| De 1,5 a 3 | | | 25,47 | 12,09 | 47,47% | 20,56 | 11,69 | 56,86% | 23,29 | 11,83 | 50,80% |
| De 3 a 4,5 | | | 21,03 | 11,07 | 52,65% | 18,80 | 7,52 | 40,02% | 20,04 | 9,46 | 47,21% |
| De 4,5 a 6 | | | 9,21 | 4,28 | 46,48% | 11,53 | 4,93 | 42,79% | 10,24 | 4,60 | 44,88% |
| De 6 a 10 | | | 15,23 | 5,24 | 34,43% | 14,36 | 5,54 | 38,57% | 14,84 | 5,23 | 35,26% |
| De 10 a 30 | | | 14,12 | 15,26 | 108,06% | 17,64 | 15,46 | 87,68% | 15,68 | 15,00 | 95,63% |
| Acima 30 | | | 3,77 | 5,65 | 149,95% | 5,41 | 7,07 | 130,71% | 4,50 | 6,18 | 137,41% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 6,1 |  |  | 4,5 |  |  | 5,30 | 1,13 | 21,35% |
| De 1,5 a 3 | | | 7,6 |  |  | 4,5 |  |  | 6,05 | 2,19 | 36,23% |
| De 3 a 4,5 | | | 10,6 |  |  | 4,5 |  |  | 7,55 | 4,31 | 57,13% |
| De 4,5 a 6 | | | 9,1 |  |  | 9,1 |  |  | 9,10 | 0,00 | 0,00% |
| De 6 a 10 | | | 22,7 |  |  | 15,9 |  |  | 19,30 | 4,81 | 24,91% |
| De 10 a 30 | | | 36,4 |  |  | 54,5 |  |  | 45,45 | 12,80 | 28,16% |
| Acima 30 | | | 7,6 |  |  | 6,8 |  |  | 7,20 | 0,57 | 7,86% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 2,87 | 3,45 | 120,45% | 1,43 | 2,69 | 187,66% |
| De 1,5 a 3 | | | 1,60 | 2,77 | 173,21% | 9,20 | 4,88 | 53,06% | 5,40 | 5,47 | 101,32% |
| De 3 a 4,5 | | | 14,27 | 17,15 | 120,24% | 5,70 | 6,85 | 120,19% | 9,98 | 12,59 | 126,10% |
| De 4,5 a 6 | | | 14,43 | 20,98 | 145,36% | 9,77 | 6,56 | 67,18% | 12,10 | 14,14 | 116,82% |
| De 6 a 10 | | | 18,20 | 10,94 | 60,12% | 24,27 | 6,38 | 26,29% | 21,23 | 8,67 | 40,84% |
| De 10 a 30 | | | 45,80 | 19,72 | 43,06% | 36,37 | 6,84 | 18,80% | 41,08 | 14,18 | 34,50% |
| Acima 30 | | | 5,73 | 5,05 | 88,01% | 11,83 | 8,04 | 67,95% | 8,78 | 6,87 | 78,23% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | | | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 2 |  |  | 7,05 | 6,29 | 89,27% | 5,37 | 5,32 | 99,13% |
| De 1,5 a 3 | | | 2,9 |  |  | 8,35 | 9,97 | 119,40% | 6,53 | 7,72 | 118,17% |
| De 3 a 4,5 | | | 4,9 |  |  | 19,9 | 20,79 | 104,47% | 14,90 | 17,06 | 114,51% |
| De 4,5 a 6 | | | 6,9 |  |  | 8,35 | 4,45 | 53,35% | 7,87 | 3,26 | 41,43% |
| De 6 a 10 | | | 19,6 |  |  | 15,5 | 5,66 | 36,50% | 16,87 | 4,65 | 27,56% |
| De 10 a 30 | | | 47,1 |  |  | 31,1 | 22,20 | 71,39% | 36,43 | 18,22 | 50,00% |
| Acima 30 | | | 16,7 |  |  | 9,75 | 13,79 | 141,42% | 12,07 | 10,54 | 87,38% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA ELÉTRICA** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | 2019 | | | 2017 | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 5,52 | 4,31 | 78,12% | 6,06 | 5,61 | 92,56% | 5,79 | 4,73 | 81,61% |
| De 1,5 a 3 | | | 12,18 | 4,87 | 39,95% | 10,28 | 8,30 | 80,78% | 11,23 | 6,49 | 57,83% |
| De 3 a 4,5 | | | 18,5 | 9,72 | 52,52% | 13,14 | 6,60 | 50,20% | 15,82 | 8,32 | 52,61% |
| De 4,5 a 6 | | | 10,82 | 7,54 | 69,72% | 14,88 | 7,36 | 49,49% | 12,85 | 7,35 | 57,18% |
| De 6 a 10 | | | 20,44 | 4,24 | 20,74% | 28,2 | 6,69 | 23,74% | 24,32 | 6,68 | 27,47% |
| De 10 a 30 | | | 27,8 | 14,95 | 53,79% | 21,7 | 12,56 | 57,86% | 24,75 | 13,41 | 54,18% |
| Acima 30 | | | 4,76 | 4,74 | 99,53% | 5,78 | 7,12 | 123,24% | 5,27 | 5,73 | 108,70% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA FLORESTAL** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 10,7 |  |  | 11,4 |  |  | 11,05 | 0,49 | 4,48% |
| De 1,5 a 3 | | | 14,3 |  |  | 10 |  |  | 12,15 | 3,04 | 25,03% |
| De 3 a 4,5 | | | 15,5 |  |  | 21,4 |  |  | 18,45 | 4,17 | 22,61% |
| De 4,5 a 6 | | | 10,7 |  |  | 18,6 |  |  | 14,65 | 5,59 | 38,13% |
| De 6 a 10 | | | 21,4 |  |  | 18,6 |  |  | 20,00 | 1,98 | 9,90% |
| De 10 a 30 | | | 25 |  |  | 15,7 |  |  | 20,35 | 6,58 | 32,31% |
| Acima 30 | | | 2,4 |  |  | 4,3 |  |  | 3,35 | 1,34 | 40,10% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA MECÂNICA** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 7,53 | 5,30 | 70,37% | 7,85 | 10,60 | 135,03% | 7,69 | 7,76 | 100,93% |
| De 1,5 a 3 | | | 17,35 | 6,86 | 39,55% | 8,65 | 5,69 | 65,73% | 13,00 | 7,46 | 57,39% |
| De 3 a 4,5 | | | 15,70 | 4,19 | 26,71% | 12,975 | 6,38 | 49,18% | 14,34 | 5,21 | 36,31% |
| De 4,5 a 6 | | | 12,30 | 4,37 | 35,52% | 10,225 | 2,24 | 21,92% | 11,26 | 3,40 | 30,19% |
| De 6 a 10 | | | 14,00 | 1,53 | 10,93% | 22,65 | 6,67 | 29,44% | 18,33 | 6,44 | 35,13% |
| De 10 a 30 | | | 26,03 | 11,80 | 45,33% | 29,6 | 8,20 | 27,70% | 27,81 | 9,60 | 34,51% |
| Acima 30 | | | 7,13 | 7,86 | 110,25% | 8,05 | 6,38 | 79,20% | 7,59 | 6,64 | 87,53% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **ENGENHARIA QUÍMICA** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | 4,40 |  |  | 4,50 |  |  | 4,45 | 0,07 | 1,59% |
| De 1,5 a 3 | | | 13,20 |  |  | 9,00 |  |  | 11,10 | 2,97 | 26,76% |
| De 3 a 4,5 | | | 7,40 |  |  | 13,40 |  |  | 10,40 | 4,24 | 40,79% |
| De 4,5 a 6 | | | 13,20 |  |  | 10,40 |  |  | 11,80 | 1,98 | 16,78% |
| De 6 a 10 | | | 17,60 |  |  | 22,40 |  |  | 20,00 | 3,39 | 16,97% |
| De 10 a 30 | | | 35,30 |  |  | 34,30 |  |  | 34,80 | 0,71 | 2,03% |
| Acima 30 | | | 8,80 |  |  | 6,00 |  |  | 7,40 | 1,98 | 26,76% |

Adaptado de Cebraspe (2021A).

Como pode ser visto no quadro acima, as distribuições percentuais dentro das faixas de renda familiar apresentam uma grande dispersão o que reduz as possibilidades de análise. Todavia, quando a distribuição é avaliada no conjunto dos cursos da área de Engenharia (Quadro 4.14), é possível verificar que a maior parte dos alunos se encontram nas faixas superiores de renda, com destaque às faixas a partir de 6 salários mínimos (56,78%).

**Quadro 4.14**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos da Área de Engenharia (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Área de Engenharia | Perfil de Renda – Salários Mínimos | | | | | | |
| Curso | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Engenharia Ambiental | 3,98 | 12,10 | 13,75 | 16,58 | 18,55 | 27,23 | 7,85 |
| Engenharia Civil | 11,39 | 23,29 | 20,04 | 10,24 | 14,84 | 15,68 | 4,50 |
| Engenharia de Automação e Controle | 5,30 | 6,05 | 7,55 | 9,10 | 19,30 | 45,45 | 7,20 |
| Engenharia de Computação | 1,43 | 5,40 | 9,98 | 12,10 | 21,23 | 41,08 | 8,78 |
| Engenharia de Produção | 5,37 | 6,53 | 14,90 | 7,87 | 16,87 | 36,43 | 12,07 |
| Engenharia Elétrica | 5,79 | 11,23 | 15,82 | 12,85 | 24,32 | 24,75 | 5,27 |
| Engenharia Florestal | 11,05 | 12,15 | 18,45 | 14,65 | 20,00 | 20,35 | 3,35 |
| Engenharia Mecânica | 7,69 | 13,00 | 14,34 | 11,26 | 18,33 | 27,81 | 7,59 |
| Engenharia Química | 4,45 | 11,10 | 10,40 | 11,80 | 20,00 | 34,80 | 7,40 |
| Média | **6,27** | **11,21** | **13,91** | **11,83** | **19,27** | **30,40** | **7,11** |
| Desvio Padrão | **3,26** | **5,40** | **4,05** | **2,68** | **2,67** | **9,76** | **2,56** |
| Ceficiente de Variação (%) | **51,98** | **48,17** | **29,10** | **22,69** | **13,88** | **32,12** | **36,04** |

Fonte: Adaptado de Cebraspe (2021a)

De forma similar à área de Engenharia, para a análise dos cursos de bacharelado vinculados à área de interesse (Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação) e ofertados na IES estudadas (Quadro 4.15), além de uma grande dispersão observada nas frequências relativas de cada faixa de renda familiar, soma-se a ausência de resultados do Enade do ano de 2019 ou a oferta em apenas uma IES (UnB), o que reduz sensivelmente a análise. Todavia, é possível pela média geral da área (Quadro 4.16), chegar a resultados semelhantes aos do Quadro 4.14 (área de Engenharia), também para estes cursos de bacharelado, com a maior incidência de distribuição nas faixas de renda superior a 6 salários mínimos (57,49%).

**Quadro 4.15**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados do Enade nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CURSO | | | CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 5,78 | 5,50 | 95,21% | 5,78 | 5,50 | 95,21% |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 15,35 | 5,60 | 36,49% | 15,35 | 5,60 | 36,49% |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 10,53 | 5,58 | 53,00% | 10,53 | 5,58 | 53,00% |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 8,70 | 5,98 | 68,72% | 8,70 | 5,98 | 68,72% |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 26,53 | 14,02 | 52,84% | 26,53 | 14,02 | 52,84% |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 26,18 | 18,37 | 70,18% | 26,18 | 18,37 | 70,18% |
| Acima 30 | | | - | - | - | 6,95 | 5,24 | 75,43% | 6,95 | 5,24 | 75,43% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURSO | | | **FÍSICA (BACHARELADO)** | | | | | | | | |
| ANO Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 10,7 | - | - | 10,7 | - | - |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 10,7 | - | - | 10,7 | - | - |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 7,1 | - | - | 7,1 | - | - |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 7,1 | - | - | 7,1 | - | - |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 17,9 | - | - | 17,9 | - | - |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 35,7 | - | - | 35,7 | - | - |
| Acima 30 | | | - | - | - | 10,7 | - | - | 10,7 | - | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURSO | | | **MATEMÁTICA (BACHARELADO)** | | | | | | | | |
| ANO Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 0 | - | - | 0,00 | - | - |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 7,1 | - | - | 7,10 | - | - |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 7,1 | - | - | 7,10 | - | - |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 7,1 | - | - | 7,10 | - | - |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 21,4 | - | - | 21,40 | - | - |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 28,6 | - | - | 28,60 | - | - |
| Acima 30 | | | - | - | - | 28,6 | - | - | 28,60 | - | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURSO | | | **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** | | | | | | | | |
| ANO Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 16,125 | 7,08 | 43,91% | 16,13 | 7,08 | 43,91% |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 20,125 | 17,26 | 85,78% | 20,13 | 17,26 | 85,78% |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 32,575 | 15,03 | 46,14% | 32,58 | 15,03 | 46,14% |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 3,75 | 4,60 | 122,66% | 3,75 | 4,60 | 122,66% |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 13,975 | 5,42 | 38,76% | 13,98 | 5,42 | 38,76% |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 13,45 | 10,69 | 79,50% | 13,45 | 10,69 | 79,50% |
| Acima 30 | | | - | - | - | 0 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% |

Adaptado de Cebraspe (2021a).

**Quadro 4.16**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos de Bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Perfil de Renda | | | | | | |
| Curso de Bacharelado em | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Ciência da Computação | 5,78 | 15,35 | 10,53 | 8,70 | 26,53 | 26,18 | 6,95 |
| Física | 10,7 | 10,7 | 7,1 | 7,1 | 17,9 | 35,7 | 10,7 |
| Matemática | 0,00 | 7,10 | 7,10 | 7,10 | 21,40 | 28,60 | 28,60 |
| Sistemas de Informação | 16,13 | 20,13 | 32,58 | 3,75 | 13,98 | 13,45 | 0,00 |
| Média | **8,15** | **13,32** | **14,33** | **6,66** | **19,95** | **25,98** | **11,56** |
| Desvio Padrão | **6,88** | **5,66** | **12,27** | **2,08** | **5,33** | **9,28** | **12,19** |
| Ceficiente de Variação (%) | **84,47** | **42,47** | **85,68** | **31,26** | **26,72** | **35,72** | **105,45** |

Fonte: Adaptado de Cebraspe (2021a)

O Quadro 4.17 apresenta os resultados quando à distribuição, nas faixas de renda dos alunos dos cursos de Tecnologia avaliados nas Instituições estudadas. Da maneira geral, a ausência de resultados do Enade do ano de 2019, também reduz a possibilidade de análise mais detalhada. Mesmo assim, quando se compõem as médias gerais de cada faixa de renda familiar (Quadro 4.18), pode-se notar uma inversão dos resultados em relação às áreas de Engenharia e dos Bacharelados, com a maior parte das frequências de distribuição incluídas **nas menores faixas de renda**, ou seja, abaixo de 6 salários mínimos (66,51%).

**Quadro 4.17**. Perfil médio de renda dos alunos dos cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação das Universidades e Centros Universitários do Distrito Federal, que tiveram resultados do Enade nos anos de 2017 e/ou 2019 (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ÁREA | | | TECNOLOGIA | | | | | | | | |
| Curso | | | **ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 10,95 | 7,02 | 64,07% | 10,95 | 7,02 | 64,07% |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 21,26 | 9,63 | 45,27% | 21,26 | 9,63 | 45,27% |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 25,26 | 11,48 | 45,45% | 25,26 | 11,48 | 45,45% |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 7,86 | 7,27 | 92,49% | 7,86 | 7,27 | 92,49% |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 14,46 | 11,53 | 79,73% | 14,46 | 11,53 | 79,73% |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 17,95 | 15,41 | 85,85% | 17,95 | 15,41 | 85,85% |
| Acima 30 | | | - | - | - | 2,26 | 3,48 | 153,82% | 2,26 | 3,48 | 153,82% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 18,20 | - | - | 18,20 | - | - |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 18,20 | - | - | 18,20 | - | - |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 18,20 | - | - | 18,20 | - | - |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 36,40 | - | - | 36,40 | - | - |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 9,10 | - | - | 9,10 | - | - |
| Acima 30 | | | - | - | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Curso | | | **REDES DE COMPUTADORES** | | | | | | | | |
| Ano Enade | | | **2019** | | | **2017** | | | **GERAL** | | |
| Perfil de Renda | | | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) | Média | DP | CV(%) |
| Até 1,5 | | | - | - | - | 21,80 | 9,96 | 45,69% | 21,80 | 9,96 | 45,69% |
| De 1,5 a 3 | | | - | - | - | 24,30 | 10,11 | 41,62% | 24,30 | 10,11 | 41,62% |
| De 3 a 4,5 | | | - | - | - | 15,10 | 13,08 | 86,65% | 15,10 | 13,08 | 86,65% |
| De 4,5 a 6 | | | - | - | - | 18,40 | 3,47 | 18,86% | 18,40 | 3,47 | 18,86% |
| De 6 a 10 | | | - | - | - | 18,40 | 3,47 | 18,86% | 18,40 | 3,47 | 18,86% |
| De 10 a 30 | | | - | - | - | 1,97 | 3,41 | 173,21% | 1,97 | 3,41 | 173,21% |
| Acima 30 | | | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% |

Adaptado de Cebraspe (2021a).

**Quadro 4.18**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia (DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Perfil de Renda | | | | | | |
| Curso de Tecnologia em | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima 30** |
|
|
| Análise e Desenvolvimento de Sistemas | 10,95 | 21,26 | 25,26 | 7,86 | 14,46 | 17,95 | 2,26 |
| Gestão da Tecnologia de Informação | 0,00 | 18,20 | 18,20 | 18,20 | 36,40 | 9,10 | 0,00 |
| Rede de Computadores | 21,80 | 24,30 | 15,10 | 18,40 | 18,40 | 1,97 | 0,00 |
| Média | **10,92** | **21,25** | **19,52** | **14,82** | **23,09** | **9,67** | **0,75** |
| Desvio Padrão | **10,90** | **3,05** | **5,21** | **6,03** | **11,70** | **8,01** | **1,31** |
| Ceficiente de Variação (%) | **99,85** | **14,35** | **26,68** | **40,67** | **50,66** | **82,78** | **173,21** |

Fonte: Adaptado de Cebraspe (2021a)

O Quadro 4.19 e a Figura 4.7 resumem os principais achados quanto à média geral da distribuição dos alunos que realizaram as edições do Enade dos anos de 2017 e 2019, para os cursos das áreas de interesse, nas sete categorias de renda familiar, ou seja, para os cursos de Engenharia e os Bacharelados, uma preponderância de alunos em faixas superiores a 6 salários mínimos e, para os alunos dos cursos de Tecnologia, esta tendência se inverte, apontando para os maiores valores nas classes de menor renda.

**Quadro 4.19**. Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação; DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Perfil de Renda (em Salários Mínimos) | | | | | | |
| Área | **Até 1,5** | **De 1,5 a 3** | **De 3 a 4,5** | **De 4,5 a 6** | **De 6 a 10** | **De 10 a 30** | **Acima de 30** |
| Engenharias | 6,27 | 11,21 | 13,91 | 11,83 | 19,27 | 30,40 | 7,11 |
| Bacharelados\* | 8,15 | 13,32 | 14,33 | 6,66 | 19,95 | 25,98 | 11,56 |
| Tecnológicos | 10,92 | 21,25 | 19,52 | 14,82 | 23,09 | 9,67 | 0,75 |
| Média | 8,45 | 15,26 | 15,92 | 11,10 | 20,77 | 22,02 | 6,48 |
| Desvio Padrão | 2,34 | 5,30 | 3,13 | 4,13 | 2,04 | 10,92 | 5,43 |
| Ceficiente de Variação (%) | 27,67 | 34,72 | 19,63 | 37,17 | 9,80 | 49,58 | 83,88 |

Fonte: Adaptado de Cebraspe (2021a)

**Figura 4.7a.** Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de Engenharia, de Bacharelados\* e de Tecnologia (\*Ciências da Computação, Física, Matemática e Sistemas de Informação).

Segundo os resultados obtidos por Cebraspe (2021a), quando analisou o perfil de renda dos alunos das IES do Distrito Federal e da RIDE, dos cursos da área de interesse, segundo sua natureza administrativa e sua organização acadêmica, pode-se generalizar que os alunos pertencentes às menores faixas de renda são preferencialmente encontrados nos Centros Universitários e nas Faculdades, com destaque para as Faculdades. Ainda, que os que se autodeclararam pertencerem aos perfis de renda mais elevados, são mais frequentes nas Universidades, preferencialmente na Universidade de Brasília (IES Pública), como pode ser ilustrado na figura abaixo. Verifica-se que quando agrupadas as classes de renda *per capita*, o grupo pertencente à classe de até 4,5 salários mínimos, para as faculdades aproxima-se a 80% do corpo discente. Por outro lado, na análise das Universidades, esta mesma faixa de renda foi menor do que 30% na Universidade de Brasília (pública) e próxima a 50% na Universidade Católica de Brasília (privada sem finalidade lucrativa).

.

Fonte: Adaptado de Cebraspe (2021b)

**Figura 4.7b.** Perfil geral médio de renda familiar dos alunos das áreas de interesse (Engenharias, Tecnologia e Inovação), agrupados em classes de renda: até 4,5 SM, de 4,5 a 6 SM e acima de 6 SM e segundo a especificidade da IES: UnB (Universidade de Brasília), UCB (Universidade Católica de Brasília), Centros (Centros Universitários), Fac CFL (Faculdades com finalidade lucrativa), Fac SFL (Faculdades sem finalidade lucrativa) e IF (Instituto Federal)

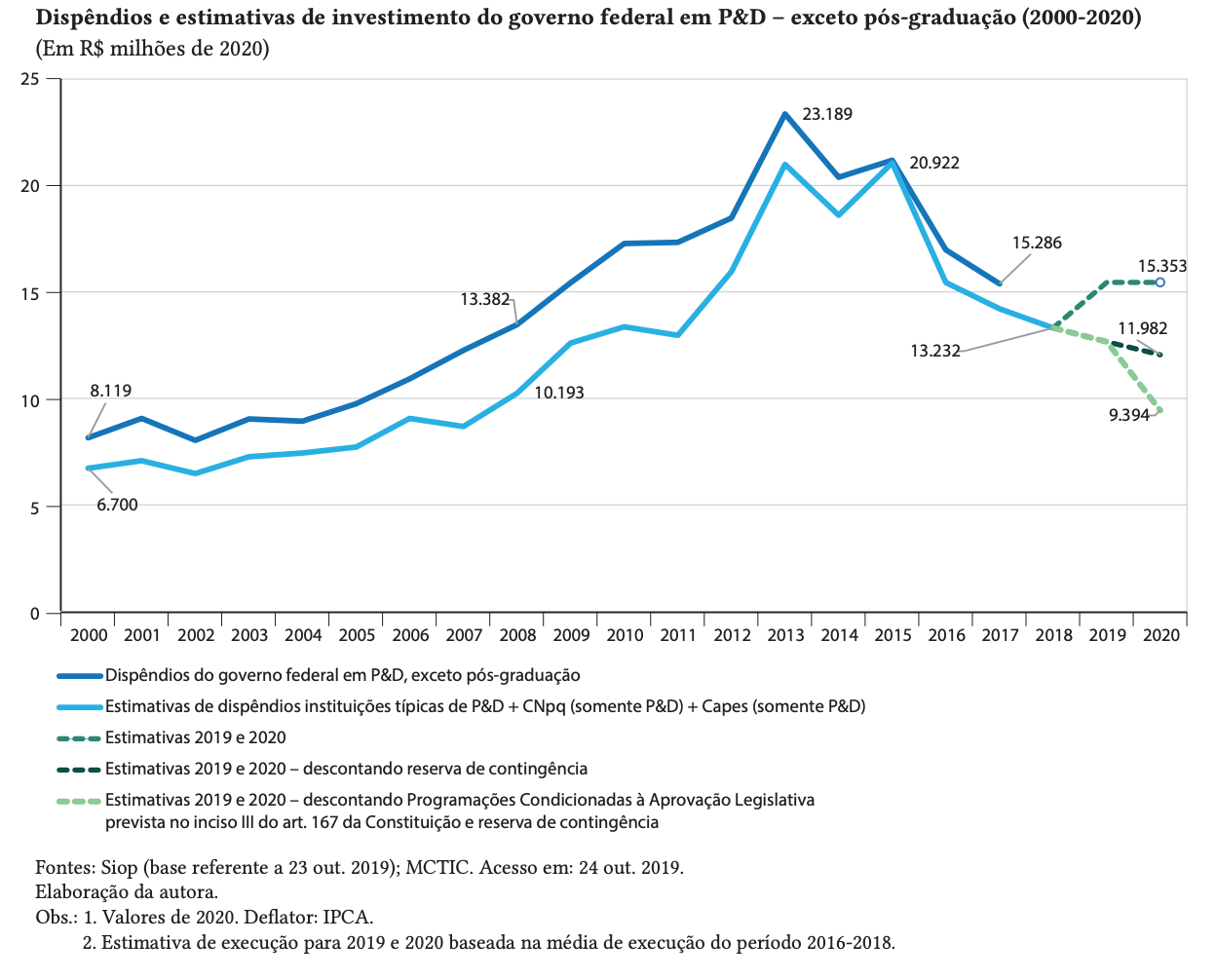
Os dados apresentados para a distribuição de renda dos alunos nas figuras demonstram que, de maneira geral, quanto à categoria de “cursos” e à categoria de “IES”, os cursos de Engenharia e a Universidade de Brasília são aquelas que reúnem o maior contingente de alunos pertencentes às camadas superiores. Por outro lado, os cursos tecnológicos e as faculdades (com ou sem finalidade lucrativa) estão mais vinculados aos alunos pertencentes às categorias de menor renda *per capita*.

**4.5. QUANTO À OFERTA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* (MESTRADO E DOUTORADO) NO DISTRITO FEDERAL**

O desenvolvimento da sociedade moderna certamente está vinculado aos avanços junto à ciência, à tecnologia e à inovação, estrategicamente capazes de gerar valor, melhorar a qualidade de vida e a forma com que uma nação responde às demandas sociais por saúde, educação, moradia, alimentação, segurança, entre outros. É de conhecimento geral que a maior parte do desenvolvimento científico global, aqui abrangendo tecnologia e inovação, se dá a partir de investimentos da iniciativa privada, principalmente segundo seus interesses econômicos, como por exemplo, a detenção de direitos sobre patentes. Por outro lado, quando se considera o desenvolvimento científico brasileiro, é notória a participação dos investimentos públicos, principalmente destinados às Universidades e aos Institutos de Pesquisa, também de natureza pública. Via de regra tais investimentos são feitos por agências governamentais federais como FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), além de fundações de amparo à pesquisa das unidades da federação, como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para os repasses de recursos de impostos públicos, visando a manutenção de bolsas e pesquisadores, além da aquisição ou manutenção de infraestrutura laboratorial.

Tais investimentos, como parcela do PIB Nacional, têm diminuído como poderá ser visto a seguir, o que pode gerar um ciclo vicioso no qual a redução nos níveis de investimento em pesquisa e inovação apontem para uma condição de dependência cada vez maior de tecnologias desenvolvidas em outros países, tornando o acesso a elas cada vez mais dispendioso. Quanto aos recursos orçamentários da união ou das unidades federativas diretamente aplicados nas universidades públicas, de forma preponderante, destina-se a custeio dos custos com salários e benefícios dos pesquisadores, em sua maioria, docentes universitários.

Segundo Koeler (2020), entende-se que dentre os indicadores mais tradicionais para se avaliar o posicionamento de uma nação quanto aos níveis de pesquisa e de desenvolvimento (P&D), é a relação do aporte anual percentual, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e, considera que no Brasil o principal indicador desta relação é o dispêndio federal feito aos orçamentos da Capes e do CNPq, posto que 90% do orçamento federal para P&D esteve vinculado a estes dois órgãos de 2000 a 2020, excetuando-se a pós-graduação. Ainda, segundo a mesma autora, a tendência de redução nos últimos anos deveu-se a uma mudança significativa nas regras de aprovação e vinculação das verbas nas leis orçamentárias mais recentes. A Figura 4.8 a seguir, extraída de Koeler (*op.cit.*), ilustra tal cenário.



**Figura 4.8.** Dispêndios e estimativas de investimento do governo federal em P&D – exceto pós-graduação (2000-2020) (em R$ milhões), segundo KOELER (2020)

Qualquer transformação econômica de médio ou longo prazo e, da mesma forma, evolução uma nação para uma situação de maior sustentabilidade e inclusão só se torna possível se os investimentos da sociedade forem feitos na direção da produção de bens e serviços que gerem crescimento econômico, por meio da capacitação de pessoas e do fortalecimento das instituições de ensino e de pesquisa. Segundo dados do Fórum Econômico Mundial, em seu Relatório sobre competitividade global de 2020 (WORD ECONOMIC FORUM, 2020), o Brasil ocupa posições de pouco destaque, dentre as 37 nações mais desenvolvidas do mundo, em temas diretamente relacionados ao desenvolvimento e que devem impactar em como a economia brasileira reagirá às demandas futuras (Anexo 4).

Por exemplo, quanto à atualização dos currículos educacionais e na expansão do grau de investimento em educação profissional visando as habilidades necessárias para os empregos nos novos mercados que surgirão no futuro, o Brasil ocupa apenas a 36a posição, estando atrás da Argentina, do Chile e do México, na América Latina. Da mesma forma, junto com a Argentina, está abaixo da 30a posição no que tange à expansão da rede de cuidados aos idosos e às crianças e da infraestrutura de saúde para benefício das pessoas e da economia e, também junto à Argentina e ao México, encontra-se abaixo da 30a posição quanto ao grau de facilitar a criação de "mercados do amanhã", especialmente em áreas que requerem colaboração público-privada. Entretanto, o Brasil começa a se destacar na América Latina nos aspectos quanto aos incentivos visando a expansão dos investimentos em pesquisa e inovação que podem criar novos "mercados do amanhã" e aos incentivos às empresas a adotar políticas afirmativas para melhorar a diversidade, a equidade e a inclusão para aumento da criatividade, ambos na 26a posição mundial. Mais destaque, embora ainda em posição distante dos países mais desenvolvidos mas em destaque no continente americano, o Brasil ocupa a 23a e a 20a posição, respectivamente no que diz respeito ao aumento dos incentivos para direcionar recursos financeiros para investimentos de longo prazo, fortalecendo a estabilidade e expandindo a inclusão e, quanto aos níveis de atualização da infraestrutura para acelerar a transição energética, ampliando o acesso à eletricidade e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente à Internet.

Em outra relação de competitividade digital, elaborada em 2020 pelo Instituto Internacional de Gestão do Desenvolvimento (IMD, 2020), apesar do Brasil ter avançado seis posições desde 2019, ainda figura na 51a posição entre os 63 países do estudo, atrás de países como o Cazaquistão (36a), Chile (41a) e Turquia (44a) (Anexo 5).

Além do importante papel de formação profissional das próximas gerações, as Universidades Públicas brasileiras, quer mantidas pelo governo federal, quer pelos governos estaduais ou do distrito federal, reúnem uma parcela considerável do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, principalmente vinculado aos seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de seus grupos de pesquisa. Segundo a Capes, existem atualmente no Brasil, 4642 programas de pós-graduação *stricto sensu* autorizados ou recomendados nas mais diversas áreas do conhecimento, que totalizam 7062(1) cursos de pós-graduação, sendo 4561 mestrados (acadêmicos: 3694; profissionais: 867) e 2501 doutorados (acadêmicos: 2443; profissionais: 58), como pode ser visto no quadro a seguir.

**Quadro 4.20.** Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Total de Programas de pós-graduação | | | | | | | Total de Cursos de pós-graduação | | | | |
| Total | ME | DO | MP | DP | ME/DO | MP/DP | **Total** | ME | DO | MP | DP |
| 4642 | 1328 | 77 | 813 | 4 | 2366 | 54 | **7062\*** | 3694 | 2443 | 867 | 58 |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

\*Totalização da Plataforma Sucupira mostra diferença de 2 cursos (+1 DO e +1MP)

Quando se avalia a distribuição do total de mais de sete mil cursos entre as diferentes regiões brasileiras, percebe-se que a Região Centro-Oeste possui apenas 8,15% deles, com 390 cursos de mestrado e 186 cursos de doutorado, estando à frente apenas da Região Norte, que aparece apenas à frente da Região Norte, com 5,46%, como pode ser verificado no quadro abaixo:

**Quadro 4.21**. Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, por Região Geográfica.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Região | Total de Programas de pós-graduação | | | | | | | Total de Cursos de pós-graduação | | | | |
| **Total** | ME | DO | MP | DP | ME/DO | MP/DP | **Total** | ME | DO | MP | DP |
| Centro-Oeste | **399** | 148 | 8 | 65 | 1 | 175 | 2 | **576** | 323 | 183 | 67 | 3 |
| Nordeste | **963** | 387 | 17 | 161 | 1 | 387 | 10 | **1360** | 774 | 404 | 171 | 11 |
| Norte | **287** | 132 | 5 | 53 | 0 | 91 | 6 | **386** | 223 | 97 | 60 | 6 |
| Sudeste | **1993** | 374 | 36 | 380 | 2 | 1179 | 22 | **3194** | 1553 | 1215 | 402 | 24 |
| Sul | **1000** | 287 | 11 | 154 | 0 | 534 | 14 | **1548** | 821 | 545 | 168 | 14 |
| Total | **4642** | **1328** | **77** | **813** | **4** | **2366** | **54** | **7064\*** | **3694** | **2444** | **868** | **58** |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

\*Totalização da Plataforma Sucupira mostra diferença de 2 cursos (+1 DO e +1MP)

Certamente, estes números refletem não só as diferenças no número de habitantes, na densidade populacional e no número de IES das diferentes regiões brasileiras, mas principalmente as oportunidades que se configuram para a criação de novos programas. Todavia quando se observa com maior profundidade a Região Centro-Oeste, os dados por unidade da Federação, mostram a importância do Distrito Federal na oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu*. Dos 390 cursos de mestrado e 187 de doutorado da Região Centro-Oeste, o Distrito Federal possui 32,31% e 42,25% deles, respectivamente, com destaque aos doutorados que se aproximam da metade da oferta da Região. O quadro a seguir apresenta tais resultados, onde se pode perceber o destaque do Distrito Federal.

**Quadro 4.22.** Número de programas e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na Região Centro-Oeste, por unidade federativa.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade Federativa | Total de Programas de pós-graduação | | | | | | | Total de Cursos de pós-graduação | | | | | |
| **Total** | ME | DO | MP | DP | ME/DO | MP/DP | **Total** | ME | DO | MP | DP |
| DF | **128** | 20 | 1 | 29 | 1 | 76 | 1 | **205** | 96 | 77 | 30 | 2 |
| GO | **125** | 51 | 4 | 23 | 0 | 46 | 1 | **172** | 97 | 50 | 24 | 1 |
| MS | **79** | 35 | 1 | 8 | 0 | 35 | 0 | **115** | 70 | 37 | 8 | 0 |
| MT | **67** | 42 | 2 | 5 | 0 | 18 | 0 | **85** | 60 | 20 | 5 | 0 |
| Total | **399** | **148** | **8** | **65** | **1** | **175** | **2** | **577\*** | **323** | **184** | **67** | **3** |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

\*Totalização na Plataforma Sucupira mostra diferença de 1 curso (+1 DO)

Segundo a base de dados da Plataforma Sucupira, existem 16 IES no Distrito Federal que oferecem pelo menos um curso de pós-graduação *stricto sensu* avaliado ou reconhecido pela Capes. O quadro a seguir apresenta tais IES onde se pode perceber o destaque nos números apresentados pelas duas Universidades com sede em Brasília-DF, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Católica de Brasília (UCB), sendo a primeira responsável pela oferta de 79% dos cursos, dos quais 93 são de mestrado (73,81% de um total de 126 cursos) e 69 de doutorado (89,61% de um total de 77 cursos).

**Quadro 4.23**. Número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, por Instituição de Ensino Superior (IES).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome da IES | Sigla da IES | Total | ME | DO | MP | DP |
| 1. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior | ANDIFES | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento | CEFOR | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Centro Universitário de Brasília | UNICEUB | **4** | 3 | 1 | 0 | 0 |
| 1. Centro Universitário do Distrito Federal | UDF | **1** | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1. Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília | IESB | **2** | 0 | 0 | 2 | 0 |
| 1. Centro Universitário Euro-Americano | UNIEURO | **1** | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira | ENFAM | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Escola Superior de Ciências da Saúde | FEPECS-ESCS | **1** | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1. Fiocruz (Escola de Governo em Saúde, Diretoria Regional de Brasília) | FIOCRUZ-EGS Brasília | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde | FEPECS | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Fundação Escola Nacional de Administração Pública | ENAP | **3** | 0 | 0 | 2 | 1 |
| 1. Fundação Getúlio Vargas, Brasília | FGV/BSB | **3** | 1 | 0 | 1 | 1 |
| 1. Instituto Brasiliense de Direito Público | IDP | **5** | 1 | 1 | 3 | 0 |
| 1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | IPEA | **1** | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1. Universidade Católica de Brasília | UCB | **17** | 7 | 6 | 4 | 0 |
| 1. Universidade de Brasília | UNB | **162** | 81 | 69 | 12 | 0 |
| Total | | **205** | **96** | **77** | **30** | **2** |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional.

Para o objetivo do presente projeto, buscando aliar as informações sobre a pós-graduação *stricto sensu* aos de graduação e, desta forma, dando uma maior abrangência na análise do cenário do Ensino Superior do Distrito Federal e RIDE, pode-se perceber da análise do quadro a seguir que apenas duas IES oferecem cursos de mestrado e/ou de doutorado, nas áreas de engenharias, de tecnologias e de inovação. A Universidade de Brasília, com 26 cursos de mestrado (sendo dois profissionais) e 18 cursos de doutorado e a Universidade Católica de Brasília com dois cursos de mestrado profissionais, são responsáveis por toda a oferta. Ainda, podem ser observados os conceitos obtidos pelos cursos nas últimas avaliações da Capes disponíveis.

**Quadro 4.24**. Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos no Distrito Federal, Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| IES | Curso/Código | ME | DO | MP | DP |
| UCB | 1. Governança, Tecnologia e Inovação (53003012006P0) | - | - | 4 | - |
| 2. Tecnologias Ambientais (53003012012p0) | - | - | 3 | - |
|  | | | | | |
| UnB | 1. Agronegócios (53001010063P5) | 4 | - | - | - |
| 1. Agronomia (53001010071P8) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Biotecnologia e Biodiversidade - Rede Pró-Centro-Oeste (53001010100P8) | - | 4 | - |  |
| 1. Ciências Ambientais (53001010108P9) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Ciências da Informação (53001010018P0) | 5 | 5 | - | - |
| 1. Ciências de Materiais (53001010084P2) | 3 | - | - | - |
| 1. Ciências Florestais (53001010046P3) | 3 | 3 | - | - |
| 1. Ciências Mecânicas (53001010053P0) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Computação Aplicada (53001010098P3) | - | - | 3 | - |
| 1. Desenvolvimento Sustentável (53001010044P0) | 7 | 7 | - | - |
| 1. Engenharia Biomédica (53001010083P6) | 3 | - | - | - |
| 1. Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação (53001010081P3) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Engenharia Elétrica (53001010059P8) | - | - | 3 | - |
| 1. Engenharia Elétrica (53001010080P7) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Estatistica (53001010074P7) | 4 | - | - | - |
| 1. Estruturas e Construção Civil (53001010036P8) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Geociências Aplicadas e Geodinâmica (53001010075P3) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Geografia (53001010043P4) | 5 | 5 | - | - |
| 1. Geologia (53001010006P1) | 7 | 7 | - | - |
| 1. Geotecnia (53001010032P2) | 6 | 6 | - | - |
| 1. Informática (53001010054P6) | 5 | 5 | - | - |
| 1. Integridade de Materiais da Engenharia (53001010086P5) | 3 | - | - | - |
| 1. Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (53001010093P1) | 3 | - | - | - |
| 1. Nanociência e Nanobiotecnologia (53001010096P0) | 4 | 4 | - | - |
| 1. Sistemas Mecatrônicos (53001010052P3) | 3 | 3 | - | - |
| 1. Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (53001010041P1) | 3 | 3 | - | - |
| 1. Transportes (53001010030P0) | 3 | - | - | - |

Fonte CAPES: Plataforma Sucupira – elaborado pelo autor.

ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional.

Quando se considera o número de matrículas nos programas de pós-graduação acima, distribuídos nas principais grandes áreas afetas ao presente estudo (Engenharias, Tecnologias e Inovação), ou seja, as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e de Engenharias somadas, pode-se extrair da análise do quadro abaixo que, no quinquênio 2015-2019, o número de matrículas nos programas mantiveram-se próximos à média, sem terem apresentado crescimentos ou declínios importantes. O período relativo a um quinquênio foi escolhido por representar a duração total recomendada pelo senso comum de que o mestrado seja realizado em dois anos e, o doutorado, em três anos.

**Quadro 4.25**. Número de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, nas áreas afins, com maior aderência às tecnologias, engenharias e inovação, no Distrito Federal, no período de 2015 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Programa | Areas de Interesse | | | | Outras Áreas | Total |
| Ciências Agrárias | Ciências Exatas e da Terra | Enge-nharias | **Total** |
| 2015 | Doutorado | 168 | 295 | 314 | **777** | 2346 | **3123** |
| Mestrado | 152 | 286 | 450 | **888** | 2553 | **3441** |
| Mestrado Profissional | 0 | 106 | 32 | **138** | 516 | **654** |
| **Total** | **320** | **687** | **796** | **1803** | **5415** | **7218** |
| 2016 | Doutorado | 159 | 346 | 332 | **837** | 2599 | **3436** |
| Mestrado | 128 | 290 | 457 | **875** | 2747 | **3622** |
| Mestrado Profissional | 0 | 111 | 4 | **115** | 555 | **670** |
| **Total** | **287** | **747** | **793** | **1827** | **5901** | **7728** |
| 2017 | Doutorado | 152 | 363 | 329 | **844** | 2727 | **3571** |
| Mestrado | 134 | 328 | 496 | **958** | 2780 | **3738** |
| Mestrado Profissional | 0 | 143 | 0 | **143** | 651 | **794** |
| **Total** | **286** | **834** | **825** | **1945** | **6158** | **8103** |
| 2018 | Doutorado | 156 | 375 | 332 | **863** | 2834 | **3697** |
| Mestrado | 142 | 299 | 445 | **886** | 2794 | **3680** |
| Mestrado Profissional | 0 | 128 | 25 | **153** | 1067 | **1220** |
| **Total** | **298** | **802** | **802** | **1902** | **6695** | **8597** |
| 2019 | Doutorado | 158 | 358 | 325 | **841** | 2962 | **3803** |
| Mestrado | 140 | 265 | 412 | **817** | 2597 | **3414** |
| Mestrado Profissional | 0 | 106 | 25 | **131** | 801 | **932** |
| **Total** | **298** | **729** | **762** | **1789** | **6360** | **8149** |

Fonte: GEOCAPES (Sistema de Informações Georreferenciadas CAPES – Distribuição de discentes de pós-graduação o Brasil).

Da análise da Figura 4.9, na sequência, isso se torna mais claro pois pode-se verificar que o número total de matrículas nos programas de doutorado manteve-se próximo à média de 832,40, com um coeficiente de variação igual a 3,91%. Para a soma dos programas de mestrado das três grandes áreas, novamente, os valores permaneceram próximos à média de 884,80 matrículas, com um coeficiente de variação de 5,67%. Embora os valores de matrículas nos mestrados profissionais tenham apresentado uma maior variação (10,45%) em relação à média (136 matrículas) do que os demais, este formato não é muito comum à área de estudo, estando presente de forma destacada entre os programas de Ciências Exatas e da Terra e, mais recentemente, nos de Engenharia. Por fim, quando são consideradas as matrículas totais, pela soma dos valores dos três programas (Doutorado, Mestrado e Mestrado Profissional), houve uma variação pequena ao longo do quinquênio, visto que o Coeficiente de Variação foi de apenas 3,63%, em relação a uma média de 1853,20 matrículas. Inclusive, pode-se verificar visualmente na figura o declínio nos valores, ou seja: de 1945 matrículas em 2017, passando para 1902 em 2018 e para 1789 em 2019.

**Figura 4.9**. Distribuição do número de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, no quinquênio 2015-2019, no Distrito Federal, nas áreas afins (Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias).

(Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas – Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil).

A redução observada para o total das matrículas das Áreas Afins também ocorreu quando foram consideradas as matrículas nos programas das demais grandes áreas do conhecimento, no Distrito Federal, conforme a figura abaixo. Todavia, a redução ficou mais evidente apenas de 2018 para 2019, variando de 6.695 para 6.360 matrículas, respectivamente.

**Figura 4.10**. Distribuição do número de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, no quinquênio 2015-2019, no Distrito Federal, nas áreas afins e em outras áreas.

(Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas – Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil).

Por fim, ao longo do quinquênio 2015-2019, pode-se observar uma redução gradual no percentual de matrículas da área em pauta, em relação ao total de matrículas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do DF, passando de cerca de 25% para cerca de 22%, conforme pode ser visto na figura abaixo.

**Figura 4.11**. Percentual de matrículas nos programas de mestrado, de mestrado profissional e de doutorado, no quinquênio 2015-2019, nas áreas afins em relação ao total de matrículas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Distrito Federal.

(Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas – Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil).

1. **POSSÍVEIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

**5.1. ANÁLISE DE ASPECTOS ECONÔMICOS: ESTIMATIVA DE CUSTEIO COM INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE PESSOAS E POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS.**

Considerando-se que as estruturas física e de pessoal docente e técnico-administrativo necessárias para a implantação da Universidade do Distrito Federal conterá elementos importantes de receitas de custeio e de investimentos junto às peças orçamentárias previstas e durante sua execução, pode-se utilizar de informações de outras Instituições Universitárias já consolidadas e que tenham características de categoria administrativa e de áreas de atuação nas quais estejam incluídas aquelas pertinentes ao presente projeto, ou seja, áreas de Engenharia, Tecnologia e Inovação e que tenham papel de destaque no cenário educacional nacional e internacional. Para este fim, optou-se pela análise das universidades públicas mantidas pelo Estado de São Paulo, a saber: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), no contexto de suas peças orçamentárias para o ano de 2020, além de informações acerca do corpo discente, do corpo técnico-administrativo e do corpo docente.

A princípio, é importante que se verifique a composição básica das peças orçamentárias destas três universidades públicas estaduais, conforme exposto no quadro abaixo:

**Quadro 5.1.** Principais descritivos orçamentários de receita e despesa, das três universidades públicas do Estado de São Paulo, para o ano de 2020.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Componente orçamentário | Descritivo | UNICAMP(a) | | USP 2020(b) | | UNESP 2020(c) | |
| **R$** | **%** | **R$** | **%** | **R$** | **%** |
| Receita | Dotações orçamentárias do Estado | 2.499.550 | 90,33 | 5.728.990 | 95,84 | 2.672.000 | 86,87 |
| Outras receitas | 267.573 | 9,67 | 248.793 | 4,16 | 404.000 | 13,13 |
| **TOTAL** | **2.767.123** |  | **5.977.783** |  | **3.076.000** |  |
| Despesa | Folha de pagamento e reflexos | 2.205.913 | 79,72 | 4.949.775 | 82,80 | 2.248.705 | 73,10 |
| Bolsas e auxílios (assistência e permanência estudantil) | 88.362 | 3,19 | 88.200 | 1,48 | 33.486 | 1,09 |
| Terceirizações de mão de obra (limpeza, manutenção e segurança) | 116.260 | 4,20 | 288.226 | 4,82 | 31.408 | 1,02 |
| Conservação e manutenção predial | 37.145 | 1,34 | 382.344 | 6,40 | 6.052 | 0,20 |
| Juros, encargos e sentenças judiciais | 27.260 | 0,99 | 420 | 0,01 | 20.150 | 0,66 |
| Outras despesas operacionais(1) | 292.182 | 10,56 | 268.818 | 4,50 | 379.370 | 12,33 |
| Ajustes de custeio(2) | - | 0,00 | - | 0,00 | 356.829 | 11,60 |
| **TOTAL** | **2.767.122** |  | **5.977.783** |  | **3.076.000** |  |

Valores em R$1.000

(1): Em outras despesas operacionais, vinculadas ou não: despesas gerais de custeio com manutenção e conservação predial, correios, energia elétrica, aluguéis de máquinas e equipamentos, materiais de consumo, renovação de licenças de software, entre outros.

(2): Em ajustes de custeio encontram-se as despesas orçadas mas não realizadas por contingenciamento.

Fontes:

1. Universidade Estadual de Campinas. **Proposta da Distribuição Orçamentária da Unicamp 2020**. Disponível em [https://www.aeplan.unicamp.br/proposta\_orcamentaria/unicamp/pdo\_unicamp\_2020\_P&B.pdf].
2. Universidade de São Paulo. **Proposta de Distribuição Orçamentária de 2020**. Disponível em: [http://usp.br/codage/files/orc2020/PDO2020\_FINAL].
3. Universidade Estadual Paulista. **Despesas descentralizadas de 2020.** Disponível em: [https://www2.unesp.br/portal#!/aplo/execucaofinanceira/demonstrativo-das-despesas-pagas---2020]

Da análise do quadro acima pode-se verificar que dentre as dotações orçamentárias de receita, os recursos advindos do tesouro do Estado de São Paulo representam cerca de 90% dos recursos totais, sendo a UNESP aquela que provê, tanto percentualmente quanto monetariamente, o maior volume de “outras receitas” ou seja, mais de R$400 milhões, que correspondem a 13,13% do total. Quanto às despesas o componente mais significativo é o atinente à folha de pagamento dos servidores, ativos e inativos, que representa valores expressivos na composição orçamentária, sendo a USP a que destina maior percentual de sua receita para o custeio desta rubrica (82,80%, seguido pela UNICAMP (79,72%) e pela UNESP (73,10%). Este indicador denota uma característica destas universidades públicas, de maneira geral, a destinarem volumes de cerca de 20% de seus orçamentos para todas as outras rubricas de custeio de suas atividades. Considerando-se que os orçamentos das universidades públicas estaduais estão vinculados a dotações orçamentárias que refletem a arrecadação de impostos, principalmente o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e, que a garantia dos salários dos servidores ativos e das pensões dos servidores inativos está prevista legalmente, caso venha a ocorrer qualquer desaquecimento na economia, o componente salarial poderá ter um peso maior ainda na composição do custeio. Esses riscos de diminuição nos repasses do tesouro estadual, embora passíveis de serem estimados por indicadores econômicos, requerem atenção para que não comprometam o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.

Uma outra forma de analisar o orçamento de uma universidade diz respeito aos indicadores relativos ao custo/aluno-ano (Quadro 5.2) e ao custo/servidor-ano (Quadro 5.3), além da relação servidor/aluno (docente/aluno e técnico-administrativo/aluno).

**Quadro 5.2.** Custo/aluno-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de alunos de graduação e de pós-graduação matriculados ao final de 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Despesa Total Orçada | UNICAMP | | USP | | UNESP | |
| **R$ 2.767.123** | | **R$ 5.977.783** | | **R$ 3.076.000** | |
| Nível | **Alunos** | Custo/aluno  **R$ 75** | **Alunos** | Custo/aluno  **R$ 68** | **Alunos** | Custo/aluno  **R$ 57** |
| Graduação | 19164 | 59097 | 39244 |
| Pós-Graduação | 17585 | 29295 | 14334 |
| Total | **36749** | **88392** | **53578** |

Valores em R$1.000 - Fontes:

1. Universidade Estadual de Campinas. **Anuário Estatístico UNICAMP 2020**. Disponível em: [https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2020/ anuario2020.pdf]
2. Universidade de São Paulo. **Anuário Estatístico USP 2020**. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/ AnuarioUSP\_2020.pdf]
3. Universidade Estadual Paulista. **Anuário Estatístico UNESP 2020**. Disponível em: [https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario\_2020.pdf]

**Quadro 5.3.** Custo/Servidor-ano calculado a partir dos descritivos orçamentários de 2020 das três universidades públicas do Estado de São Paulo, estimado pelo número de servidores docentes e técnico-administrativos, ativos e inativos, existentes ao final de 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Despesa Folha de Pagamento Orçada | UNICAMP | | USP | | UNESP | |
| **R$ 2.205.913** | | **R$ 4.949.775** | | **R$ 2.248.705** | |
| Categoria | **Servidores** | Custo/Servidor  **R$ 151** | **Servidores** | Custo/Servidor  **R$ 203** | **Servidores** | Custo/Servidor  **R$ 142** |
| Docentes | 2019 | 5383 | 3087 |
| Técnico-Administrativos | 7135 | 13368 | 5200 |
| Total Ativos | **9154** | **18751** | **8287** |
| Total Inativos | 5456 | 5606 | 7465 |
| Total Servidores | **14610** | **24357** | **15752** |

Valores em R$1.000 - Fontes:

1. Universidade Estadual de Campinas. **Anuário Estatístico UNICAMP 2020**. Disponível em: [https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2020/ anuario2020.pdf]
2. Universidade de São Paulo. **Anuário Estatístico USP 2020**. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/ AnuarioUSP\_2020.pdf]
3. Universidade Estadual Paulista. **Anuário Estatístico UNESP 2020**. Disponível em: [https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario\_2020.pdf]

Os indicadores custo/aluno-ano e custo/servidor-ano apresentados mostram uma clara divergência entre eles, apontando para os máximos encontrados na UNICAMP. Embora estes resultados mereçam uma análise mais aprofundada e guardadas as devidas diferenças institucionais, pode-se dizer que o custo/aluno ano da UNICAMP se destaca dos demais por duas razões básicas: possuir praticamente o mesmo orçamento da UNESP mas a metade do número de alunos em graduação. A UNICAMP, ao contrário das outras duas universidades, possuía em sua base de alunos praticamente o mesmo número de matrículas em graduação (19.164) e em pós-graduação (17.585). Já na USP e na UNESP, os graduandos representam cerca do dobro dos pós-graduandos. No que tange ao menor custo/servidor-ano observado também na UNESP, em relação às demais, pode ser explicado pela elevada proporção de servidores inativos, que se aproxima do número de servidores ativos, totalizando cerca de 10 mil servidores a mais que a UNICAMP, sendo que os recursos orçamentários para folha de pagamento destas duas IES sejam praticamente os mesmos (Quadro 5.1).

Até este ponto, foram apresentados alguns aspectos relativos aos custos de funcionamento de uma universidade pública, utilizando-se como exemplo as três universidades mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo. Estes custos, como visto, são destinados em grande parte (cerca de 75%) para o custeio da folha de pagamento dos servidores, sendo o restante, a parte a ser aplicada à manutenção das atividades operacionais. Todavia, uma universidade para preservar sua missão de indissociabilidade de ensino, de pesquisa e de extensão, conforme determina o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, há de serem destinados recursos além das dotações orçamentárias de custeio, no que tange aos investimentos para infraestrutura física e de bens permanentes. Nesta linha, os cursos de Engenharia e as áreas afetas à Tecnologia e à Inovação são consideravelmente demandantes, principalmente do ponto de vista laboratorial. Esta característica, também é observada na área da Saúde, embora não faça parte do escopo deste trabalho, mas se faz importante compará-las visto que, por um lado estando o significativo aporte financeiro necessário para a implantação dos laboratórios, mas do outro, as oportunidades de sinergia de utilização dos espaços entre os diferentes cursos de uma mesma área, o que garante uma otimização dos investimentos, envolvendo um maior número de atividades, de alunos e de oportunidades de produção técnica e científica.

Para ilustrar e utilizando-se a Área das Engenharias como exemplo, os Laboratórios de Física, de Química, de Ciência dos Materiais, de Fenômenos de Transporte, de Desenho, de Eletricidade e Eletromagnetismo, entre outros, sem contar os Laboratórios de Informática, são de uso comum a vários cursos da área, como Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, entre outras. Ainda, estes mesmos laboratórios podem ser utilizados em Cursos Superiores de Tecnologia para a formação de Tecnólogos e, também, em alguns cursos de Bacharelado, fazendo com que os investimentos em seus equipamentos e mobiliário sejam otimizados.

O quadro abaixo, ilustra as possibilidades de utilização dos mesmos espaços laboratoriais por seis cursos da Área de Engenharia, com o investimento aproximado necessário para a aquisição de equipamentos especializados.

**Quadro 5.4.** Laboratórios de uso comum para a Área de Engenharia e custo aproximado para aquisição de equipamentos e mobiliário.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Laboratório | Custo (R$) | Produção | Civil | Mecânica | Elétrica | Computação | Controle e Automação |
| 01 | Automação e Robótica | 128.000 | X |  | X |  | X | X |
| 02 | Ciência dos Materiais | 52.552 | X | X | X | X | X | X |
| 03 | Desenho | 8.126 | X | X | X | X | X | X |
| 04 | Eletricidade, Eletrotécnica e Eletromagnetismo | 267.843 | X | X | X | X | X |  |
| 05 | Eletrônica Básica e Automação | 59.250 |  |  |  | X | X | X |
| 06 | Fenomenos de Transporte | 90.700 | X | X | X | X | X | X |
| 07 | Física do Movimento | 163.766 | X | X | X | X | X | X |
| 08 | Físicas dos Movimentos e Ondas | 126.109 | X | X | X | X | X | X |
| 09 | Fluídos e Termodinâmica | 96.351 | X | X | X | X | X | X |
| 10 | Hidráulica | 76.008 |  | X |  |  |  |  |
| 11 | Informática Aplicada às Engenharias | 95.771 | X | X | X | X | X | X |
| 12 | Máquinas e Motores | 201.650 |  |  | X | X |  | X |
| 13 | Máquinas Térmicas | 49.650 |  |  | X |  |  |  |
| 14 | Metrologia | 24.959 | X |  | X |  |  |  |
| 15 | Processamento de Sinais | 168.250 |  |  |  | X | X | X |
| 16 | Processos Industriais | 275.280 | X |  | X |  |  |  |
| 17 | Programação com Ênfase em Plataformas Móveis | 84.000 |  |  |  |  | X | X |
| 18 | Química | 63.058 | X | X | X | X | X | X |
| 19 | Redes de Computadores | 253.000 |  |  |  | X | X |  |
| 20 | Resistência dos Materiais | 139.100 | X | X | X | X | X | X |
| 21 | Sistemas Digitais | 61.250 |  |  |  | X | X | X |
| 22 | Softwares | 781.909 | X | X | X | X | X | X |
| 23 | Solos e Materiais | 180.372 |  | X |  |  |  |  |
| 24 | Tecnologia das Construções | 89.782 |  | X |  |  |  |  |
|  | **Total** | **3.536.736** | **14** | **14** | **16** | **17** | **17** | **16** |

Embora os valores sejam estimados a partir da sugestão de fornecedores sem a devida tomada de preço, é importante ressaltar que o investimento laboratorial para a Área de Engenharias é muitas vezes dependente de condições de importação e de câmbio, o que pode sugerir um valor mais conservador seria na casa de R$ 4 milhões.

Outros investimentos importantes para um ambiente educacional universitário dizem respeito às próprias salas de aula, que devem atender a princípios de acessibilidade e que estejam adequadas às atividades de ensino às quais se destinarão. Em um valor aproximado, uma sala de aula padrão com carteiras universitárias ou com mesas e cadeiras, para 50 alunos, contendo um microcomputador, um projetor multimídia, uma tela de projeção anti-reflexo e quadros brancos, requer um investimento de R$ 50 mil. Ainda, os espaços destinados aos setores administrativos, gabinetes para o corpo docente, setores de atendimento, também necessitam de investimentos em relação a mobiliário e equipamentos de informática, na ordem de R$ 5 mil reais por servidor. Portanto, em um exemplo hipotético para implantação de seis cursos de engenharia, com 50 vagas anuais para cada um deles e a contratação de 15 professores em média para cada curso, considerando as disciplinas em sinergia e, de 30 colaboradores administrativos, seriam necessários para os cinco anos iniciais, os seguintes investimentos em equipamentos e mobiliários, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 5.5.** Investimento estimado ao longo dos cinco primeiros anos, para implantação de Área de Engenharia, com seis cursos, 50 vagas anuais e 120 servidores

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | N | R$ unitário | R$ total |
| 1 | Salas de aula | 30 | 50 | 1500 |
| 2 | Equipamentos e mobiliário (90 docentes e 30 técnico-administrativos) | 120 | 5 | 600 |
| 3 | Laboratórios Específicos | 24 | - | 4000 |
| 4 | Laboratórios Gerais de Informática (25 estações de trabalho) | 4 | 100 | 400 |
| Total | | | | **6500** |

Em R$ 1000

Portanto, considerando-se que as metodologias acadêmicas que serão adotadas, além da organização administrativa implementada terão impactos consideráveis em outros recursos necessários, como por exemplo, acervo bibliográfico (aqui incluindo-se o físico em papel e o digital), além de mobiliário e instalações gerais, os investimentos básicos estimados para que as atividades dos cursos de engenharia, de tecnologia e alguns bacharelados em áreas conexas, é da ordem de R$ 6,5 milhões, em imobilizados.

Por fim, pode-se explorar alguns cenários nos quais além dos investimentos e das fontes de receitas para custeio da UnDF, advindos dos recursos públicos do Governo do Distrito Federal, a presença da iniciativa privada no fomento de projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, via parcerias no âmbito de conveniamento ou de acordos de cooperação, pode ser uma importante forma de inserção de recursos orçamentários, considerando que a Universidade poderá ser contratada para a prestação de serviços em diversas áreas, principalmente no desenvolvimento de serviços que tenham vinculação com suas áreas de atuação. Tais acordos de cooperação, incluídos em linhas orçamentárias de Outras Receitas ou Receitas Próprias, podem ser específicas para a utilização nos objetivos descritos em seus termos, com verbas vinculadas. Mesmo assim, embora tenham destinação específica, auxiliam a gestão universitária na otimização de seus recursos. Ainda, destaca-se que como iniciativa privada, além de pessoas jurídicas de cunho empresarial, podem também ser consideradas as entidades representativas de categorias, como Conselhos Federais de categorias profissionais, confederações representativas de setores da Sociedade, como por exemplo, da Indústria e do Comércio. O próprio PL 034/2020 prevê em seu bojo (Art. 9º) que receitas eventuais poderão advir da contribuição, doação, financiamento, auxílios e subvenções concedidos por entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, pela prestação de serviços especializados em suas áreas de atuação, além do exercício de direitos patrimoniais de propriedade científica e tecnológica.

Outra forma de obtenção de recursos financeiros para investimento ou custeio, vincula-se às possíveis emendas aos orçamentos governamentais, de natureza parlamentar, do Distrito Federal ou da Federação, para utilização específica em projetos de desenvolvimento e de qualificação de pessoal, incluindo órgãos governamentais civis e militares. Por fim, recursos advindos de agências de fomento para o financiamento de projetos específicos podem representar importantes fontes de receitas. Entre elas, pode-se citar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no âmbito nacional, além de um grande número de entidades internacionais que podem ser acessadas por plataformas especializadas, como por exemplo, a “Nonprofit Experts” (disponível em , <https://www.nonprofitexpert.com/international-grants/>> e a “Funding Data Search – FunRef (CrossRef) (disponível em: < <https://search.crossref.org/funding>>.

**5.2. ANÁLISE DE ASPECTOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS**

**A) Análise sobre o atendimento das questões de regulação e de avaliação para implantação da UnDF, segundo a legislação e regulamentação em vigor.**

Para a implantação de uma Instituição de Educação Superior que tenha como objetivo a oferta de programas voltados para as áreas de inovação, de tecnologias e de engenharias é preciso estabelecer, inicialmente, algumas referências regulatórias que servirão de base para o planejamento estratégico da sua criação. A princípio, conforme definiu o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), na Resolução no 02, de 19 de setembro de 2017, que estabeleceu as normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal:

*Art. 1º O Sistema de Ensino do Distrito Federal, na oferta da educação superior, compreende instituições públicas criadas e mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal.*

*Parágrafo único. As instituições de educação superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada, fazem parte do Sistema Federal de Ensino Superior, em conformidade com a legislação nacional vigente.*

*Art. 2º A responsabilidade pela implantação e manutenção das instituições públicas de educação superior, no Sistema de Ensino do Distrito Federal, é dever do Poder Público.*

*[...]*

*Art. 5º As instituições públicas de educação superior, no Sistema de Ensino do Distrito Federal, devem obedecer às disposições da legislação nacional e desta Resolução.*

Desta forma, caberá ao Poder Público do Distrito Federal estabelecer os princípios que nortearão a implantação e o desenvolvimento de uma Universidade do Distrito Federal, de categoria administrativa pública que, segundo a mesma Resolução, deverá ter as seguintes características:

*Art. 7º As Universidades, instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, caracterizam-se por:*

*I - indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*

*II - produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;*

*III - corpo docente com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) do total;*

*IV - corpo docente em regime de tempo integral de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) do total;*

*V - propostas curriculares que contemplem as diversas áreas do conhecimento;*

*VI - oferta regular de, no mínimo, 4 (quatro) cursos de mestrado e 2 (dois) de doutorado reconhecidos pelo Sistema Federal de Ensino, nos termos da legislação vigente.*

*Parágrafo único. As Universidades gozam de autonomia, nos termos da Constituição Federal.*

Ainda, se optar pelo formato de estrutura *multicampi*, deverá atender ao seguinte:

*Art. 8º As Universidades podem organizar-se na forma multicampi.*

*§ 1º Considera-se como campus sede o local central de funcionamento da instituição, circunscrito aos limites do Distrito Federal, incluindo os órgãos administrativos e acadêmicos centrais, a oferta dos cursos e demais atividades educacionais.*

*§ 2º Considera-se campus fora da sede as unidades educacionais em outros locais de funcionamento da instituição nos limites do Distrito Federal.*

*§ 3º Os campi fora da sede, em outras Unidades da Federação, não fazem parte de Sistema de Ensino do Distrito Federal.*

Da análise do excerto acima, chamam a atenção os aspectos previstos no texto da Resolução que atribuem, ora obrigatoriedades, ora permissibilidades, ou seja, o que se determina no Art. 7o poderá ser desenvolvido em uma organização de estrutura multicampi, com campi distribuídos obrigatoriamente dentro dos limites do Distrito Federal e considerados com a designação “campus fora de sede”. Por outro lado, a universidade poderá adotar uma estrutura de campus único. Por si, a definição apontará para questões organizacionais e orçamentárias importantes visto que a oferta de programas de graduação e de pós-graduação em uma Universidade é diretamente afetada por aspectos próprios de seu funcionamento, como por exemplo, sinergia de utilização de espaços comuns, dimensionamento de equipes de limpeza, manutenção e segurança predial, entre outros. Ainda, podem ser incluídos aspectos como a otimização da carga horária do corpo docente, influenciada pela área de formação e de pesquisa dos professores e, do acervo, de equipamentos e de espaços de ensino e de pesquisa.

Outro ponto importante a ser considerado em termos regulatórios é o que a citada Resolução CEDF no 02/2017 preconiza acerca do credenciamento institucional, assim tratado:

*Art. 27. Os atos de regulação das instituições de educação superior, de cursos e de programas compreendem:*

*I - credenciamento;*

*II - recredenciamento;*

*[...]*

*Parágrafo único. Os atos de regulação de que trata o caput têm prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação, nos termos da legislação vigente.*

*[...]*

*CAPÍTULO I*

*DO CREDENCIAMENTO*

*Art. 31. O credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual o Poder Público do Distrito Federal, após deliberação do Conselho de Educação do Distrito Federal, habilita a instituição com tipologia organizacional e modalidade para a oferta de educação superior.*

Assim, conforme pode ser verificado, o credenciamento de uma Universidade do Distrito Federal deverá atender aos trâmites regulares previstos que impõem o que se apresenta a seguir:

*Art. 32. Os processos de credenciamento de instituições de educação superior públicas são solicitados em órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, contendo:*

*I - condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais da mantenedora;*

*II - estrutura organizacional, estatuto e regimento geral, no caso de Universidades e de Centros Universitários, e regimento nos demais casos;*

*III - cópia da Licença/Autorização de Funcionamento vigente, coerente com o nível de educação superior e modalidades de educação e ensino pretendidas;*

*IV - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quinquenal, contemplando:*

*a) [...]*

*V - Projeto Pedagógico Institucional, contemplando:*

1. *[...]*

*VI - gestão institucional, com formas de escolha, mandato, atribuições dos cargos diretivos e de coordenação;*

*VII - descrição dos cursos e programas: organização curricular, vagas, turnos de funcionamento e formas de acesso;*

*VIII - mecanismos de apoio ao estudante;*

*IX - formas de registro e de controle acadêmico;*

*X - estratégias de avaliação institucional.*

*Parágrafo único. Para fins de credenciamento, são considerados os requisitos legais e normativos exigidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.*

Desta forma, a definição de qual estrutura organizacional (campus único ou multicampi) deverá ser uma das características inicialmente decididas para a elaboração do projeto visando o credenciamento. Ainda nos aspectos de quais são as condições regulamentares a serem observadas, no Projeto de Credenciamento da Universidade do Distrito Federal deverá ser apontado se as IES mantidas pelo poder público do Distrito Federal e, consequentemente, seus cursos de graduação e de pós-graduação autorizados e/ou reconhecidos, estarão incluídos, considerando-se que a Resolução CEDF no 02/2017 permite que a via da transformação de organização acadêmica em processo de recredenciamento seja escolhida. A princípio, esta parece ser a alternativa mais célere e, do ponto de vista regulatório, mais pertinente, permitindo que o ato regulatório tenha validade de 10 anos. Senão, vejamos:

*Art. 34. As Universidades e os Centros Universitários podem ser credenciados mediante autorização de novos cursos, pela reunião de cursos existentes ou, ainda, pelas duas alternativas associadas.*

*Parágrafo único. No caso do recredenciamento a partir de cursos existentes, as instituições referidas no caput devem apresentar a avaliação das principais atividades acadêmicas desenvolvidas no último quadriênio, com destaque para:*

*I - indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*

*II - política de pesquisa com as principais linhas de pesquisa, produção acumulada e projetos em andamento;*

*III - produção artística, cultural, bem como sua publicidade;*

*IV - resultados das avaliações institucionais.*

*Art. 37. O credenciamento para Universidades é concedido por prazo determinado, não superior a 5 (cinco) anos.*

*[...]*

*Art. 43. O recredenciamento para Universidades é concedido por prazo determinado, não superior a 10 (dez) anos.*

Como pode ser visto, a adoção da via de transformação de organização acadêmica para a criação da Universidade do Distrito Federal seria mais apropriada, quando se considera que qualquer uma das vias deverá passar, logo após os trâmites protocolares iniciais, pelo processo de avaliação. A citada resolução também trata desta condição, em seu artigo 79, como segue:

*TÍTULO VI*

*DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*

*Art. 79. A avaliação das instituições públicas de educação superior, dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, e do desempenho acadêmico de seus estudantes, é realizada, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da legislação nacional vigente.*

*Parágrafo único. Para a execução dos processos referentes à avaliação, utilizam-se os instrumentos e critérios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.*

Isto posto, aponta-se para que o que se preconiza na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) seja observado, principalmente nos aspectos da avaliação da solicitação, tanto de credenciamento, quanto de recredenciamento para transformação de organização acadêmica. Diz o citado diploma legal:

*Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:*

*I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;*

*II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;*

*III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;*

*IV – a comunicação com a sociedade;*

*V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;*

*VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;*

*VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;*

*VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;*

*IX – políticas de atendimento aos estudantes;*

*X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.*

*§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no****caput****deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.*

*§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa****in loco.***

*§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.*

*[...]*

Da análise do excerto da lei do SINAES, em destaque os 10 incisos que tratam das dimensões institucionais, resta claro que, junto ao processo a ser tramitado, as questões que envolvam a estrutura organizacional a ser adotada, as áreas de atuação dos programas de graduação e de pós-graduação que serão implantados (ou integrados), são questões fundamentais que deverão estar esclarecidas no projeto, principalmente no Plano de Desenvolvimento Institucional, visto que as principais demandas financeiras de custeio de uma IES estarão diretamente relacionadas e, desta forma, impactadas.

Quando se considera que o Projeto da Universidade do Distrito Federal será submetido a um processo de avaliação externa e, conforma visto até o momento, será utilizado pelos avaliadores, um dos dois instrumentos de avaliação institucional que foram elaborados pelo Comitê Gestor criado pela Portaria INEP no 670/2017, com participação da Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP (DAES), da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação (Seres) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de representantes dos segmentos das IES, tendo como embasamento a legislação atual, as demandas da sociedade e a interlocução com o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), a saber: a) **Instrumento de Avaliação Institucional Externa** – Presencial e a Distância - Recredenciamento / Transformação de Organização Acadêmica; e b) **Instrumento de Avaliação Institucional Externa** – Presencial e a Distância – Credenciamento, ambos de outubro de 2017.

Por fim, pode-se depreender do que foi apresentado quanto aos aspectos de regulação e avaliação, que os principais pontos a serem confrontados pelos legisladores e pelo poder executivo, dizem respeito ao atendimento do Artigo 7º da Resolução CEDF no 02, de 19 de setembro de 2017, no que tange às características firmadas nos incisos de I a VI, com destaque aos de número III, IV e VI.

*Art. 7º As Universidades, instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, caracterizam-se por:*

*I - indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*

*II - produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;*

*III - corpo docente com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) do total;*

*IV - corpo docente em regime de tempo integral de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) do total;*

*V - propostas curriculares que contemplem as diversas áreas do conhecimento;*

*VI - oferta regular de, no mínimo, 4 (quatro) cursos de mestrado e 2 (dois) de doutorado reconhecidos pelo Sistema Federal de Ensino, nos termos da legislação vigente.*

Assim, o texto legal de criação da Universidade do Distrito Federal deverá prever como o atendimento deste dispositivo será feito, incluindo-se, certamente, tais decisões nos documentos organizacionais da própria UnDF, como em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

**B) Análise da Emendas ao Projeto de Lei Complementar no 034/2020 apresentadas pelos Deputados Distritais**

Como introduzido anteriormente, o projeto de Lei Complementar no 034/2020, de autoria do Governador do Distrito Federal, foi encaminhado à presidência da Câmara Legislativa (CL-DF) em 19 de março de 2020 e teve sua apresentação em 23 de abril do mesmo ano, cuja ementa destaca: *“Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências”.* A partir desta data, o projeto se encontra em trâmite na CL-DF, tendo recebido 48 emendas Mod.s ou Adit.s aos seus 22 artigos, das quais, 46 estão apensadas ao projeto (as emendas 8 e 25 tiveram os protocolos anulados), sendo 41 da Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) e quatro do Plenário, que passarão a ser apresentadas, no intuito de se verificar se as propostas de emendas promoverão alterações significativas no texto inicial e, assim, possam ser analisadas no contexto dos reflexos na futura implantação.

Dentre as emendas apresentadas, as de número 1 a 7 de mesma autoria (Deputado Distrital Leandro Grass - Comissão de Educação, Saúde e Cultura), são Mod.s e apresentam, em resumo o que segue:

1. **Emenda 1 (Mod.)**: altera redação do Art. 1o propondo a vinculação da UnDF diretamente ao Governador do DF e não à Secretaria de Estado de Economia, para garantir a autonomia universitária prevista no Art. 207 da Constituição Federal. Ainda, não haver previsão no Decreto 35.565/2014, que trata do Regimento Interno da Secretaria de Economia tal atribuição.
2. **Emenda 2 (Mod.):** modifica dispositivo do Art. 2o possibilitando que a Universidade possa firmar convênios, contratos parcerias técnicas, especialmente com as Secretarias do DF, ampliando tais parcerias pela criação de outros cursos.
3. **Emenda 3 (Mod.)**: altera redação do Art. 3o que trata das diretrizes da Universidade incluindo a terminologia “metodologias ativas de ensino”, a obrigatoriedade da oferta de educação gratuita à luz do Art. 206 da Constituição Federal, a garantia de programas de permanência estudantil e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (Art. 207 da CF).
4. **Emenda 4 (Mod.)**: altera a redação do Art. 4o e define que a nomeação do Presidente da UnDF, para mandato de quatro anos e exercício concomitante da Reitoria, deva ser feita a partir de lista tríplice, formada por eleição direta dos votos de docentes, discentes e corpo técnico-administrativo, com ponderações a serem fixadas em Lei. Excetua-se a escolha do primeiro presidente e reitor *pro tempore*.
5. **Emenda 5 (Mod.):** no Art. 11 altera-se a redação para vincular o projeto de Lei para criação do Plano de Carreira, Cargos e Remunerações no Quadro de Pessoal da UnDF, aos ditames da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.
6. **Emenda 6 (Mod.):** inclui no Art. 12 que os servidores da FUNAB e da Escola Superior de Ciências Sociais (ESCS) sejam incorporados à UnDF.
7. **Emenda 7 (Mod.):** altera o Art.18 para garantir a manutenção e continuidade de todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em curso no momento da sua integração.

As emendas de número 9 a 14 são de autoria do Deputado Distrital Jorge Vianna da Comissão de Educação, Saúde e Cultura:

1. **Emenda 9 (Mod.)**: altera o Art. 14 para obrigar o Poder Executivo a aumentar o número de vagas ofertadas junto aos cursos de Enfermagem e de Medicina da ESCS, em 25% ao ano, para a criação de novos cursos da UnDF.
2. **Emenda 10 (Adit.):** acrescenta parágrafo ao Art. 5o, para fixar que a metade dos assentos destinados aos conselheiros não vinculados à UnDF junto ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sejam indicados pela Câmara Legislativa, dentre servidores públicos com titulação mínima de mestre.
3. **Emenda 11 (Mod.):** altera o Art. 11 determinando que o Governador encaminhe à Câmara Legislativa do DF, no prazo de 90 dias da criação da universidade, o projeto de lei para a criação do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Quadro de Pessoal da UnDF.
4. **Emenda 12 (Adit.)**: inclui parágrafo no Art. 21(sic) que determina que o provimento total dos cargos previstos no caput [provavelmente do Art. 20] será condicionado à total implantação e oferecimento de pelo menos 600 vagas anuais na graduação e 200 vagas anuais na Pós-graduação.
5. **Emenda 13 (Adit.)**: inclui inciso no Art. 3o para fortalecer a integração entre o ensino, os serviços públicos e a comunidade, garantindo a prioridade de utilização dos serviços públicos do DF pela UnDF desenvolva os cenários de práticas acadêmicas.
6. **Emenda 14 (Adit.):** acrescenta ao Art. 11 que os cursos da área das Ciências da Saúde da UnDF terão vinculação com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e poderão contar com quadro variável de docentes colaboradores desta Secretaria para garantir a consecução de seus objetivos e a transferência de conhecimentos em Saúde Pública, nos termos do Art. 200 da CF, que trata sobre o Sistema Único de Saúde.

As emendas de número 15 a 21 foram apresentadas pelo Deputado Distrital Leandro Grass, que também apresentou as emendas de número 1 a 7, como visto anteriormente. Destaca-se, o que segue:

1. **Emenda 15 (Adit.):** acrescenta parágrafo no Art. 1o fixando que a UnDF será constituída de Unidades, Órgãos de Integração e Órgãos Complementares, distribuídos em *campi*.
2. **Emenda 16 (Adit.)**: mesmo teor da emenda 13, inclui inciso no Art. 3o para fortalecer a integração entre o ensino, os serviços públicos e a comunidade, garantindo a prioridade de utilização dos serviços públicos do DF pela UnDF desenvolva os cenários de práticas acadêmicas, para adequação às metodologias e soluções pedagógicas inovadoras.
3. **Emenda 17 (Mod.)**: altera inciso do Art. 3o para prever a que a organização administrativa seja descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade, garantindo que cada campus possua infraestrutura que assegure os serviços administrativos essenciais, considerando-se as necessidades de cada unidade.
4. **Emenda 18 (Mod.):** altera a redação do Art. 15 para que, além da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, cuja criação foi autorizada por meio da Lei n° 5.141, de 31 de julho de 2013, também seja extinta a Fundação de Ensino e Pesquisa de Ciências da Saúde – FEPECS, cuja criação foi autorizada por meio da Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001, considerando-se que a ESCS será incorporada pela UnDF.
5. **Emenda 19 (Mod.):** com a mesma motivação da Emenda 6, prevê que a UnDF receberá os servidores públicos em exercício nas extintas FUNAB e na FEPECS, nos termos dos atos que concederam a cessão de pessoas a essas fundações.
6. **Emenda 20 (Mod.):** altera a redação do Art. 16 para autorizar a transferência do pessoal, materiais, acervo patrimonial, recursos orçamentários e financeiros da FUNAB e da FEPECS para a UnDF e determina que para os remanejamentos dos saldos orçamentários sejam observados os projetos em desenvolvimento. Ainda, que conselhos, fundos, órgãos e entidades vinculados à FUNAB e à FEPECS serão vinculados à UnDF.
7. **Emenda 21 (Mod.):** altera a redação do Art. 18 para que a partir da integração da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS à UnDF, a Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB e a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – EAPSUS passarão a constituir unidades da ESCS, fomentando a oferta de programas de extensão com a comunidade.

As emendas de número 22 a 24 foram apresentadas pelo Deputado Distrital Jorge Vianna, da mesma forma que já havia apresentado as emendas de número 9 a 14, destacando-se:

1. **Emenda 22 (Adit.):** inclui Art. 19 e altera numeração dos subsequentes para fixar que sejam reservadas metade das vagas para o ingresso dos cursos de graduação para os programas de inclusão social, destinando cotas para negros e egressos de escolas públicas, respeitado a proporção populacional dos grupos. Ainda, que sejam adotados processos seletivos seriados para os cursos com maior concorrência.
2. **Emenda 23 (Adit.):** inclui Art. 20 e altera numeração dos subsequentes para fixar que sejam reservadas, no mínimo, 5% das vagas de graduação e pós-graduação desse campo de atuação para os servidores efetivos dos órgãos e entidades vinculados à Secretaria de Saúde do DF, em contrapartida ao uso da infraestrutura do Sistema de Saúde do DF para as atividades segundo as metodologias ativas.
3. **Emenda 24 (Adit.):** inclui parágrafo no Art. 11, com mesmo tema das Emendas 13 e 16, visando garantir prioridade na utilização das instalações das unidades de saúde mantidas direta ou indiretamente pela Secretaria de Estado de Saúde. Além disso, prevê que será disponibilizado para os acadêmicos, residentes e profissionais da UnDF, sem ônus, instalações, material e pessoal para o desenvolvimento das aulas práticas e dos programas de residência.

As emendas 26 e 27 tiveram a autoria da Deputada Distrital Arlete Sampaio da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a saber:

1. **Emenda 26 (Mod.)**: altera a redação do Art. 22 para determinar que os efeitos da Lei Complementar só passem a vigorar após a sua publicação no diário oficial; a aprovação de lei de alteração do Plano Plurianual 2020-2023, que adeque o orçamento do Distrito Federal à implantação da UnDf; e, o término da situação de calamidade pública no distrito federal.
2. **Emenda 27 (Mod.):** altera a redação do Art. 1o para vincular a UnDF à Secretaria de Educação do Distrito Federal.

As emendas de 28 a 43 foram apresentadas pelo Deputado Federal Eduardo Pedrosa da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, como seguem:

1. **Emenda 28 (Mod.)**: altera o parágrafo 1o do Art. 1o para acrescentar a garantia da gratuidade de ensino nos cursos de graduação e tecnólogo *(sic*).
2. **Emenda 29 (Adit.):** acrescenta parágrafos ao Art.1o para garantir que todos os atos, contratos e convênios estejam sujeitos a controles externos e internos, e às normas da administração pública quanto a licitações e concursos públicos para contratação de pessoal. Ainda, adiciona que todas as atividades relacionadas ao ensino deverão ser gratuitas e que o serão criados programas de auxílio aos alunos de baixo poder aquisitivo, para o custeio de alimentação e transporte.
3. **Emenda 30 (Mod.):** altera o *caput* do Art. 2o para incluir a modalidade a distância e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão universitária, incentivando sua inserção regional no DF e em seu entorno, principalmente em localidades com menor acesso à educação superior pública. Ainda, inclui no Inciso VI a possibilidade de firmar termos de cooperação técnica.
4. **Emenda 31 (Adit.):** inclui parágrafo único no Art. 2o para que a UnDF, em sua política de cooperação técnica, contratos, convênios e parcerias, dará especial atenção às demais instituições de ensino superior e às instituições de pesquisa, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, existentes no Distrito Federal.
5. **Emenda 32 (Mod.):**altera redação do inciso VI do Art. 3o para incluir que as oferta de seus cursos e atividades de extensão sejam e de desenvolvimento, sejam voltados também para a geração de empregos e inovação.
6. **Emenda 33 (Adit.):** acrescenta incisos ao Art. 3o, que trata das diretrizes da UnDF, incluindo o fomento ao desenvolvimento de incubadoras, cooperativas, aceleradoras e núcleos de inovação e empreendedorismopara as áreas de tecnologia, novos produtos. Ainda, propõe o estímulo entre pesquisadores, empreendedores e o setor produtivo local, com interação entre empresas incubadas e instituições públicas e privadas. Por fim, estabelece o fomento de projetos integrados de pesquisa e de extensão, com enfoque em inovação e integração social, para as áreas de educação profissional, trabalho, empreendedorismo, produção, desenvolvimento, tecnologias sociais e sustentabilidade**.**
7. **Emenda 34 (Adit.):** inclui parágrafos ao Art. 3o para que somente sejam criados novos cursos ou modificados os já existentes, após estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de recursos humanos. Ainda, que deverá ser implantado até o quarto ano da criação da UnDF, o Núcleo de Práticas para cada curso, para a oferta de serviços à população de menor renda e estimular os alunos à prática de seu aprendizado profissional. Por fim, que as pesquisas a serem desenvolvidas terão como foco a geração de novas tecnologias e processos, visando o desenvolvimento econômico e técnico-científico do Distrito Federal.
8. **Emenda 35 (Mod.):** altera o disposto no Art. 4o e seus parágrafos, determinando que a nomeação do Presidente da UnDF será feita por Decreto do Governador para o prazo de até 03 (três) anos e, que a partir de sua posse, terá 12 meses para organizar o funcionamento efetivo da Universidade. Ainda, que exercerá cumulativamente o mandado de Reitor *pro tempore* até que a UnDF esteja implantada na forma de seu Estatuto, responsabilizando-se por conduzir a instituição até que o cargo seja ocupado.
9. **Emenda 36 (Adit.)**: inclui parágrafos no Art. 4o estabelecendo a prazo de 03 (três meses) após a aprovação do Estatuto da UnDF, para que o Reitor *pro tempore* convoque eleições gerais para constituição da Lista Tríplice para a função de Presidente e de Reitor, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Ainda, determina que a escolha do Reitor recairá sobre pessoa com formação acadêmica mínima de mestre, de reconhecida idoneidade e experiência, com no mínimo três anos de efetivo exercício de atividade (*sic*), sendo nomeado pelo Governador para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida a recondução mediante novos processos de escolha.
10. **Emenda 37 (Adit.)**: inclui parágrafos no Art. 5o para assegurar, com garantia da autonomia universitária, a participação e a integração na administração superior da UnDF, de representantes da comunidade universitária, da sociedade civil organizada e dos poderes públicos e legislativo, e terá sua composição, mandato, forma de escolha, número de membros e demais atribuições definidas por lei, garantida a autonomia universitária. Ainda, define que a comunidade universitária será composta pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelo corpo técnico-administrativo. Por fim, determina que as vagas nos Conselhos Superiores sejam distribuídas de forma paritária entre a sociedade civil e membros do Governo do Distrito Federal.
11. **Emenda 38 (Adit.)**: inclui no Art. 7o as áreas de atuação de Gestão de Negócios e de Hospitalidade e Lazer, totalizando 12 áreas.
12. **Emenda 39 (Adit.)**: inclui parágrafo no Art. 11 para permitir que a UnDF, em caráter excepcional e por tempo limitado, possa contar com a colaboração de profissionais de reconhecida competência e formação em áreas específicas do conhecimento para exercer atividades universitárias de docência”.
13. **Emenda 40 (Adit.)**: inclui novo Art. 13 e renumera os subsequentes para possibilitar que a UnDF possa contar com quadro de professores convidados, brasileiros ou estrangeiros, de caráter provisório, por tempo determinado, visando atender determinada demanda dos cursos de graduação, extensão e pesquisa, para exercício exclusivo na atividade fim, como professor regente ou pesquisador, excluindo-se a contratação de servidores públicos da administração direta ou indireta, da União, Estados, Municípios ou do Distrito Federal, exceto quando tal acumulação seja lícita nos termos da legislação em vigor. Ainda que os professores convidados serão contratados segundo normas estabelecidas pela Administração Superior da Instituição e terão sua remuneração vinculada às horas efetivamente trabalhadas, sob a égide da Consolidação das Leis Trabalhistas e do Regime Geral da Previdência Social.
14. **Emenda 41 (Adit.)**: inclui novo Art. 14 e renumera os subsequentes, de forma semelhante à Emenda 40, possibilita a existência de quadro de professores temporários, por tempo determinado, visando atender demanda dos cursos de graduação, podendo ser contratados por processo seletivo simplificado, garantindo que sua remuneração não será inferior à remuneração de professor de cargo análogo e será definida por ato próprio da Administração Superior da UnDF, com as mesmas características de contratação previstas na Emenda 40..
15. **Emenda 42 (Adit.):** inclui artigo determinando que UnDF sucederá a FUNAB e a ESCS em todos os seus direitos e obrigações, como proposto também, direta ou indiretamente, nas Emendas 6, 7, 18, 19, 20 e 21.
16. **Emenda 43 (Adit.):** inclui artigo estabelecendo que os espaços físicos a serem utilizados pela UnDF serão prioritariamente imóveis de propriedade do Poder Público distrital, bem como, sempre que possível, aqueles integrantes do patrimônio cultural do Distrito Federal e/ou aqueles disponibilizados através de convênios.Ainda que, na hipótese de espaços a serem locados, dentro das normas de contratação vigentes para a administração pública, devem ser priorizados aqueles que atendem aos requisitos de sustentabilidade no reaproveitamento de água da chuva e de energia renovável, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

As emendas de número 44 a 48, foram apresentadas em Plenário, no dia 18 de agosto de 2020, pelo Deputado Distrital Fábio Felix, a saber:

1. **Emenda 44 (Plenária):** dá ao Art. 5o redação que garante que a administração superior da UnDF observará a composição paritária de segmentos em suas instâncias e será exercida pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito de suas respectivas competências estatutárias e regimentais, que também definirão que tais conselhos superiores serão constituídos paritariamente por representações de docentes, discentes e técnicos administrativos.
2. **Emenda 45 (Plenária):** altera a redação do Art. 1o para caracterizar a UnDF sob a forma de uma fundação pública e de regime jurídico de direito público, integrante da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
3. **Emenda 46 (Plenária):** altera a redação do Art. 4o, firmando a nomeação do Presidente da UnDF será feita por decreto do Governador a partir de lista tríplice resultante da realização de processo de consulta à comunidade acadêmica, em que sejam aferidos de forma paritária os votos do corpo docente, discente e de técnicos administrativos, de forma estatutária e regimental. previsão que deverá constar do estatuto e do regimento geral da instituição de ensino. Ainda, o mandado do Reitor pro tempore será provisório, com duração de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período, para conduzir, coordenar e adotar providências e medidas cabíveis para a implantação da UnDF, assim como administrá-la até que seja feita a primeira consulta para o cargo de Reitor.
4. **Emenda 47 (Plenária):** adiciona inciso ao Art. 2o para garantir que seja elaborado e implementado o programa de assistência estudantil visando coibir a evasão de estudantes em contexto de vulnerabilidade social.
5. **Emenda 48 (Plenária):** adiciona inciso no Art. 5o, que trata das diretrizes da UnDF para garantir que, por meio da implementação de cotas raciais e sociais para ingresso em cursos de graduação e de pós-graduação ofertados, seja democratizado o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Embora todas as emendas apresentem importância para o contexto dos impactos políticos da implantação da Universidade do Distrito Federal na sociedade e, de forma mais específica, na comunidade educacional, percebe-se que há uma relativa sobreposição de conteúdos em diferentes emendas. Assim, o quadro abaixo chama a atenção àquelas que possuem um maior potencial de influência em aspectos atinentes a três importantes dimensões da gestão de uma Instituição de Ensino Superior: a) a gestão orçamentária pois se vinculam ao custeio de pessoal; b) à gestão organizacional em relação aos recursos materiais e logísticos; e, c) à gestão da oferta de cursos e de vagas, o quadro abaixo apresenta um resumo das informações:

**Quadro 5.6.** Emendas ao PL 034/2020 com maior impacto nos aspectos da gestão orçamentária, da gestão organizacional e da oferta de cursos e vagas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Deputado Distrital | Emenda | Tipo | Artigo | Descrição | Orç. | Org. | Of. |
| Leandro Grass | 1 | Mod. | 1º | Vincula a UnDF diretamente ao Governador do DF. |  |  |  |
| 3 | Mod. | 3º | Garante a gratuidade do ensino, os programas de permanência estudantil, a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e a prática das metodologias ativas de ensino |  |  |  |
| 5 | Mod. | 11 | Vincula criação do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do quadro de pessoal. |  |  |  |
| 15 | Adit. | 1º | Define estrutura organizacional básica e distribuição multicampi. |  |  |  |
| 17 | Mod. | 3º | Garante organização administrativa descentralizada, flexível e horizontalizada, para atendimento dos serviços essenciais de cada campus. |  |  |  |
| 21 | Mod. | 18 | Determina que a ETESB, a EAPSUS serão integradas à ESCS, sendo incorporada pela UnDF |  |  |  |
| Jorge Vianna | 9 | Mod. | 14 | Obriga o aumento de vagas dos cursos de Medicina e de Enfermagem, em 25% ao ano, como condição para a criação de novos cursos. |  |  |  |
| 12 | Adit. | 21 | Determina que o provimento total dos cargos tenha efeito apenas após a oferta de 600 vagas anuais de graduação e 200 de pós-graduação (provável Art. 20). |  |  |  |
| 22 | Adit. | 19 | Determina o sistema de cotas de inclusão social (negros e egressos escolas públicas): destinação de 50% das vagas |  |  |  |
| 23 | Adit. | 20 | Fixa 5% das vagas de graduação e de PG para servidores Sec. Saúde |  |  |  |
| Arlete Sampaio | 26 | Mod. | 22 | Determina que o Lei entre em vigor após modificação do Plano Plurianual e do estado de Calamidade Pública. |  |  |  |
| 27 | Mod. | 1º | Determina a vinculação da UnDF à Sec. Educação |  |  |  |
| Eduardo Pedrosa | 29 | Adit. | 1º | Determina que o ensino seja gratuito e a criação de programas de permanência. |  |  |  |
| 30 | Mod. | 2º | Inclui EAD e incentiva regionalização. |  |  |  |
| 31 | Adit. | 2º | Fixa a realização de parcerias com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos |  |  |  |
| 32 | Mod. | 3º | Define preferência para ações visando geração de empregos e inovação |  |  |  |
| 33 | Adit. | 3º | Incentiva ações para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento do setor produtivo local. |  |  |  |
| 34 | Adit. | 3º | Determina que a criação de cursos somente após estudo de viabilidade; fixa a implantação de Núcleos de Práticas para atendimento à população de baixa renda |  |  |  |
| 39 | Adit. | 11 | Permite a contratação excepcional e por tempo limitado de docentes |  |  |  |
| 40 | Adit. | 13 | Autoriza a contratação por tempo limitado de professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, pela CLT e remuneração por horas trabalhadas |  |  |  |
| 41 | Adit. | 14 | Autoriza a contratação, por processo seletivo simplificado, de docentes temporários |  |  |  |
| 43 | Adit. |  | Uso preferencial de espaços públicos para funcionamento da UnDF ou alugados, desde que garantam sustentabilidade ambiental |  |  |  |
| Fábio Felix | 47 | Plen. Mod. | 2º | Garante a implantação de programa de assistência estudantil. |  |  |  |
| 48 | Plen. Adit. | 5º | Garantia de cotas raciais e sociais para graduação e pós-graduação |  |  |  |

(Mod.: Modificativa; Adit.: Aditiva; Plen.: Plenária; Orç.: Gestão Orçamentária; Org.: Gestão Organizacional; Of.: Oferta de vagas)

Pode-se notar que, das 24 emendas selecionadas, sete delas possuem impacto nas três dimensões principais (12, 21, 30, 34, 39, 40 e 41). Das demais 17, apenas cinco delas se relacionam mais diretamente a apenas uma das dimensões (Gestão Organizacional).

O Projeto de Lei Complementar 034/2020 também contém em seu bojo, dois anexos: o primeiro que define a Organização Administrativa da UnDF e, o segundo, que apresenta os cargos de natureza especial e em comissão, a serem criados para as funções administrativas propostas no primeiro anexo. Em resumo, o esquema abaixo totaliza os cargos previstos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Código | Cargo/função | Número |
| CNE-01 | Presidente | 01 |
| CNE-02 | Diretor Executivo | 01 |
| CNE-03 | Chefe | 08 |
| CNE-06 | Coordenador | 04 |
| CNE-07 | Diretor | 14 |
| CNE-07 | Assessor Especial | 06 |
| DFG-14 | Gerente | 17 |
| DFA-14 | Assessor | 20 |
| Total | | **71** |

Considerando-se que tais cargos possuem remuneração diferenciada dentro do cenário do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do quadro de pessoal, certamente haverá o correspondente impacto no orçamento. Todavia, como já apresentado nas análises de custeio em tópico específico, estas posições também existem, mesmo que de forma similar, nas universidades públicas utilizadas no modelo.

**5.3 ANÁLISE DOS ASPECTOS EDUCACIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DA UnDF, EM RELAÇÃO ÀS PERSPECTIVAS E AOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E O ATENDIMENTO AO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (2015-2024).**

O estudo de SPELLER et al. (2012), sobre os desafios e as perspectivas para a Educação Superior Brasileira para o decênio 2011-2020, apresentam uma série de análises baseadas em contribuições extraídas de oficinas de trabalho com a participação de representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em três grandes áreas de discussão: a) experiências recentes de inovação na Educação Superior no contexto internacional com ênfase nas tendências mundiais; b) o uso de tecnologias na Educação Superior, com a experiência brasileira na Educação a Distância e a nova cultura de ensino e aprendizagem na universidade; e, c) a expansão qualificada da Educação Superior, abordando a diversificação de IES, como alternativa ao modelo estatal e o regime de colaboração, propondo a articulação dos entes federados para melhoria da qualidade da educação básica e suas repercussões na educação superior. A partir das contribuições e da síntese dos debates, um documento final foi elaborado apontando para os principais desafios, classificados em nove categorias: **a)** democratização do acesso, da permanência e do sucesso; **b)** ampliação da rede pública superior e de vagas nas IES públicas; **c)** redução das desigualdades regionais; **d)** formação com qualidade; **e)** inclusão social; **f)** qualificação dos profissionais docentes; **g)** garantia de financiamento, especialmente para o setor público; **h)** relevância social dos programas oferecidos; e, **i)** estímulo à pesquisa científica e tecnológica.

De maneira geral, estes mesmos desafios para a Educação Superior foram endereçados no Plano Nacional de Educação 2014-2023, fixado pela Lei n° 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, em suas 20 metas e, de maneira especial, nas metas de número 12 a 16, a saber:

* ***Meta 12:*** *elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.*
* ***Meta 13:*** *elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.*
* ***Meta 14:*** *elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil)mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.*
* ***Meta 15:*** *garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*
* ***Meta 16:*** *formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

Da mesma forma, tais desafios também foram qualificados no **Plano Distrital de Educação** (2015-2024 - PDE-DF), aprovado pela Lei no 5.499, de 14 de julho de 2015, junto às metas de número 12 a 14 em específico e, às metas de números 15 e 16, de forma correlata, incluindo as correspondentes estratégias. Abaixo, serão destacadas aquelas que: a) estão previstas no PL no 034/2020 ou nas emendas apresentadas na Câmara Legislativa do Distrito Federal (PL); b) que deverão fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnDF após sua implantação (UnDF); e, c) daquelas que estão vinculadas à ação de outros órgãos, como o próprio Governo do Distrito Federal e suas autarquias ou fundações, ou ainda, a outras IES ou organizações governamentais.

**Quadro 5.7.** Vinculação das Metas de 12 a 16 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024) e de suas estratégias, com o PL 034/2020, com a futura UnDF e/ou com outras organizações.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano. | Vinculação | | |
| Estratégias | **PL** | **UnDF** | **Outros** |
| 12.1 – Alterar a categoria administrativa da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS para Universidade Distrital no primeiro ano de vigência deste Plano. |  |  |  |
| 12.2 – Consolidar, difundir e ampliar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, no primeiro ano de vigência deste Plano. |  |  |  |
| 12.3 – Constituir, até o quinto ano de vigência deste Plano, a Universidade Distrital, prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal. |  |  |  |
| 12.4 – Estruturar a Universidade Distrital segundo os princípios da integração ensino-serviço-comunidade, metodologias ativas e docência-assistência em pequenos grupos. |  |  |  |
| 12.5 – Assegurar financiamento vinculado à área de educação para o ensino superior público distrital. |  |  |  |
| 12.6 – Ampliar políticas de inclusão e assistência estudantil, segundo o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. |  |  |  |
| 12.7 – Assegurar ampliação de 50% das vagas ofertadas pelo sistema distrital de ensino superior para os estudantes das escolas públicas municipais e estaduais da RIDE até o primeiro ano de vigência deste Plano. |  |  |  |
| 12.8 – Construir o *campus* Paranoá-Itapoã da Universidade de Brasília - UnB, até o segundo ano de implantação do Plano, com recursos federais, completando, assim, todos os pontos cardeais do Distrito Federal e fortalecendo a aprendizagem e a inovação social pela integração de ensino, pesquisa, extensão e novas tecnologias. |  |  |  |
| 12.9 – Ampliar a oferta de cursos nos *campi* da UnB existentes em Planaltina, Gama e Ceilândia, em especial no período noturno, com consulta às comunidades das respectivas regiões. |  |  |  |
| 12.10 – Ampliar a oferta pública de cursos superiores de tecnologia no sistema de ensino do Distrito Federal. |  |  |  |
| 12.11 – Assegurar que as instituições públicas de ensino superior do Distrito Federal incluam, nos cursos de graduação, componente curricular e atividades relacionadas à educação das relações étnico-raciais, explicitados no Parecer CNE/CP no 003/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004. |  |  |  |
| 12.12 – Criar a Faculdade de Artes, Educação e Letras do Distrito Federal, na FUNAB. |  |  |  |
| 12.13 – Instituir a gestão democrática na Universidade Distrital, no primeiro ano de vigência deste Plano. |  |  |  |
| 12.14 – Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; ofertar no mínimo 1/3 das vagas em cursos noturnos; e elevar a relação de estudantes por professor para 18, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior. |  |  |  |
| 12.15 – Assegurar no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social. |  |  |  |
| 12.16 – Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante adoção de políticas afirmativas, na forma da lei. |  |  |  |
| 12.17 – Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação. |  |  |  |
| 12.18 – Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País. |  |  |  |
| 12.19 – Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. |  |  |  |
| 12.20 – Assegurar cursos de extensão nas instituições distritais públicas de ensino superior para o aprimoramento do conhecimento da população idosa do Distrito Federal e da RIDE. |  |  |  |
| Ocorrências | **11** | **14** | **3** |
| Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior do Distrito Federal para 75%, sendo, do total, no mínimo 35% doutores. | **Vinculação** | | |
| Estratégias | **PL** | **UnDF** | **Outros** |
| 13.1 – Fomentar e instituir programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior. |  |  |  |
| 13.2 – Criar mestrado profissional com foco na atuação no sistema distrital de educação básica e outros programas *stricto sensu* com esse foco. |  |  |  |
| 13.3 – Instituir política de pessoal que assegure a docência-assistência, a formação em pós-graduação *stricto sensu* e a vinculação aos cenários de aprendizagem e às funções docente-pesquisador, docente-convidado e docente-substituto na universidade distrital e nas instituições de ensino superior federais. |  |  |  |
| 13.4 – Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente. |  |  |  |
| 13.5 – Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu.* |  |  |  |
| 13.6 – Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% e, nas instituições privadas, 75%, em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 anos, pelo menos 60% dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% nesse exame, em cada área de formação profissional. |  |  |  |
| 13.7 – Promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior. |  |  |  |
| Ocorrências | **2** | **7** | **0** |
| Meta 14: Elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação de 2.200 mestres e 950 doutores por ano. | **Vinculação** | | |
| Estratégias: | **PL** | **UnDF** | **Outros** |
| 14.1 – Expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância. |  |  |  |
| 14.2 – Estimular a pesquisa e a extensão, aplicadas no sistema próprio do Distrito Federal, com a participação da FAP-DF, de modo a incrementar a inovação, a produção e o registro de patentes para a melhora da realidade social. |  |  |  |
| 14.3 – Expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento. |  |  |  |
| 14.4 – Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. |  |  |  |
| 14.5 – Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular naqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências. |  |  |  |
| 14.6 – Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação distritais, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa. |  |  |  |
| Ocorrências | **0** | **6** | **2** |
| Meta 15:Garantir, em regime de colaboração com a União, no prazo de um ano da publicação deste Plano, a política distrital de formação dos profissionais da educação de que trata o art.61, I, II e III, da LDB, assegurando formação adequada a todos no prazo de vigência deste Plano. | **Vinculação** | | |
| Estratégias | **PL** | **UnDF** | **Outros** |
| 15.1 – Atualizar, por meio do Fórum Distrital Permanente de Apoio à Formação Docente, plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação, envolva as instituições públicas de nível médio e superior, segundo sua capacidade de atendimento, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes. |  |  |  |
| 15.2 – Articular a política de formação do Distrito Federal às políticas e aos programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação, como financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, na forma da Lei federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para fins de amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica; do programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica; dos programas de formação de professores para a alfabetização na idade certa e do ensino médio, entre outras propostas consideradas pertinentes para a formação dos profissionais da educação. |  |  |  |
| 15.3 – Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial, para a educação étnico-racial (antirracista), para a educação de jovens e adultos, medidas socioeducativas, sistema prisional e educação bilíngue (Lei nº 5.016, de 2013), na educação básica. |  |  |  |
| 15.4 – Garantir e valorizar as práticas de ensino e os estágios supervisionados nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as respectivas diretrizes curriculares nacionais. |  |  |  |
| 15.5 – Implementar, em parceria com as instituições públicas de ensino superior do Distrito Federal e outras unidades da Federação, cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício. |  |  |  |
| 15.6 – Fomentar a oferta e garantir o acesso e a permanência, nas redes distrital e federal, quanto aos cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação inicial, nas diversas áreas de atuação, dos profissionais a que se refere o art. 61, III, da LDB. |  |  |  |
| 15.7 – Implantar, no prazo de 1 ano de vigência deste Plano, política distrital de formação continuada para os profissionais da educação do sistema de ensino, bem como o aproveitamento dessa formação pelo sistema de ensino na atuação dos egressos. |  |  |  |
| 15.8 – Instituir programas de concessão de bolsas de estudos para que os profissionais da rede pública de ensino realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que desenvolvam programas de intercâmbio e aperfeiçoamento profissional nas diversas áreas de formação. |  |  |  |
| 15.9 – Valorizar o itinerário de formação profissional docente, tendo como ponto de partida os cursos de nível médio na modalidade normal, admitidos para o ingresso nas carreiras do magistério para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, nos termos do art. 62 da LDB. |  |  |  |
| 15.10 – Garantir aos profissionais da educação básica a formação continuada em serviço dentro da jornada de trabalho. |  |  |  |
| 15.11 – Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica. |  |  |  |
| 15.12 – Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares. |  |  |  |
| Ocorrências | **0** | **7** | **12** |
| Meta 16: Formar, até o último ano de vigência deste Plano, a totalidade dos profissionais de educação que atuam na educação básica pública em cursos de especialização, 33% em cursos de mestrado *stricto sensu* e 3% em cursos de doutorado, nas respectivas áreas de atuação profissional; e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e as contextualizações do sistema de ensino do Distrito Federal | **Vinculação** | | |
| Estratégias | **PL** | **UnDF** | **Outros** |
| 16.1 - Garantir que todos os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e os contextos dos vários sistemas de ensino, e assegurar aos demais profissionais da educação acesso à formação em nível de pós-graduação. |  |  |  |
| 16.2 – Realizar, por meio do Fórum Distrital Permanente de Formação Docente, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior. |  |  |  |
| 16.3 – Ofertar, intersetorialmente, política de formação continuada e pós-graduação, por área de conhecimento e atuação, a todos os profissionais da educação, em todas as etapas e modalidades de ensino. |  |  |  |
| 16.4 – Consolidar a política distrital de formação dos profissionais da educação básica, definindo diretrizes, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas. |  |  |  |
| 16.5 – Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os profissionais da educação da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. |  |  |  |
| 16.6 – Disponibilizar portal eletrônico, em colaboração com o Ministério da Educação, para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando, gratuitamente, materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível. |  |  |  |
| 16.7 – Garantir o afastamento remunerado para estudo aos profissionais da educação básica e bolsas de estudo para pós-graduação. |  |  |  |
| 16.8 – Fortalecer a formação dos profissionais da educação das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais. |  |  |  |
| Ocorrências | **0** | **4** | **8** |

A partir das informações acima, para as Metas de número **12** **a 16**, é possível verificar que, das 53 estratégias propostas no Plano Distrital de Educação (PDE), o PL 034/2020 e suas emendas, estão alinhados com 13 delas (24,5%), principalmente nas **Metas 12** (55,0%) e **13** (28,6%). Nas demais **Metas** (de 14 a 16), pelas especificidades das estratégias, não há vinculação direta. Todavia, destaca-se a forte vinculação da UnDF com 39 das 53 estratégias (73,6%), estando relacionada em cada uma das cinco Metas, em pelo menos 50% das estratégias específicas. Destaca-se a forte participação nas **Metas 12** (70,0%), **13** (100,0%) e **14** (100,0%). Este fato corrobora a importância da criação da Universidade do Distrito Federal para atendimento das políticas educacionais, não só relacionadas ao Ensino Superior, mas também à Educação de uma maneira geral. Por fim, na categoria de “outros” organismos, com destaque para a própria Secretaria de Educação do Distrito Federal, apresenta-se importante para o desenvolvimento das estratégias das **Metas 15 e 16**, vinculando-se a 100% das estratégias. Estas informações encontram-se resumidas no quadro a seguir:

**Quadro 5.8.** Vinculação da UnDF às estratégias do Plano Distrital de Educação (2015-2024).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Meta do PDE | Número de Estratégias | Vinculação | | |
| **PL** | **UnDF** | **Outros** |
| Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano. | **20** | 11 | 14 | 3 |
| 55,0% | 70,0% | 15,0% |
| Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior do Distrito Federal para 75%, sendo, do total, no mínimo 35% doutores. | **7** | 2 | 7 | 0 |
| 28,6% | 100,0% | 0,0% |
| Meta 14: Elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação de 2.200 mestres e 950 doutores por ano. | **6** | 0 | 6 | 2 |
| 0,0% | 100,0% | 33,3% |
| Meta 15:Garantir, em regime de colaboração com a União, no prazo de um ano da publicação deste Plano, a política distrital de formação dos profissionais da educação de que trata o art.61, I, II e III, da LDB, assegurando formação adequada a todos no prazo de vigência deste Plano. | **12** | 0 | 7 | 12 |
| 0,0% | 58,3% | 100,0% |
| Meta 16: Formar, até o último ano de vigência deste Plano, a totalidade dos profissionais de educação que atuam na educação básica pública em cursos de especialização, 33% em cursos de mestrado *stricto sensu* e 3% em cursos de doutorado, nas respectivas áreas de atuação profissional; e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e as contextualizações do sistema de ensino do Distrito Federal | **8** | 0 | 4 | 8 |
| 0,0% | 50,0% | 100,0% |
| Total | **53** | **13** | **39** | **25** |
| 24,5% | 73,6% | 47,2% |

(PL: Projeto de Lei 034/2020 e suas emendas)

**5.4 ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E URBANÍSTICOS QUANTO À LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS NAS REGIÕES MAIS DENSAMENTE POVOADAS E DE PONTOS DE CONVERGÊNCIA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO**

Quanto a implantação da Universidade do Distrito Federal (UnDF) há de se considerar os espaços educacionais que serão ocupados para o desenvolvimento de seus programas de graduação e de pós-graduação, além de todas as demais atividades administrativas, de pesquisa e de extensão afetas ao ambiente universitário. Como é de se esperar, as condições de custeio e de investimentos, como discutido em outras partes deste trabalho, são diretamente influenciadas pela composição de quantas unidades serão incluídas, bem como, a distância entre elas. Ainda, o próprio deslocamento de docentes, colaboradores e acadêmicos entre as unidades precisa ser verificado para que uma melhor utilização dos espaços físicos, otimização de recursos e economia de tempo, buscando a redução de custos operacionais e o ganho de produtividade. Assim, o quadro abaixo apresenta uma relação de 10 instalações que poderão vir a ser consideradas como unidades educacionais, no todo ou em parte, para o funcionamento da UnDF, com os respectivos endereços e distância média, além do tempo de deslocamento médio, da instalação até o Marco Zero de Brasília-DF, que se encontra na Estação Rodoviária, segundo rotas sugeridas, para deslocamento de carro ou de transporte coletivo (ônibus). É importante notar que as unidades mais distantes superam a marca dos 60 minutos de deslocamento em transporte coletivo.

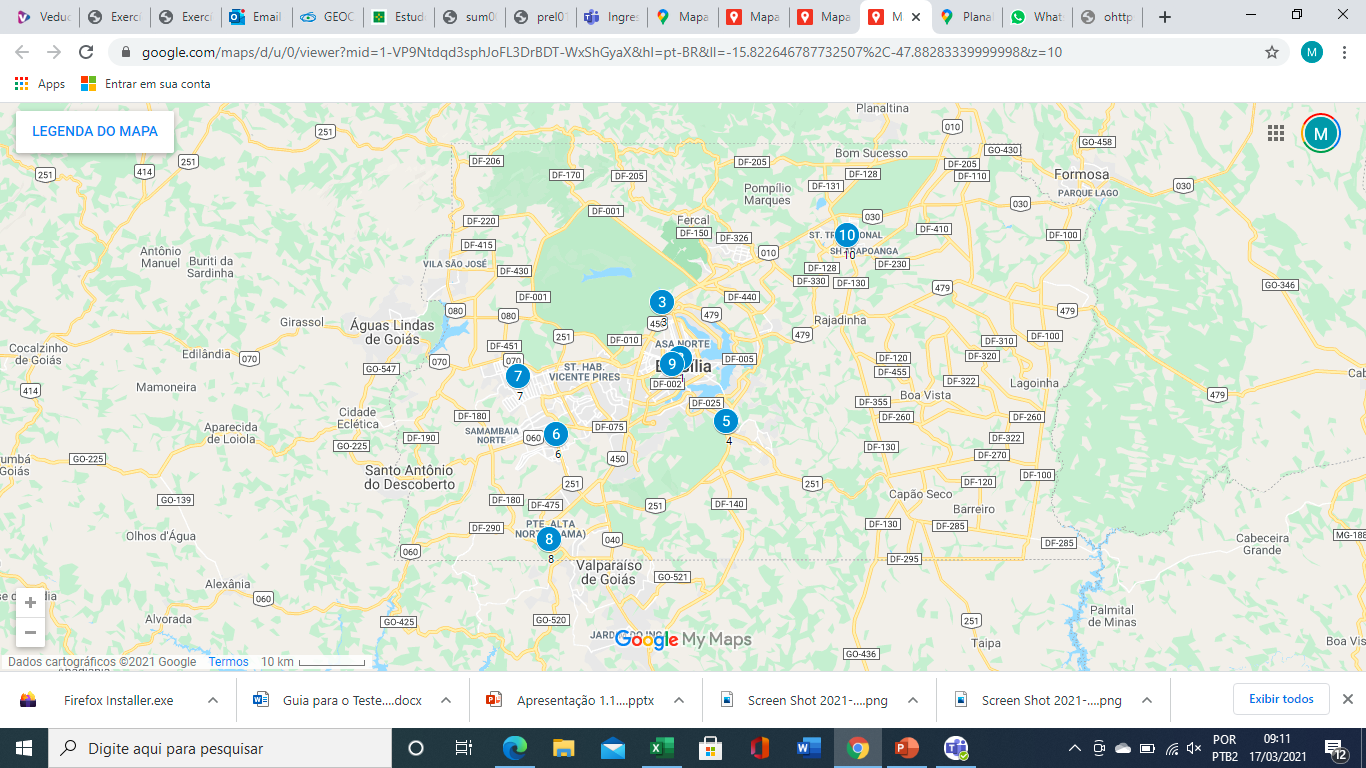
**Quadro 5.9.** Endereços das possíveis unidades educacionais que poderão ser incluídas na UnDF, com a distância aproximada do Marco Zero de Brasília-DF (Estação Rodoviária) e o tempo médio de deslocamento deste ponto até a unidade, considerando carro ou transporte coletivo (ônibus)\*1.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| N | Descrição | Endereço | Distância Média da Estação Rodoviária (km) | Tempo de Deslocamento Médio (minutos) |
| 1 | Escola Superior de Ciências da Saúde - Unidade I - Escola de Medicina | SMHN Conjunto A Bloco 01 Edifício Fepecs - Asa Norte – Brasília - DF | 1,5 | Carro: 4  Ônibus: 14 |
| 2 | Escola Superior de Ciências da Saúde - Unidade II - Escola de Enfermagem | Quadra 301 - conjunto 04 - Centro Urbano - Samambaia Sul - Brasília – DF | 32,1 | Carro: 34  Ônibus: 89 |
| 3 | Parque Tecnológico de Brasília - DF - BIOTIC | Unnamed Road - Granja do Torto - Brasília – DF | 11,5 | Carro: 13  Ônibus: 43 |
| 4 | Escola Superior de Gestão - ESG | SGON, Quadra 1, Área Especial 1 - Brasília - DF | 5,7 | Carro: 10  Ônibus: 28 |
| 5 | Escola Superior do Cerrado - ESC - Jardim Botânico de Brasília | Smdb Conjunto 12 - Lago Sul - Brasília - DF | 17,8 | Carro: 24  Ônibus: 35 |
| 6 | Escola Superior da Polícia Civil de Brasília | Riacho Fundo II - 1A Etapa - Riacho Fundo II - Brasília - DF | 28,8 | Carro: 30  Ônibus: 66 |
| 7 | Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia | St. M QNM 14 - Ceilândia – Norte - Brasília - DF | 30,5 | Carro: 30  Ônibus: 96 |
| 8 | Escola Classe 22 do Gama | EQ 33/49 AE 1, St. Central – Gama - Brasília – DF | 35,8 | Carro: 35  Ônibus: 100 |
| 9 | Imóvel TERRACAP a ser cedido | Centro de Atividades 02, lote 21 - Lago Norte – Brasília -DF | 9,7 | Carro: 12  Ônibus: 31 |
| 10 | Centro de Ensino Fundamental 2 de Planaltina -DF | Av São Paulo Q 52 - Lt 02/06 Planaltina – Brasília DF | 40,1 | Carro: 35  Ônibus: 96 |

\*1: distância e tempo de deslocamento estimados segundo rotas propostas no aplicativo Google Maps (Dados Cartográficos 2021), que podem variar de acordo com o horário e as condições meteorológicas.

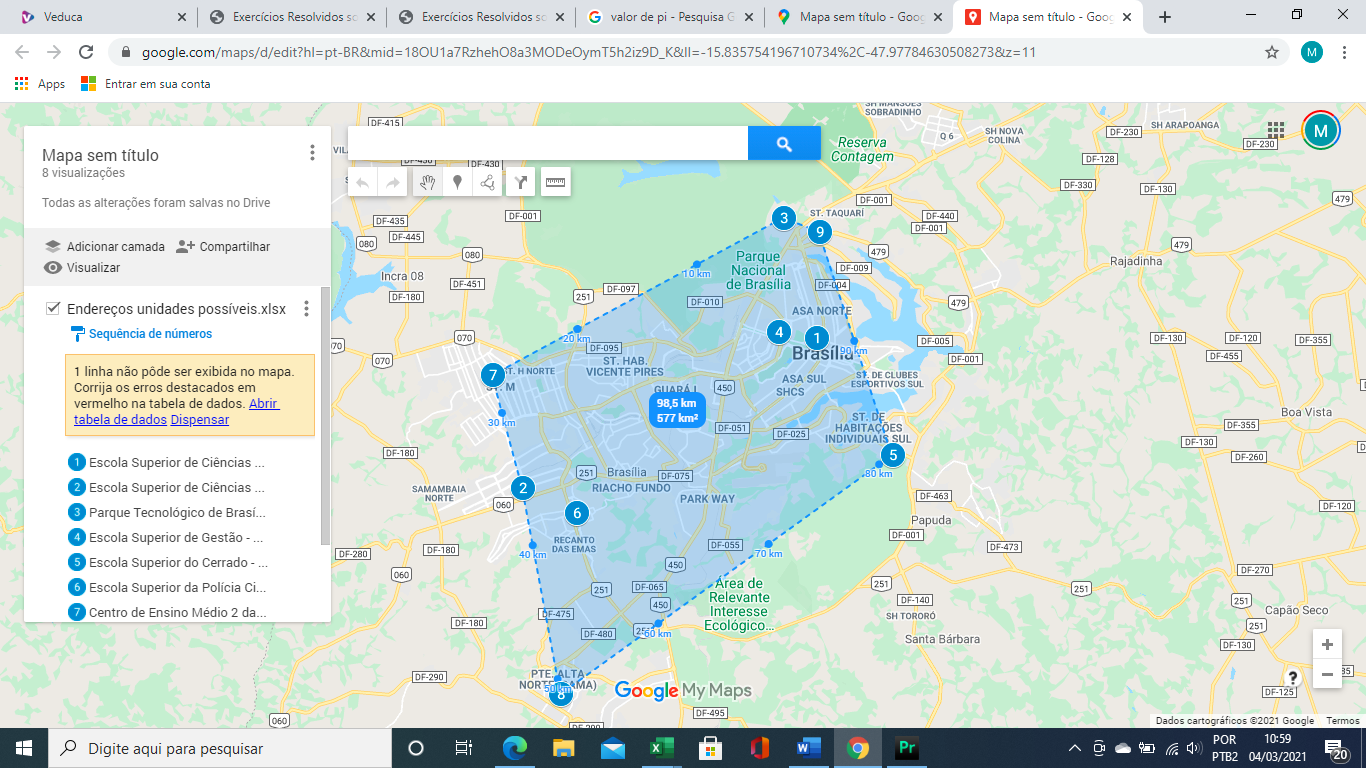
O Marco Zero de Brasília-DF, localizado na Estação Rodoviária, pode também ser considerado como um ponto de convergência para o deslocamento das pessoas, principalmente aquelas dependentes de transportes coletivos, visto que nesta região central estão situados o acesso às principais linhas de ônibus e à Estação Central do Trem Metropolitano do Distrito Federal (Metrô). Destaca-se que o projeto de expansão das linhas do Metrô, deverá facilitar o deslocamento entre as unidades previstas, visto que elas se encontram em regiões acessíveis às futuras estações de embarque e desembarque de passageiros.

As mesmas 10 unidades citadas no quadro acima, tiveram sua localização geográfica aproximada inserida em um mapa na figura abaixo, para que seja possível a análise visual das distâncias entre elas. Pode-se perceber que as unidades de número 1 (Escola Superior de Ciências da Saúde - Unidade I - Escola de Medicina), 3 (Parque Tecnológico de Brasília - DF – BIOTIC), 4 (Escola Superior de Gestão – ESG), 5 (Escola Superior do Cerrado - ESC - Jardim Botânico de Brasília) e 9 (Imóvel TERRACAP a ser cedido), estão mais próximas, formando um agrupamento mais próximo do Plano Piloto. Por outro lado, um outro grupo mais periférico mas ainda localizado no Distrito Federal, é composto pelas unidades 2 (Escola Superior de Ciências da Saúde - Unidade II - Escola de Enfermagem), 6 (Escola Superior da Polícia Civil de Brasília), 7 (Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia) e 8 (Escola Classe 22 do Gama). Por fim, a mais distante das demais e no outro extremo do DF (Setor Planaltina), a unidade 10 (Centro de Ensino Fundamental 2).



**Figura 5.1.** Distribuição geográfica aproximada de unidades educacionais que poderão ser incluídas na UnDF, conforme descrição do Quadro 5.8 (Fonte: Google Maps – Dados Cartográficos de 2021).

Em destaque, na figura abaixo, é apresentada a distribuição geográfica aproximada de nova das dez unidades, optando-se por excluir dez unidades incluídas no Distrito Federal. Excluiu-se da análise a Unidade 10, localizada no Setor Planaltina-DF, por ter sido considerada muito distante do Ponto Zero e das demais unidades que englobam o Plano Piloto. Assim, é possível conectá-las por uma linha imaginária visando a obtenção do maior polígono convexo, com 98,5km, resultando em uma área de 577km2, cobrindo cerca de 10% da área total do Distrito Federal. Ainda, é importante considerar que a proximidade das unidades educacionais com as regiões mais populosas do Distrito Federal pode trazer benefícios quanto à redução do tempo de deslocamento e, as regiões abarcadas pela área destacada da figura anterior, encontram-se entre as áreas mais densamente povoadas do Distrito Federal, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2018 (PDAD 2018) da CODEPLAN (2020), como Ceilândia (433 mil habitantes), Samambaia (233 mil habitantes) e Plano Piloto (221 mil habitantes).



**Figura 5.2**. Destaque para a distribuição geográfica aproximada das unidades educacionais do Distrito Federal, que poderão fazer parte da UnDF, com os valores aproximados do maior perímetro convexo e da área circunscrita (Fonte: Google Maps – Dados Cartográficos de 2021).

Ainda a partir dos dados da PDAD 2018, a CODEPLAN (2020b) publicou um estudo acerca de como a população do DF se locomove para o trabalho e para as instituições educacionais. De maneira geral, para a faixa etária de 18 a 24 anos, que é a faixa mais afeta à Educação Superior, cerca de 50% das pessoas se deslocam para as instituições de ensino utilizando-se do transporte coletivo na forma de ônibus e, cerca de 20% se dirigem aos estudos por meio de carros. Ainda, que dentre as faixas de renda *per capita* mais baixas (até 2 salários mínimos) pode-se perceber uma importante incidência do ônibus como meio de transporte, que vai se tornando mais rara com o aumento da classe de renda, até valores próximos a zero para o grupo acima de 10 salários mínimos *per capita*. Neste mesmo estudo de deslocamento da residência para a instituição de ensino, fica claro que o tempo de deslocamento superior a 30 minutos é o mais frequente para aqueles que fazem uso de ônibus, atingindo mais de 50% dos estudantes. Por sua vez, quando o deslocamento é feito de carro, o tempo mais frequente é de cerca de 15 minutos, o que aplica a cerca de 55% dos estudantes. Um fato importante a ser considerado é que o estudo apontou para o fato de que, quando o percurso é feito a pé, ele não dura mais do que 15 minutos para 80% dos estudantes que preferem esta forma de deslocamento. Assim, a partir destes resultados, pode-se perceber que dentre as várias características que os impactos sociais benéficos da implantação de uma Universidade Pública pode assumir, a decisão da posição geográfica onde as unidades educacionais serão distribuídas precisa ser considerada, tanto em relação às regiões mais densamente povoadas, quanto à proximidade pontos de convergência de linhas de ônibus ou outra forma de transporte coletivo, que permitam o acesso ao ambiente educacional com percursos que possam ser superados em tempo igual ou inferior ao que o citado estudo apresentou. Isto também deve ser mencionado quanto ao posicionamento das unidades vir a ser, preferencialmente, próximo à malha viária composta pelas principais vias de fluxo de veículos. Assim, não há elementos que possam indicar que a implantação da UnDF traga implicações quanto aos aspectos urbanísticos vinculados à malha viária do Distrito Federal, considerada suficiente para atender ao aumento de demanda.

Todavia, em que pesem os benefícios da distribuição geográfica das unidades educacionais visando atender as regiões menos privilegiadas, com densidades populacionais maiores e com parcelas significativas desta população pertencentes às camadas de menor renda *per capita*, a distância destas unidades dos pontos mais centrais e, por isto, de maior convergência de transporte coletivo, precisa também ser avaliada. É importante citar que instituições educacionais com um menor número de unidades e, portanto, mais concentradas, também oferecem oportunidades positivas como a otimização de custeios e investimentos, uma maior abrangência de áreas de atuação (ensino, pesquisa e extensão), uma melhor taxa de ocupação e utilização das instalações, entre outras.

No que concerne aos possíveis impactos urbanísticos quanto às características locais e construtivas para ocupação de cada umas das possíveis unidades apresentadas, deve-se levar em consideração que a obtenção do devido alvará de funcionamento predial para Educação Superior, as normas técnicas fixadas pelo órgão responsável do Distrito Federal deverão ser respeitadas. Todavia, esta análise depende do número de alunos e de professores previstos e os turnos de funcionamento, incluindo as condições de acessibilidade a portadores de necessidades especiais. De maneira geral, o aumento de demanda incorre em readequação de espaços e de condições de acessibilidade, principalmente quanto a vagas de estacionamento. Novamente, isto só se poderia afirmar após verificação de laudo de análise técnica realizada por profissional habilitado, munido das informações necessárias de volume de usuários e destinação. Neste sentido, a Unidade que poderá ser implantada no Parque Tecnológico, considerando-se como um espaço a ser construído, deverá certamente conter esta análise junto ao projeto estrutural e físico.

**5.5. ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E PRODUTIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA UnDF**

Uma outra forma de organização regional do entorno de Brasília, também visando melhor integração, pode ser considerada como a Área Metropolitana de Brasília (AMB), sendo caracterizada como uma região com cerca de 31,8 mil km2, integrada economicamente, com dinâmica própria, mas não devendo ser considerada como uma região metropolitana oficial por ser formada por municípios de duas Unidades Federativas, ou seja, Brasília-DF e 12 municípios do Estado de Goiás, a saber: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. A figura abaixo apresenta a área da RIDE, da AMB e de Brasília-DF (CODEPLAN, 2020a).

|  |
| --- |
|  |

**Figura 5.3.** Áreas (em mil km2) de Brasília-DF, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e da Região de Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE), segundo a CODEPLAN (2020, adaptado).

No mesmo estudo sobre a variação no PIB de 2010 a 2018, feita pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal, em 2019 (CODEPLAN op.cit.), para Brasília-DF, RIDE e AMB, pode-se perceber que a atividade produtiva da região cresceu, no período analisado, em quase 80% (79,7% na RIDE, 78,5% na AMB e 76,7% em Brasília), como pode ser visto na seguinte figura a seguir:

|  |
| --- |
|  |

**Figura 5.4.** Evolução do PIB em Brasília-DF, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região de Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), no período de 2010 a 2018 (adaptado de CODEPLAN, 2020a).

Quando se considera as cinco grandes áreas econômicas, fica evidente no referido estudo, a importância da Área de Serviços, seguida pela Administração Pública e pelos Impostos, na composição do PIB da região em estudo, representando respectivamente, cerca de 44%, 39% e 11% da Economia regional. Ainda, destaca-se que a Indústria e a Agropecuária, mesmo somadas, não superam a marca de 10%, além do fato de que os valores de AMB e da RIDE sejam impactados fortemente pela participação quantitativa de Brasília-DF. Quando são comparados os anos de 2010 e de 2018, pode-se perceber um aumento no PIB relacionado aos Serviços (cerca de mais 4%) e à Administração Pública (cerca de mais 2%), com as respectivas reduções na participação dos Impostos e da Indústria (Figura 5.5). Quando a contribuição do PIB de Brasília-DF é retirada da AMB (formando a Periferia Metropolitana de Brasília – PMB) e a RIDE (RIDE – Exc. Brasília), nota-se um considerável aumento da participação da Indústria e da Agropecuária, tanto nos anos de 2010 quanto de 2018, em detrimento da participação dos Serviços e da Administração Pública (Figura 4), o que reafirma a forte influência de Brasília-DF na composição do PIB regional.

|  |
| --- |
|  |

**Figura 5.5.** Participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB), dos cinco grandes setores da economia (Serviços, Administração Pública, Impostos, Indústria e Agropecuária), para Brasília-DF, para a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e para Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), nos anos de 2010 e de 2018 (adaptado de CODEPLAN, 2020a).

|  |
| --- |
|  |

**Figura 5.6.** Participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB), dos cinco grandes setores da economia (Serviços, Administração Pública, Impostos, Indústria e Agropecuária), para Brasília-DF, para a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) e para Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se Brasília, nos anos de 2010 e de 2018 (adaptado de CODEPLAN, 2020a).

Assim, considerando-se que o projeto da UnDF tem entre suas premissas o incentivo à criação de programas das áreas de engenharias, de tecnologias e de inovação, pode-se verificar que as oportunidades de vinculação destes programas justamente com os setores econômicos menos destacados quanto à participação no PIB, ou seja, a Indústria e a Agropecuária. Embora já exista uma oferta considerável nas IES do Distrito Federal, de cursos e de vagas em programas atinentes às áreas de interesse, a maior parte delas se dá em Instituições de natureza privada, que guardadas as devidas exceções que certamente existem, apontam seus projetos pedagógicos mais para a formação de egressos conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Conselho Nacional de Educação preconizam, do que para as necessidades sociais e econômicas regionais. O atendimento das DCNs é, de fato, uma questão regulatória e precisa ser atingida; todavia, as Universidades, pela sua condição central de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, deve envolver sua comunidade acadêmica para além do atendimento regulatório, mas também para o atendimento dos anseios da Sociedade, mais ainda em se tratando de uma Universidade Pública. Dentre tais anseios, é razoável admitir que um dos principais esteja relacionado à dedicação de sua comunidade acadêmica com o fortalecimento da Economia, principalmente no seu entorno, por meio da formação de profissionais qualificados, do desenvolvimento de projetos de pesquisa cujos resultados possam ser aplicáveis e sejam geradores de desenvolvimento e, por fim, a extensão de seus serviços à comunidade (interna e externa) visando a melhoria constante dos indicadores sociais e econômicos regionais, como o IDH e o PIB/*per capita*.

Quando se endereça o desenvolvimento necessário em áreas tão abrangentes como a Indústria e a Agropecuária, os programas de pós-graduação *stricto sensu* têm também um papel fundamental, posto que, enquanto a graduação oferece a formação profissional, a pós-graduação em seus programas de mestrado e de doutorado, associam o esforço de formação acadêmica à pesquisa e à inovação. Neste contexto e, considerando-se as premissas regulatórias para a oferta obrigatória de programas de mestrado e de doutorado junto ao credenciamento de uma Universidade, vislumbra-se uma condição oportuna para que tais programas sejam endereçados para o desenvolvimento destas áreas tecnológicas, prioritariamente.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para uma análise estratégica global visando a implantação da Universidade do Distrito Federal, no que tange às questões que podem ser consideradas tanto como riscos ou oportunidades, quanto como fragilidades e potencialidades e, a partir do que foi apresentado até o momento, quanto à caracterização da Educação Superior da RIDE-DF em nível de graduação, em seus vários aspectos, como a categoria administrativa das IES, o número de alunos matriculados nas principais IES e nos cursos de interesse, segundo parâmetros como cor ou raça e faixa de renda familiar, além da análise da oferta de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), entende-se já ser possível fazer alguns juízos sobre a viabilidade para a implantação da Universidade do Distrito Federal, embora as premissas de qual organização administrativa que será escolhida para a instituição (multicampi ou campus único), além de quais cursos que serão implantados, incluindo a sequência de sua implantação, o número de vagas que serão ofertadas e as características construtivas e de mobiliário que serão utilizados, tanto nos ambientes acadêmicos quanto nos administrativos, definirão esta pauta futuramente. Assim, generalizando-se, tais decisões permeiam zonas de risco e de oportunidade em uma análise global de gestão estratégica, posto que parte de tais decisões deverão ser tomadas anteriormente à própria implantação.

Embora o Distrito Federal seja a Unidade Federativa com o maior percentual de pessoas com 25 anos ou mais portadoras de curso superior (33,8%), à frente dos Estados de São Paulo (22,8%) e do Rio de Janeiro (21,3%), segundo o IBGE (PNAD Contínua 2016-2019 – ANEXO 6), ainda há de se considerar que o desenvolvimento regional, principalmente do ponto de vista econômico, se dá pelo grau de qualificação de sua população. Assim, dentre as implicações da implantação de uma Universidade Pública, no Distrito Federal, encontram-se aquelas que se apropriam das observações acerca do perfil de renda familiar dos estudantes, a partir das informações autodeclaradas daqueles que realizaram o ENADE, das IES e dos cursos de interesse deste estudo. Da mesma forma que os estudos de RISTOFF (2014), percebe-se que a Educação Superior tem se mostrado menos elitista nos últimos anos, incluindo um número maior de estudantes das camadas menos favorecidas em seus programas. Todavia, há de ser considerado que quando se comparam as proporções de alunos pertencentes a grupos de menor renda entre as IES de diferentes naturezas administrativas, há uma predominância deles nas IES privadas enquanto, nas IES públicas, predominam as camadas de maior renda. Isto posto, há de ser considerada a decisão preliminar pela adoção de uma política inclusiva e afirmativa, que permita acesso às vagas dos cursos que virão a ser oferecidos pela UnDF, aos interessados que pertençam às camadas menos favorecidas, como uma clara oportunidade de posicionamento social da Instituição.

Segundo a análise do CEBRASPE (2021b), os cursos de graduação da área de interesse apresentam grande variação quanto aos valores e, de maneira geral, os cursos de Engenharia apresentam-se mais caros que os outros Bacharelados e, mais ainda, em relação aos Superiores de Tecnologia. Ainda, não há elementos que possam sugerir que os valores se relacionam com à organização acadêmica da IES (universidade, centro universitário ou faculdade) (Anexo 7). A explicação da variação nos valores citada acima deve estar relacionada a várias condições inerentes à oferta dos cursos de graduação, entre elas a modalidade (presencial, EaD ou híbrido), o turno de funcionamento (matutino, vespertino, integral ou noturno) e à tipologia da própria IES, quer seja de natureza privada com finalidade lucrativa ou sem finalidade lucrativa (filantrópica ou não filantrópica). Em que pesem as diferentes variáveis envolvidas no tema do custeio da educação superior, quando se observa um aumento no número de vagas em IES públicas e gratuitas, certamente eleva-se também o grau de oportunidade para que um maior número de interessados pertencentes às camadas de menor perfil de renda possam concorrer a elas. Este fenômeno também ser observou com os programas de incentivo promovido pelo Governo Federal, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Financiamento da Educação Superior), junto às IES privadas. Destaca-se que o Distrito Federal, no último Censo da Educação Superior, apresentava-se como a terceira Unidade da Federação com o menor índice de matrículas em IES públicas (18,3%), superando apenas os Estados do Rio Grande do Norte (6,1%) e de São Paulo (16,1%).

No contexto orçamentário da futura Universidade do Distrito Federal, é importante ressaltar que os cursos de engenharia são particularmente demandantes de investimentos laboratoriais, como foi visto no tópico apresentado, o que não é diferente das outras áreas de maior impacto tecnológico, o que pode ser considerado um ponto de risco. As estimativas de valores de investimento e custeio apresentadas, com exemplos extraídos de peças orçamentárias de algumas universidades públicas, também servirão para auxiliar na tomada de decisão dos gestores. Por exemplo, como oportunidade, a implantação de seis cursos de Engenharia (Engenharia de Produção, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Automação e Controle e Engenharia Elétrica), foi apresentada, além de características de custeio próprias da organização educacional universitária, apontando para as condições de sinergia que existem entre estes cursos, na utilização de seus recursos de infraestrutura e de pessoal, quanto na aplicabilidade deles em outros cursos que se vinculam às áreas de tecnologia e de inovação.

Ainda, do ponto de vista da elaboração do projeto da Universidade do Distrito Federal, a discussão sobre os indicadores regulatórios mais importantes, como já mencionado anteriormente, com vistas aos apontamentos sobre as oportunidades e os riscos e, sobre as fragilidades e potencialidades do projeto e da análise do impacto das emendas apresentadas ao PLC 034/2020, foi apresentada à luz da legislação em vigor e suas repercussões quanto a questões orçamentárias, organizacionais e de oferta de cursos e de vagas. Há de se levantar a questão de qual será a via pela qual a UnDF será criada, ou seja, pela via direta ou pela via de transformação de organização acadêmica, a partir da Escola Superior de Ciências da Saúde. Visto que o ato regulatório do Conselho de Educação do Distrito Federal (Res. no 02/2017) vincula a tramitação à regulamentação nacional para a Educação Superior, incluindo a avaliação conforme o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a via de transformação parece a mais acertada. Todavia, há outros pontos como os percentuais de professores mestres e doutores e em regime de trabalho de Tempo Integral, além da oferta de quatro cursos de mestrado e dois de doutorado, que devem ser considerados no planejamento da universidade.

Como já mencionado, a sistematização destas informações tem sua importância quando consideradas do ponto de vista das demandas sociais por formação especializada nas áreas de interesse do projeto (engenharias, tecnologias e inovação). Volta-se a afirmar que, pelo seu importante papel transformador, a implantação da Universidade do Distrito Federal certamente terá seus reflexos benéficos à Sociedade e, desta forma, justifica-se a análise com base nos fatores avaliados, quanto aos impactos econômicos, sociais, urbanísticos e populacionais possíveis. Tal análise, deverá ser verificada estrategicamente pelos poderes executivo e legislativo do DF, visto que serão destinados recursos expressivos do erário público para os investimentos e o custeio da estrutura física, material e gestão de pessoas, para a implantação e para o desenvolvimento de seus cursos de educação superior, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, além da pesquisa e da extensão.

As informações apresentadas acerca das distâncias entre as possíveis unidades educacionais para o funcionamento da futura Universidade do Distrito Federal, além dos aspectos relativos ao tempo necessário para deslocamento entre elas e dos pontos de maior densidade populacional até elas, aos diferentes níveis de otimização dos recursos materiais e humanos e das possíveis sinergias positivas entre a oferta dos programas de graduação e de pós-graduação, também precisam ser consideradas pelos gestores. As condições urbanísticas locais como a distância da unidade educacional até a malha viária principal mais próxima, além da obrigatoriedade de disponibilização de um número regulamentar de vagas de estacionamento, inclusive para portadores de necessidades especiais, que deve atender a rígidos critérios relacionados ao licenciamento de imóveis urbanos para utilização em atividades educacionais, são pontos de atenção que precisam estar endereçados para o desenvolvimento do projeto da UnDF. Destaca-se que tais condições obrigatórias para permitir o licenciamento do imóvel, podem variar consideravelmente conforme a setorização no Distrito Federal.

Em suma, a organização multicampi tem como destaques favoráveis (oportunidades): a) a ampliação da área de abrangência das ações de extensão; b) permite o acesso com menor tempo de deslocamento para a demanda local; e, c) auxilia o desenvolvimento microrregional. Todavia, como destaques desfavoráveis (riscos): a) não favorece ações de sinergia entre unidades (programas, recursos estruturais e humanos e custeio); b) reduz os níveis de ocupação e utilização dos espaços, com maior ociosidade de recursos humanos e materiais; c) requer maior nível de custeio e de investimentos permanentes (adequações de acessibilidade e de número de vagas de estacionamento para licenciamento, além de segurança e manutenção predial); d) não favorece investimentos de médio e de longo prazo; e) aumenta o tempo de deslocamento de demandas advindas de outras regiões do DF e da RIDE; e, f) acelera a “pulverização” de programas e/ou de especialização de unidades.

Isto posto, a organização em um Campus Sede, sem o prejuízo de unidades especializadas como Hospitais, Clínicas, Núcleos de Prática, Escritórios e Laboratórios funcionarem em outros locais, apresenta-se como a mais adequada para a implantação da Universidade do Distrito Federal, principalmente se houver a oportunidade de edificação da infraestrutura já com vistas ao atendimento das condições de licenciamento para o funcionamento como unidade educacional, principalmente no que diz respeito às condições de acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais e à obrigatoriedade de vagas de estacionamento. A oportunidade se dá pela condição favorável de edificação do campus da UnDF no Parque Tecnológico de Brasília, por razões que se relacionam à presença de empresas e organizações voltadas ou com atividades correlatas justamente à área de interesse do estudo (engenharias, tecnologia e inovação). Segundo AUDY (2017) É de se destacar que há uma forte relação entre o papel da Universidade com a inovação derivada da pesquisa científica, e o desenvolvimento econômico e social, no contexto da “Sociedade do Conhecimento”, que se vincula ao seu papel extensionista (AUDY, 2017).

Quando se observa a importância de Brasília-DF no cenário econômico regional, seja em relação à RIDE ou à Área Metropolitana de Brasília, é certo que a UnDF poderá desempenhar importante papel gerador de desenvolvimento, seja na indução de atividades de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade, nas áreas mais voltadas para a Indústria e para a Agropecuária, seja na formação de profissionais qualificados, tanto em nível de graduação, como de pós-graduação (Mestrados e Doutorados). A forte presença dos indicadores de Brasília-DF na economia regional, acaba por fortalecer as grandes áreas de Serviços e de Administração Pública. Entende-se que se houver o desenvolvimento sistemático em uma Universidade Pública, de programas voltados para o fortalecimento da Indústria e da Agropecuária, nas vertentes das Engenharias, Tecnologias e Inovação, certamente os setores produtivos da iniciativa privada serão atraídos para que, em parceria, auxiliem no direcionamento das principais demandas sociais, tanto para a geração de emprego e de renda, com apontando seus reflexos de forma positiva para a melhoria IDH de toda a região. Ainda, no espectro das oportunidades, uma Universidade de natureza pública poderá diversificar sua atuação em pactuação com os mais diversos setores governamentais, para a formação qualificada de recursos humanos e na produção de conhecimento aplicável e transferível, para as boas práticas de gestão organizacional, orçamentária e de pessoas.

Frente ao exposto ao longo do presente estudo, quanto às perspectivas para a a implantação da Universidade do Distrito Federal, há de serem destacadas, como potencialidades: a) a existência de demanda aquecida pela área de engenharias, tecnologias e inovação; b) os impactos positivos na economia, principalmente na Indústria e na Agropecuária do DF; c) as oportunidades de sinergia entre cursos de graduação e de pós-graduação; d) o baixo nível inicial de investimento; e) o equilíbrio dos níveis de custeio à oferta dos cursos ao longo dos anos; e, f) o atendimento do Plano Distrital de Educação (PDE) possui elevada dependência com a implantação da Universidade do Distrito Federal. Como pontos desafiadores, ressaltam-se: a) a questão de atendimento regulatório para a implantação de quatro cursos de mestrado e dois de doutorado, todos recomendados pela CAPES; b) a tramitação do processo de credenciamento da UnDF pela via de transformação da Escola Superior de Ciências da Saúde; c) a decisão pelo sistema de organização das unidades (multicampi ou campus sede); e, d) a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico Institucional que busquem alcançar os propósitos da UnDF e as estratégias do PDE.

É certo que a UnDF precisará se firmar como uma instituição sólida, de reconhecimento nacional e internacional, voltada para a melhoria constante da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e, que esteja pautada nas metodologias ativas de ensino. Assim, poderá fomentar a criatividade e a inventividade de sua comunidade acadêmica, objetivando uma visão educacional transformadora, voltada para o desenvolvimento social, econômico, científico e cultural, que dialogue constantemente com a Sociedade em todas as suas esferas.

1. **REFERÊNCIAS E FONTES DE INFORMAÇÃO**

**7.1 REFERÊNCIAS**

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**: Porto Alegre. v.31, n.90, p.75-87.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Edição 241. Seção 1, 2-5p.

\_\_\_\_. Ministério da educação. **Portaria Normativa n.° 840/GM, de 24 de agosto de 2018.** Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 ago. 2018. Edição 165. Seção 1, 99-102p.

CEBRASPE - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos (CEBRASPE). **Projeto de educação inovadora para a instalação de uma universidade distrital.** Ação 1: Estudos de viabilidade de uma universidade distrital. Relatório Técnico 3 - Documento técnico contendo estudo sobre a oferta de educação superior – pública e privada – no DF e RIDE, identificando, especialmente cursos voltados para o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou inovação. ROBL, Fabiane (Pesquisadora). GRIBOSKI, Claudia Maffini; DIÓGENES, Camila Gomes (Orgs.) Brasília: CEBRASPE. (Parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e com a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (Funab/DF). Documento. 190p. 2021a.

\_\_\_\_ - CEBRASPE - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos (CEBRASPE). **Projeto de educação inovadora para a instalação de uma universidade distrital.** Ação 1: Estudos de viabilidade de uma universidade distrital. Relatório Técnico 3 - Documento técnico contendo estudos sobre a demanda por educação superior – pública e privada – no DF e RIDE, caracterizando o perfil dos estudantes e do mercado de trabalho com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. ROBL, Fabiane (Pesquisadora). GRIBOSKI, Claudia Maffini; DIÓGENES, Camila Gomes (Orgs.) Brasília: CEBRASPE. (Parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e com a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (Funab/DF). Documento. p. 2021b.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Companhia de Planejamento do Distrito Federal.(a) **Atlas do Distrito Federal 2020.** Brasília-DF: CODEPLAN, 2020. 151p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020>.

\_\_\_\_. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Como anda Brasília:** um recorte a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Brasília-DF: CODEPLAN, 2020. 25p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/analises-e-estudos-urbanos-e-ambientais-2/>

\_\_\_\_. Conselho de educação do Distrito Federal. **Resolução no 02, de 19 de setembro de 2017.** Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 19 out. 2017, p.13.

RISTOFF. Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.19, n.3, p.723-47, 2014.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria. (Org.) Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164 p.

**7.2 FONTES DE INFORMAÇÃO**

As informações utilizadas para o desenvolvimento do presente projeto estão contidas nas seguintes fontes primárias oficiais:

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <www.emec.mec.gov.br>.

\_\_\_\_. Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>

\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018.** Brasília-DF: CODEPLAN 2019. 116p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/microdados-pdad-2018>.

**ANEXOS**

**Anexo 1.** Relação Nominal de IES com sede nos Municípios da RIDE DF – Características gerais (Categoria Administrativa: Privadas com finalidade lucrativa ou sem finalidade lucrativa; Organização Acadêmica: Faculdades; Modalidade da oferta: Presencial).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| IES | Ano de Criação | Finalidade lucrativa | Sede | Pólos ou Unidades |
| Faculdade FILOS - | 2018 | Sim | Águas Lindas de Goiás | Águas Lindas de Goiás |
| Faculdade Linear -LINEAR | 2006 | Sim | Águas Lindas de Goiás | Águas Lindas de Goiás |
| FACULDADE DO PLANALTO CENTRAL – FAPLAC | 2013 | Sim | Formosa | Centro |
| Parque Vila Verde |
| FACULDADES INTEGRADAS IESGO - IESGO | 2000 | Sim | Formosa | Formosinha |
| FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES FORMOSA -FUG | 2002 | Sim | Formosa | Centro |
| Instituto União das Faculdades Americanas – IUFA | 2019\* | Sim | Formosa | Formosinha |
| FACULDADE EVANGÉLICA DE GOIANÉSIA – FACEG | 2005 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | GOIANÉSIA | Cóvoa |
| Cóvoa ( Agronomia) |
| FACULDADE LOGOS - FALOG | 2016 | |  | | --- | | Sim | | Novo Gama | Novo Gama |
| FACULDADE JK - GOIAS - PADRE BERNARDO - JK | 2018 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Padre Bernardo | Padre Bernardo |
| FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO - | 2002 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SENA AIRES - FACESA | 2000 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| FACULDADE JK GOIÁS - VALPARAÍSO - JK VALPARAISO | 2019 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - ICSH | 1999 | |  |  | | --- | --- | |  | Sim | | Valparaíso de Goiás | Valparaíso de Goiás |
| FACULDADE CNEC UNAÍ | 1998 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | Unaí | Unaí |
| FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UNAÍ  FACISA | 2008 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | Unaí | Unaí |
| FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ - FACTU - FACTU | 1997 | |  |  | | --- | --- | |  | Não | | Unaí | Unaí |

\*em descredenciamento voluntário. (Adaptado de CEBRASPE, 2021).

**Anexo 2.** Relação Nominal de IES com sede no DF (Características gerais acadêmicas).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| IES | Ano de Criação | Organização Acadêmica | Categoria Administrativa | Tipo de credencia-mento | Sede | Pólos (DF e Ride) ou Unidades |
| Universidade de Brasília | 1962 | Universidade | Pública Federal | Presencial e EaD(2003) | Asa Norte | Gama(C) |
| Planaltina (C) |
| Ceilândia (CNN1) |
| Ceilândia (CNN14) (C) |
| Ceilândia (UAB) |
| Santa Maria (UAB |
| Águas Lindas de Goiás (UAB) |
| Alexânia (UAB) |
| Alto Paraíso de Goiás (UAB) |
| Cavalcante (UAB) |
| Formosa |
| Luziânia |
| Planaltina |
| Buritis |
| Universidade Católica de Brasília | 1974 | Universidade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2004) | Águas Claras | Gama |
| Paranoá |
| Sobradinho |
| Santa Maria |
| Samambaia |
| Taguatinga Norte |
| Ceilândia |
| Asa Norte |
| Águas Lindas de Goiás |
| Formosa |
| Goianésia |
| Valparaíso de Goiás |
| Unaí |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA - ESTÁCIO BRASÍLIA | 2001 | Centro Universitário (2014) | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Asa Sul (SGAS 604 |
| Asa Sul (SGAS 902 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB | 1968 | Centro Universitário | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2017) | Asa Norte | Ceilândia |
| Taguatinga (CI) |
| Taguatinga (CII) |
| Taguatinga (Polo) |
| Núcleo Bandeirante |
| Buritis (Polo) |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB - IESB | 1998 | Centro Universitário (2011) | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2014) | Asa Norte | Ceilândia (C) |
| Taguatinga (C) |
| Gama (Polo) |
| Santa Maria (polo) |
| Lago Sul (polo) |
| Samambaia (Polo) |
| Guará (polo) |
| Taguatinga (polo) |
| Sobradinho (Polo) |
| Recanto das Emas (polo) |
| Águas Claras (polo) |
| Gama (Polo) |
| Luziânia (Polo) |
| Valparaíso de Goiás (Polo) |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - UDF | 1969 | Centro Universitário | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul – SEP – Sul EQ 704 |
| SGA -903 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO - UNIEURO | 1998 | Centro Universitário | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2017) | Asa Sul | Asa Sul |
| Asa Norte |
| Águas Claras |
| CENTRO UNIVERSITARIO PROJEÇÃO | 2000 | Centro Universitário (2016) | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2017) | Taguatinga | Taguatinga (C) |
| Guará (CI) |
| Guará (CII) |
| Águas Claras (Polo) |
| Ceilândia (I) |
| Ceilândia (II) |
| Ceilândia (III) |
| Planaltina |
| Santa Maria (Polo) |
| Samambaia(Polo) |
| Sobradinho (C) |
| Brazlândia (polo) |
| Asa Norte (polo) |
| São Sebastião (Polo) |
| Águas Lindas de Goiás (Polo) |
| Novo Gama (polo) |
| Padre Bernardo (Polo) |
| Valparaíso de Goiás (polo) |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN | 1990 | Centro Universitário (2018) | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2014) | Águas Claras | Águas Claras |
| Taguatinga Norte |
| Centro Universitário ICESP | 1995 | Centro Universitário (2010) | Privada com fins lucrativos | Presencial | Águas Claras | Aeroporto |
| Águas Claras |
| Recanto das Emas (I) |
| Recanto das Emas (II) |
| Taguatinga |
| Guará |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL APPARECIDO DOS SANTOS | 1986 | Centro Universitário (2018) | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Gama | Gama |
| Park Way |
| FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA - MAUADF | 2005 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Taguatinga | Gama (C) |
| Planaltina |
| Águas Claras |
| Paranoá(polo) |
| Águas Lindas de Goiás (Polo) |
| Luziânia (polo) |
| Faculdade Ibmec de Brasília - Ibmec Brasília | 2020 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | SIG Q 4 | --- |
| FACULDADE PROCESSUS - PFD | 2006 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2019) | Asa Sul | Campus Águas Claras |
| FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE BRASÍLIA- FTBB | 2005 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Norte | ---- |
| FACULDADE ATAME - ATAME | 2016 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Asa Norte | Asa Norte |
| FACULDADES INTEGRADAS DA UPIS - UPIS | 1973 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Planaltina (unidade rural) |
| Faculdade Projeção de Taguatinga Norte | 1999 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| Ceilândia |
| INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALBERT EINSTEIN - ISALBE | 2002 | Faculdade  (em supervisão) | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Taguatinga |
| INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PLANALTO - IESPLAN | 1999 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | SEPSul Quadra 708/907, |
| Faculdade JK Michelangelo | 2000 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga (I) |
| Taguatinga (II) |
| Gama |
| Santa Maria (I) |
| Santa Maria (II) |
| Santa Maria (II) |
| Asa Norte |
| Asa Sul |
| FACULDADE PROJEÇÃO DE CEILÂNDIA | 2000 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Ceilândia | Ceilândia Norte |
| FACULDADE ALBERT EINSTEIN - FALBE | 2001 | Faculdade  Em supervisão | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul  Sgas 905 | Asa Sul |
| Taguatinga |
| FACULDADE AIEC - AIEC / FAAB | 2001 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | EaD | Asa Sul | Asa Sul |
| SIG |
| FACULDADE UNIBRASÍLIA SUL | 2001 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Gama | Gama (I) |
| Gama (II) |
| Gama (III) |
| Gama (IV) |
| Taguatinga |
| São Sebastião |
| São Sebastião |
| Águas Claras |
| Faculdade Projeção de Sobradinho | 2001 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Sobradinho | Sobradinho |
| Sobradinho |
| Sobradinho |
| Sobradinho |
| Planaltina |
| ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS | 2001 | Faculdade | Pública Estadual | Presencial e EaD(2019) | Asa Norte | Asa Norte |
| Samambaia Sul |
| FACULDADE PROJEÇÃO DO GUARÁ - | 2004 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará (I) |
| Guará(II) |
| REAL FACULDADE DE BRASÍLIA - FU | 2018 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Norte | Asa Norte |
| FACULDADE JK - GUARÁ | 2005 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará ( Sede) |
| Asa Sul (I) |
| Asa Sul (II) |
| Asa Sul (III) |
| INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO CECAP - ISCECAP | 2002 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Lago Norte | Lago Norte |
| Paranoá |
| Sobradinho |
| FACULDADE LS - FACELS | 2005 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Ceilândia |
| FACULDADES INTEGRADAS DA UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR CERTO - UNICERTO | 2000 | Faculdade  (em descredenciamento voluntario) | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| FACULDADE IBRA DE BRASÍLIA - | 2006 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD(2018) | Planaltina | Planaltina (C) |
| Planaltina(C) |
| Taguatinga (C) |
| FACULDADE JK DE TECNOLOGIA | 2005 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Lago Norte | Lago Norte |
| Gama |
| Santa Maria |
| FACULDADE APOGEU | 2008 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Gama | Gama |
| Gama |
| FACULDADE FORTIUM | 2008 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Gama |
| Gama |
| Gama |
| Gama |
| Asa Sul |
| Asa Sul |
| Asa Norte |
| Asa Norte |
| Escola de Direito e de Administração Pública do IDP | 2010 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (lato sensu- 2016) | Asa Sul | Asa Sul |
| Asa Sul |
| FACULDADE DE TEOLOGIA DA ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA - FATEO | 2012 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ESMPU | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2017) | Câmara dos Deputados | Câmara dos Deputados |
| FACULDADE HORIZONTE - FACHORIZONTE | 2012 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul (I) |
| Asa Sul (II) |
| Santa Maria |
| Instituto Superior de Ciencias Policiais - ISCP | 2013 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2017) | Setor SPO | Setor SPO |
| ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2017) | Setor de Habitações Individuais Sul | Setor de Habitações Individuais Sul |
| FACULDADE CLARETIANA DE BRASILIA - FCB | 2016 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Faculdade ANASPS - FANASPS | 2016 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdade de Tecnologia CNA - FATECNA | 2013 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2016) | SGAN, quadra 601 | SGAN |
| Alexânia |
| ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP - ANP | 2008 (Lato sensu Ead)  2017 – escola de governo | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD –Lato sensu (2008) | Lago Norte | Lago Norte |
| ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - EAGU | 2018 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD (2018) | SIG | SIG |
| INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA - ISC-TCU | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD(2017) | Asa Sul | Asa Sul |
| ESCOLA DE INTELIGÊNCIA - ESINT/ABIN - ESINT/ABIN | 2017 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD(2017) | Setor Policial Sul | Setor Policial Sul |
| Instituto Legislativo Brasileiro - ILB | 2013 | Escola de Governo | Pública Federal | Presencial e EaD | Área Central | Área Central |
| FACULDADE DE ESTUDOS BÍBLICOS INTERDISCIPLINARES - FEBI | 2020 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Ceilândia | Ceilândia |
| FACULDADE SOLIDÁRIA DE SOBRADINHO | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará |
| FACULDADE GOYAZES DO DISTRITO FEDERAL | 2016 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Recanto das Emas | Recanto das Emas |
| FACULDADE DO DISTRITO FEDERAL - FACDF | 2016 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Ceilândia | Ceilândia |
| FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASILIA - FPMB | 2016 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdade Uninassau Brasília | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga (I) |
| Taguatinga(II) |
| Faculdade de Tecnologia Ícone - FACTI | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| Ceilândia |
| Faculdade Republicana - | 2018 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdades Planalto Central - FPC | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará |
| Instituto Leya de Educação Superior - Leya | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial e EaD (2018 | Águas Claras | Águas Claras |
| Faculdade Sulamérica Brasília | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Planaltina | Planaltina |
| FTRB - Faculdade Teológica Reformada de Brasília - | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial e EaD (2018) | Águas Claras | Águas Claras |
| Instituto Superior da Convenção Nac. das Assembleias de Deus - ISCON | 2017 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Asa Sul | Asa Sul |
| Faculdade Cerrado - FACE | 2017 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga |
| Taguatinga |
| FACULDADE UNIVERSO BRASÍLIA - | 2019 | Faculdade | Privada sem fins lucrativos | Presencial | Guará | Guará |
| Setores Complementares |
| Faculdade Brasília | 2019 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Santa Maria | Santa Maria |
| Faculdade Esdras Dantas - FAC-ED | 2019 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Águas Claras | Águas Claras |
| Escola Superior de Gestão - ESGe | 2017 | Faculdade | Pública Estadual | Presencial | SGO | SGO |
| FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA | 1998 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Águas Claras | Águas Claras |
| Faculdade Anhanguera de Ciências e Tecnologia de Brasília | 2008 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Asa Norte | Asa Norte |
| Asa Sul |
| Asa Sul |
| FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO | 2001 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga- Sul |
| FACULDADE ANHANGUERA DE TAGUATINGA | 2000 | Faculdade | Privada com fins lucrativos | Presencial | Taguatinga | Taguatinga Setor Industrial |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA - IFB | 2009 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia | Pública Federal | Presencial e EaD (2018) | Asa Norte (Reitoria) | Cidade Estrutural |
| São Sebastião |
| Riacho Fundo |
| Taguatinga (I) |
| Taguatinga (II) |
| Ceilândia |
| Asa Norte (I) |
| Asa Norte(II) |
| Planaltina |
| Gama |
| Samambaia |

Adaptado de CEBRASPE (2021a).

**Anexo 3.** Distribuição de matrículas por Raça ou Cor, em cursos presenciais e a distância, para 10 Unidades da Federação, além do Distrito Federal e do total para o Brasil, na série histórica de 2010 a 2019.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Região | Unidade da Federação | Total | Branca | Preta | Parda | Amarela | Indígena | Não Dispõe da Informação | Não Declarado |
| 2010 | **ND** |  | **ND** | **ND** | **ND** | **ND** | **ND** | **ND** | **ND** | **ND** |
| 2011 | **Brasil** |  | 6.739.689 | 1.435.494 | 161.185 | 646.014 | 67.006 | 9.756 | 2.255.937 | 2.164.297 |
| **Norte** | **RO** | 55.995 | 12.528 | 2.059 | 15.793 | 763 | 175 | 11.884 | 12.793 |
| **PA** | 152.862 | 21.358 | 5.097 | 51.681 | 1.252 | 360 | 28.214 | 44.900 |
| **Nordeste** | **SE** | 71.964 | 7.632 | 3.698 | 18.966 | 825 | 306 | 26.509 | 14.028 |
| **BA** | 339.607 | 22.960 | 13.494 | 49.780 | 4.892 | 505 | 159.913 | 88.063 |
| **Sudeste** | **MG** | 692.396 | 134.261 | 15.372 | 66.736 | 4.628 | 693 | 184.623 | 286.083 |
| **ES** | 129.346 | 17.710 | 1.957 | 10.366 | 676 | 81 | 43.810 | 54.746 |
| **Sul** | **PR** | 437.059 | 114.388 | 4.445 | 13.845 | 12.753 | 280 | 151.216 | 140.132 |
| **SC** | 268.899 | 134.393 | 3.322 | 7.031 | 1.384 | 265 | 40.948 | 81.556 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 124.524 | 36.694 | 6.228 | 25.427 | 1.832 | 214 | 22.267 | 31.862 |
| **GO** | 221.768 | 31.156 | 3.932 | 22.495 | 2.495 | 161 | 98.442 | 63.087 |
| **DF** | 187.442 | 35.835 | 7.500 | 19.662 | 1.885 | 293 | 80.217 | 42.050 |
| 2012 | **Brasil** |  | 7.037.688 | 1.642.559 | 187.576 | 746.109 | 62.029 | 10.282 | 2.469.647 | 1.919.486 |
| **Norte** | **RO** | 58.559 | 12.814 | 2.195 | 16.220 | 713 | 194 | 15.602 | 10.821 |
| **PA** | 170.405 | 25.264 | 6.415 | 57.356 | 1.469 | 583 | 49.214 | 30.104 |
| **Nordeste** | **SE** | 76.987 | 6.552 | 3.479 | 17.436 | 667 | 250 | 30.550 | 18.053 |
| **BA** | 367.580 | 25.128 | 14.458 | 48.488 | 4.938 | 571 | 185.871 | 88.126 |
| **Sudeste** | **MG** | 727.853 | 146.040 | 17.238 | 76.646 | 4.985 | 660 | 221.057 | 261.227 |
| **ES** | 135.046 | 20.715 | 2.595 | 13.242 | 795 | 107 | 52.184 | 45.408 |
| **Sul** | **PR** | 439.292 | 131.359 | 3.983 | 17.257 | 4.403 | 291 | 162.660 | 119.339 |
| **SC** | 282.333 | 147.117 | 3.962 | 8.279 | 1.474 | 273 | 42.658 | 78.570 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 137.969 | 42.197 | 7.895 | 32.050 | 2.051 | 267 | 29.094 | 24.415 |
| **GO** | 224.922 | 37.298 | 5.039 | 27.039 | 2.995 | 140 | 96.095 | 56.316 |
| **DF** | 191.077 | 41.581 | 7.894 | 23.935 | 2.012 | 275 | 79.141 | 36.239 |
| 2013 | **Brasil** |  | 7.305.977 | 1.829.692 | 222.338 | 908.683 | 77.337 | 13.687 | 2.364.798 | 1.889.442 |
| **Norte** | **RO** | 64.852 | 14.319 | 3.345 | 18.783 | 961 | 196 | 17.558 | 9.690 |
| **PA** | 185.484 | 23.833 | 7.461 | 59.288 | 5.694 | 583 | 59.494 | 29.131 |
| **Nordeste** | **SE** | 80.702 | 5.848 | 3.022 | 16.942 | 597 | 193 | 34.520 | 19.580 |
| **BA** | 382.574 | 22.644 | 16.770 | 52.015 | 3.762 | 554 | 199.467 | 87.362 |
| **Sudeste** | **MG** | 749.299 | 203.922 | 28.354 | 125.649 | 9.673 | 1.105 | 181.469 | 199.127 |
| **ES** | 134.478 | 33.367 | 4.879 | 22.752 | 1.212 | 203 | 29.027 | 43.038 |
| **Sul** | **PR** | 436.897 | 127.906 | 3.962 | 18.838 | 3.976 | 289 | 163.375 | 118.551 |
| **SC** | 295.909 | 157.683 | 4.550 | 9.976 | 1.670 | 271 | 53.269 | 68.490 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 147.688 | 40.001 | 8.338 | 37.995 | 2.082 | 379 | 31.328 | 27.565 |
| **GO** | 235.604 | 42.334 | 6.987 | 37.538 | 4.367 | 397 | 76.381 | 67.600 |
| **DF** | 203.821 | 43.865 | 7.885 | 38.134 | 3.075 | 393 | 62.271 | 48.198 |
| 2014 | **Brasil** |  | 7.828.013 | 2.431.006 | 338.537 | 1.395.529 | 101.664 | 22.009 | 958.619 | 2.580.649 |
| **Norte** | **RO** | 71.089 | 15.645 | 3.360 | 22.682 | 1.010 | 196 | 11.737 | 16.459 |
| **PA** | 204.876 | 25.452 | 9.162 | 93.713 | 5.496 | 572 | 22.006 | 48.475 |
| **Nordeste** | **SE** | 83.828 | 6.859 | 4.707 | 22.324 | 961 | 297 | 1.741 | 46.939 |
| **BA** | 423.298 | 29.071 | 33.585 | 88.884 | 4.975 | 1.032 | 87.704 | 178.047 |
| **Sudeste** | **MG** | 797.601 | 255.016 | 40.146 | 179.277 | 10.280 | 1.440 | 85.585 | 225.857 |
| **ES** | 150.588 | 39.184 | 7.952 | 31.668 | 1.695 | 310 | 14.590 | 55.189 |
| **Sul** | **PR** | 467.444 | 189.009 | 6.496 | 32.649 | 4.891 | 501 | 75.351 | 158.547 |
| **SC** | 315.627 | 199.332 | 6.315 | 14.636 | 2.073 | 562 | 24.146 | 68.563 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 162.194 | 44.814 | 9.745 | 50.696 | 2.485 | 414 | 19.038 | 35.002 |
| **GO** | 252.397 | 49.813 | 11.578 | 53.266 | 5.131 | 696 | 36.427 | 95.486 |
| **DF** | 218.557 | 54.589 | 12.611 | 59.928 | 4.333 | 665 | 8.457 | 77.974 |
| 2015 | **Brasil** |  | 8.027.297 | 2.903.256 | 429.632 | 1.743.002 | 116.036 | 32.147 | 390.775 | 2.412.449 |
| **Norte** | **RO** | 73.654 | 17.038 | 4.637 | 26.556 | 1.128 | 297 | 3.609 | 20.389 |
| **PA** | 213.109 | 27.529 | 9.461 | 100.585 | 6.144 | 4.055 | 10.088 | 55.247 |
| **Nordeste** | **SE** | 85.990 | 8.173 | 5.629 | 25.533 | 1.067 | 348 | 314 | 44.926 |
| **BA** | 422.077 | 38.189 | 40.922 | 112.537 | 5.500 | 1.249 | 37.845 | 185.835 |
| **Sudeste** | **MG** | 813.098 | 298.011 | 50.010 | 206.320 | 10.978 | 1.656 | 37.376 | 208.747 |
| **ES** | 152.628 | 47.117 | 9.822 | 39.550 | 1.755 | 404 | 5.516 | 48.464 |
| **Sul** | **PR** | 491.529 | 237.598 | 8.748 | 46.150 | 6.085 | 617 | 34.033 | 158.298 |
| **SC** | 328.683 | 225.393 | 7.295 | 17.981 | 2.261 | 533 | 10.867 | 64.353 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 164.368 | 45.989 | 10.668 | 57.585 | 2.468 | 445 | 7.187 | 40.026 |
| **GO** | 249.419 | 58.822 | 13.212 | 65.232 | 5.339 | 932 | 15.907 | 89.975 |
| **DF** | 221.045 | 63.608 | 14.567 | 71.783 | 4.688 | 751 | 3.172 | 62.476 |
| 2016 | **Brasil** |  | 8.048.701 | 3.079.779 | 485.793 | 1.928.238 | 123.601 | 49.026 | 176.521 | 2.205.743 |
| **Norte** | **RO** | 75.688 | 17.291 | 5.632 | 28.395 | 1.247 | 277 | 2.064 | 20.782 |
| **PA** | 233.577 | 29.438 | 10.616 | 111.856 | 6.185 | 6.998 | 4.799 | 63.685 |
| **Nordeste** | **SE** | 85.530 | 15.390 | 8.703 | 42.101 | 2.241 | 855 | 166 | 16.074 |
| **BA** | 422.320 | 40.744 | 47.028 | 125.501 | 5.695 | 2.867 | 17.128 | 183.357 |
| **Sudeste** | **MG** | 817.164 | 320.649 | 55.615 | 229.017 | 11.509 | 1.829 | 14.353 | 184.192 |
| **ES** | 154.393 | 50.479 | 11.007 | 47.060 | 1.844 | 449 | 2.137 | 41.417 |
| **Sul** | **PR** | 498.354 | 271.807 | 10.150 | 54.435 | 6.505 | 777 | 15.037 | 139.643 |
| **SC** | 334.031 | 236.795 | 8.404 | 21.183 | 2.504 | 641 | 4.747 | 59.757 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 166.768 | 50.581 | 13.195 | 51.760 | 6.245 | 910 | 3.487 | 40.590 |
| **GO** | 243.744 | 62.403 | 14.256 | 74.304 | 5.186 | 908 | 4.715 | 81.972 |
| **DF** | 221.212 | 66.102 | 15.159 | 75.942 | 4.480 | 731 | 1.302 | 57.496 |
| 2017 | **Brasil** |  | 8.286.663 | 3.292.585 | 532.607 | 2.157.189 | 133.920 | 56.750 | 65.432 | 2.048.180 |
| **Norte** | **RO** | 76.561 | 18.932 | 4.617 | 33.962 | 1.196 | 358 | 127 | 17.369 |
| **PA** | 249.928 | 33.493 | 11.813 | 124.177 | 6.404 | 8.969 | 647 | 64.425 |
| **Nordeste** | **SE** | 83.289 | 15.692 | 8.940 | 46.076 | 2.210 | 822 | 50 | 9.499 |
| **BA** | 432.999 | 47.344 | 56.660 | 142.384 | 5.945 | 3.240 | 4.562 | 172.864 |
| **Sudeste** | **MG** | 845.196 | 333.226 | 61.738 | 251.735 | 12.915 | 1.984 | 3.210 | 180.388 |
| **ES** | 153.610 | 51.877 | 11.647 | 51.266 | 1.855 | 436 | 331 | 36.198 |
| **Sul** | **PR** | 519.398 | 310.527 | 12.021 | 65.751 | 8.988 | 850 | 3.907 | 117.354 |
| **SC** | 358.575 | 258.239 | 9.891 | 26.350 | 3.470 | 769 | 1.580 | 58.276 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 168.633 | 50.395 | 12.479 | 55.311 | 7.100 | 747 | 713 | 41.888 |
| **GO** | 251.423 | 69.113 | 15.779 | 85.236 | 5.334 | 1.131 | 1.164 | 73.666 |
| **DF** | 223.334 | 69.717 | 15.952 | 79.738 | 4.933 | 717 | 360 | 51.917 |
| 2018 | **Brasil** |  | 8.450.755 | 3.533.562 | 591.161 | 2.436.411 | 140.730 | 57.706 | 30.393 | 1.660.792 |
| **Norte** | **RO** | 78.182 | 21.598 | 5.035 | 39.462 | 1.518 | 493 | 41 | 10.035 |
| **PA** | 262.030 | 43.503 | 13.919 | 144.198 | 6.078 | 7.484 | 188 | 46.660 |
| **Nordeste** | **SE** | 81.763 | 15.757 | 8.884 | 45.810 | 2.028 | 729 | 26 | 8.529 |
| **BA** | 441.195 | 59.233 | 68.105 | 173.142 | 7.072 | 3.659 | 1.641 | 128.343 |
| **Sudeste** | **MG** | 852.154 | 355.618 | 71.645 | 288.330 | 15.006 | 2.399 | 1.108 | 118.048 |
| **ES** | 156.227 | 57.979 | 13.557 | 58.993 | 2.053 | 533 | 124 | 22.988 |
| **Sul** | **PR** | 542.494 | 339.251 | 15.740 | 77.493 | 9.739 | 1.046 | 1.260 | 97.965 |
| **SC** | 366.827 | 272.356 | 11.300 | 31.363 | 3.623 | 970 | 618 | 46.597 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 168.617 | 53.853 | 14.398 | 62.748 | 7.083 | 794 | 249 | 29.492 |
| **GO** | 255.809 | 77.876 | 17.491 | 97.009 | 6.143 | 1.268 | 281 | 55.741 |
| **DF** | 221.535 | 72.448 | 16.379 | 84.070 | 4.721 | 1.136 | 155 | 42.626 |
| 2019 | **Brasil** |  | 8.603.824 | 3.658.644 | 613.199 | 2.668.920 | 147.991 | 56.257 | 14.355 | 1.444.458 |
| **Norte** | **RO** | 78.883 | 21.830 | 4.900 | 42.552 | 1.615 | 596 | 14 | 7.376 |
| **PA** | 285.144 | 53.981 | 15.776 | 164.048 | 4.923 | 6.494 | 75 | 39.847 |
| **Nordeste** | **SE** | 82.378 | 15.773 | 8.487 | 45.993 | 1.850 | 646 | 12 | 9.617 |
| **BA** | 448.659 | 68.219 | 76.588 | 190.278 | 8.111 | 3.476 | 525 | 101.462 |
| **Sudeste** | **MG** | 861.442 | 362.306 | 76.465 | 305.216 | 16.832 | 2.653 | 276 | 97.694 |
| **ES** | 154.771 | 59.353 | 14.098 | 61.273 | 2.072 | 595 | 77 | 17.303 |
| **Sul** | **PR** | 557.074 | 365.575 | 17.254 | 88.904 | 11.059 | 1.147 | 256 | 72.879 |
| **SC** | 385.950 | 282.156 | 12.529 | 38.757 | 4.220 | 1.140 | 264 | 46.884 |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 170.551 | 54.904 | 15.365 | 70.080 | 3.816 | 866 | 103 | 25.417 |
| **GO** | 265.520 | 84.018 | 18.951 | 108.570 | 7.131 | 1.105 | 68 | 45.677 |
| **DF** | 224.454 | 75.622 | 17.375 | 89.572 | 4.978 | 1.222 | 46 | 35.639 |
| Incremento Percentual 2010-2019 ∆% | **Brasil** |  | 27,66% | 154,87% | 280,43% | 313,14% | 120,86% | 476,64% | -99,36% | -33,26% |
| **Norte** | **RO** | 40,88% | 74,25% | 137,98% | 169,44% | 111,66% | 240,57% | -99,88% | -42,34% |
| **PA** | 86,54% | 152,74% | 209,52% | 217,42% | 293,21% | 1703,89% | -99,73% | -11,25% |
| **Nordeste** | **SE** | 14,47% | 106,67% | 129,50% | 142,50% | 124,24% | 111,11% | -99,95% | -31,44% |
| **BA** | 32,11% | 197,12% | 467,57% | 282,24% | 65,80% | 588,32% | -99,67% | 15,22% |
| **Sudeste** | **MG** | 24,41% | 169,85% | 397,43% | 357,35% | 263,70% | 282,83% | -99,85% | -65,85% |
| **ES** | 19,66% | 235,14% | 620,39% | 491,10% | 206,51% | 634,57% | -99,82% | -68,39% |
| **Sul** | **PR** | 27,46% | 219,59% | 288,17% | 542,14% | -13,28% | 309,64% | -99,83% | -47,99% |
| **SC** | 43,53% | 109,95% | 277,15% | 451,23% | 204,91% | 330,19% | -99,36% | -42,51% |
| **Centro-Oeste** | **MT** | 36,96% | 49,63% | 146,71% | 175,61% | 108,30% | 304,67% | -99,54% | -20,23% |
| **GO** | 19,73% | 169,67% | 381,97% | 382,64% | 185,81% | 586,34% | -99,93% | -27,60% |
| **DF** | 19,75% | 111,03% | 131,67% | 355,56% | 164,08% | 317,06% | -99,94% | -15,25% |

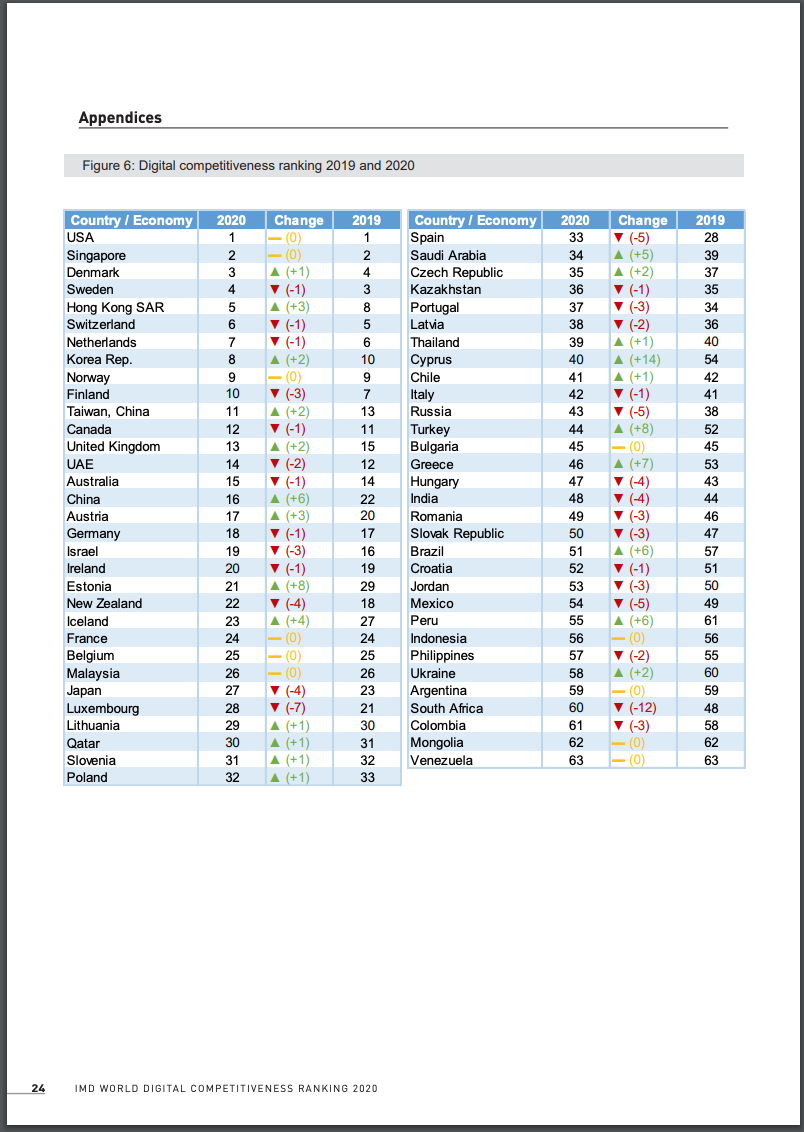
Fonte: Censo da Educação Superior – 2010 a 2019.

**Anexo 4.** Capacidade de reação da economia às demandas futuras (Relatório Sobre Competitividade Global de 2020).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Position | 1) Update education curricula and expand investment in the skills needed for jobs in markets of tomorrow. | | 2) Expand eldercare. childcare and healthcare infrastructure and innovation for the benefit of people and the economy | | 3) Facilitate the creation of “markets of tomorrow”, especially in areas that require public-private collaboration | | 4) Incentivize and expand patient investments in research, innovation and invention that can create new “markets of tomorrow” | | 5) Incentivize firms to embrace diversity, equity and inclusion to enhance creativity | | 6) Increase incentives to direct financial resources towards long-term investments, strengthen stability and expand inclusion | | 7) Upgrade infrastructure to accelerate the energy transition and broaden access to electricity and ICT | |
| 1 | Finland | 75.3 | Sweden | 75.9 | Finland | 59.5 | United States | 57.3 | China | 79.2 | Finland | 95.4 | Estonia | 99.7 |
| 2 | Netherlands | 71.8 | Denmark | 65.0 | United States | 57.7 | Japan | 54.7 | Sweden | 77.9 | New Zealand | 93.2 | Denmark | 91.5 |
| 3 | Denmark | 71.5 | Canada | 61.6 | Japan | 53.5 | Korea, Rep. | 53.4 | New Zealand | 73.9 | Sweden | 89.0 | Netherlands | 91.4 |
| 4 | Switzerland | 70.8 | Finland | 61.4 | Sweden | 52.2 | Finland | 53.4 | United States | 73.3 | Austria | 88.3 | Finland | 88.9 |
| 5 | Sweden | 69.4 | Netherlands | 61.2 | Israel | 51.2 | Israel | 53.1 | Australia | 72.4 | Japan | 84.7 | Sweden | 88.0 |
| 6 | United States | 68.2 | New Zealand | 58.6 | Switzerland | 50.8 | Switzerland | 51.6 | Finland | 70.9 | Denmark | 84.6 | Portugal | 87.8 |
| 7 | China | 67.0 | Israel | 56.8 | Netherlands | 50.4 | France | 50.8 | Netherlands | 70.9 | France | 83.0 | Spain | 86.9 |
| 8 | Israel | 66.6 | Belgium | 54.9 | France | 50.1 | Sweden | 50.8 | Denmark | 70.8 | Ireland | 81.9 | Ireland | 86.8 |
| 9 | Belgium | 65.8 | United States | 54.2 | China | 49.7 | China | 50.0 | Argentina | 69.0 | Israel | 81.7 | Hungary | 86.4 |
| 10 | Canada | 65.3 | France | 52.7 | Canada | 49.5 | Germany | 49.2 | Switzerland | 67.2 | Belgium | 81.2 | Slovak Rep. | 84.9 |
| 11 | Australia | 63.5 | Germany | 51.4 | Belgium | 49.3 | Netherlands | 48.3 | United Kingdom | 67.1 | Australia | 81.2 | Austria | 83.8 |
| 12 | New Zealand | 63.5 | Switzerland | 51.3 | Germany | 48.1 | Belgium | 47.8 | Ireland | 66.9 | Estonia | 81.1 | Belgium | 82.7 |
| 13 | Germany | 61.4 | United Kingdom | 50.4 | Austria | 47.3 | Indonesia | 45.6 | Canada | 66.5 | Netherlands | 79.9 | France | 82.6 |
| 14 | Austria | 60.6 | Australia | 49.6 | Korea, Rep. | 46.7 | New Zealand | 45.2 | Portugal | 65.3 | Italy | 79.8 | Korea. Rep. | 81.8 |
| 15 | Korea. Rep. | 60.0 | Japan | 49.3 | Denmark | 46.7 | Estonia | 43.4 | Israel | 65.2 | Germany | 79.3 | Czech Republic | 81.6 |
| 16 | United Kingdom | 59.7 | Chile | 48.7 | Ireland | 46.6 | Australia | 42.9 | Belgium | 64.7 | Korea, Rep. | 78.3 | United Kingdom | 80.9 |
| 17 | Ireland | 59.5 | Korea. Rep. | 48.5 | United Kingdom | 46.1 | Canada | 42.8 | Germany | 62.6 | Canada | 75.1 | Greece | 80.8 |
| 18 | Estonia | 56.8 | Estonia | 47.0 | New Zealand | 45.0 | Portugal | 42.2 | France | 62.2 | China | 72.8 | Switzerland | 80.0 |
| 19 | France | 56.8 | Ireland | 45.8 | Indonesia | 45.0 | Denmark | 41.7 | South Africa | 61.5 | United Kingdom | 72.4 | Germany | 79.6 |
| 20 | Chile | 52.1 | Spain | 45.3 | Estonia | 44.9 | United Kingdom | 40.9 | Russian Fed. | 60.9 | Greece | 68.3 | **Brazil** | **79.4** |
| 21 | Spain | 51.4 | Austria | 42.8 | Portugal | 44.6 | Spain | 40.4 | Estonia | 60.9 | Portugal | 67.1 | Poland | 77.8 |
| 22 | Japan | 51.3 | Czech Republic | 40.0 | Spain | 44.4 | Czech Republic | 40.2 | Indonesia | 60.4 | Poland | 62.7 | China | 77.5 |
| 23 | Portugal | 49.8 | Italy | 37.0 | Australia | 44.0 | Austria | 38.8 | Greece | 59.7 | **Brazil** | **60.3** | Canada | 77.0 |
| 24 | Indonesia | 49.0 | Mexico | 36.1 | Italy | 43.0 | Italy | 36.9 | Spain | 58.6 | Indonesia | 59.7 | Japan | 76.9 |
| 25 | Czech Republic | 48.5 | Slovak Rep. | 35.5 | Czech Republic | 41.9 | Hungary | 36.7 | Korea, Rep. | 58.0 | Spain | 59.7 | Mexico | 75.0 |
| 26 | Argentina | 46.9 | Hungary | 34.4 | India | 40.2 | **Brazil** | **36.2** | **Brazil** | **57.4** | Switzerland | 59.2 | Israel | 74.2 |
| 27 | Slovak Rep. | 46.5 | Turkey | 32.3 | Chile | 39.7 | Ireland | 36.1 | Czech Republic | 57.3 | Czech Republic | 58.2 | Italy | 74.1 |
| 28 | Russian Fed. | 44.9 | Portugal | 31.4 | Hungary | 39.4 | Russian Fed. | 35.6 | Chile | 57.3 | Chile | 57.5 | Australia | 73.0 |
| 29 | India | 43.5 | Poland | 30.3 | Stolav Rep. | 39.3 | India | 32.5 | Austria | 56.6 | Russian Fed. | 55.3 | India | 72.6 |
| 30 | Mexico | 43.3 | Greece | 24.7 | Turkey | 38.5 | Poland | 32.1 | Japan | 56.0 | Slovak Rep. | 54.7 | Chile | 72.1 |
| 31 | South Africa | 42.6 | Argentina | n/a | **Brazil** | **38.0** | Argentina | 31.9 | Hungary | 53.5 | India | 54.5 | United States | 71.2 |
| 32 | Poland | 41.9 | **Brazil** | **n/a** | Poland | 37.5 | Chile | 31.7 | Mexico | 52.7 | Hungary | 52.0 | New Zealand | 68.1 |
| 33 | Hungary | 40.8 | China | n/a | Greece | 36.0 | South Africa | 31.7 | Poland | 52.7 | Turkey | 49.8 | Argentina | 67.6 |
| 34 | Italy | 40.7 | India | n/a | Mexico | 35.7 | Slovak Rep. | 31.3 | Slovak Rep. | 52.2 | Mexico | 49.0 | Turkey | 67.1 |
| 35 | Turkey | 39.8 | Indonesia | n/a | South Africa | 35.6 | Turkey | 28.9 | Italy | 46.9 | South Africa | 48.6 | South Africa | 63.8 |
| 36 | **Brazil** | **39.5** | Russian Fed. | n/a | Argentina | 34.3 | Mexico | 27.2 | Turkey | 46.8 | United States | 47.8 | Indonesia | 62.7 |
| 37 | Greece | 38.7 | South Africa | n/a | Russian Fed. | n/a | Greece | 25.2 | India | 45.1 | Argentina | 32.8 | Russian Fed. | 57.2 |

Adaptado de: Wold Economic Forum (2020).

**Anexo 5**. Ranking de competitividade digital 2020, elaborado pelo Instituto Internacional de Gestão do Desenvolvimento (IMD, 2020),



Adaptado de: IMD – Wold Digital Competitiveness Ranking (2020).

**Anexo 6.** Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2016 a 2019.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Grandes Regiões e Unidades da Federação | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|
| Proporção % | Proporção | Proporção | Proporção |
| Brasil | **15,3** | **15,7** | **16,5** | **17,4** |
| Norte | **11,1** | **11,6** | **12,9** | **13,4** |
| Rondônia | 10,9 | 11,2 | 12,2 | 12,4 |
| Acre | 13,3 | 14,0 | 14,9 | 16,8 |
| Amazonas | 13,0 | 13,9 | 14,8 | 16,1 |
| Roraima | 18,8 | 18,1 | 19,9 | 20,8 |
| Pará | 9,0 | 9,1 | 10,7 | 11,1 |
| Amapá | 17,3 | 17,9 | 18,0 | 17,3 |
| Tocantins | 12,2 | 13,9 | 15,0 | 14,9 |
| Nordeste | **9,9** | **10,3** | **11,3** | **12,1** |
| Maranhão | 7,0 | 7,4 | 8,6 | 9,1 |
| Piauí | 10,6 | 11,3 | 11,5 | 11,8 |
| Ceará | 9,1 | 10,0 | 11,5 | 12,1 |
| Rio Grande do Norte | 12,0 | 11,8 | 13,5 | 15,1 |
| Paraíba | 11,4 | 12,7 | 12,3 | 13,3 |
| Pernambuco | 12,0 | 11,9 | 13,6 | 13,9 |
| Alagoas | 8,5 | 8,4 | 10,3 | 11,8 |
| Sergipe | 11,9 | 11,0 | 12,0 | 12,6 |
| Bahia | 9,2 | 9,9 | 10,1 | 11,2 |
| Sudeste | **18,6** | **18,8** | **19,6** | **20,5** |
| Minas Gerais | 14,3 | 13,7 | 15,3 | 15,4 |
| Espírito Santo | 14,5 | 15,6 | 15,2 | 16,4 |
| Rio de Janeiro | 17,8 | 18,3 | 20,1 | 21,3 |
| São Paulo | 21,2 | 21,7 | 21,7 | 22,8 |
| Sul | **16,2** | **16,5** | **17,2** | **17,9** |
| Paraná | 17,4 | 16,9 | 17,9 | 18,9 |
| Santa Catarina | 15,0 | 17,3 | 17,8 | 18,1 |
| Rio Grande do Sul | 15,9 | 15,7 | 16,2 | 16,9 |
| Centro-Oeste | **17,3** | **18,7** | **19,3** | **20,2** |
| Mato Grosso do Sul | 14,3 | 16,5 | 17,3 | 18,7 |
| Mato Grosso | 13,7 | 14,8 | 16,0 | 16,9 |
| Goiás | 14,2 | 15,2 | 15,1 | 16,4 |
| Distrito Federal | 31,5 | 33,2 | 34,3 | 33,8 |

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2016-2019

125

**Anexo 7**. Informações de valores de parcelas de semestralidade de algumas IES privadas (Universidade, Centro Universitário e Faculdade) do DF e RIDE, segundo CEBRASPE (2021b).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Curso | Universidade | | Centro Universitário | | Faculdade Com fins | | | | Faculdade sem fins | |
| UCB | | UDF | | Faculdade Uninassau Brasília (DF) | | (Ride)  Anhanguera (Valparaíso de Goias) | | Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasilia - FPMB | |
| **Mat** | **Not** | **Mat** | **Not** | **Mat** | **Not** | **Mat** | **Not** | **Mat** | **Not** |
| Engenharia Civil | 1.696,42 | 1.180,71 | 850,00\* | 899,00\* | 1.193,82 | 1.193,82 | 399,00 semipresencial | | 1.234,80 | NO |
| Ciências da Computaçao | 1.330,00 | 1.180,71 | 799,00\* | 799,00\* |  |  | NO | |  |  |
| Análise e Desenvolvimento de Sistemas  ( Tecnológico) | 1.058,57 | 800,71 | 598,00 | 640,00 | 723,99 | 723,99 | 149,00 (semipresencial | | ND | ND |
| Taguatinga | 800,71 |
| 842,86 | 700,00 |
| Ceilândia e Sobradinho | 700,00 |
| Administração (Presencial) | 936,00 | 800,71 | 630,00 | 700,00 | 795,88 | 723,99 | 149,00 semipresencial | | 798,60 | ND |
| Adminstração (EaD) | NL | | 346,64 ou 259,98 (pontualidade) | | 99,00 | |  | | NL | |

Fonte: Sites das IES. Acesso em 26/01/2021. \*Até o 5º dia útil, depois passa para R$ 994 no Matutino e R$ 1.051,00 no Noturno; \*\* Após o 5º dia útil passa para R$ 934.

126